



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Daniele Alves Lima

La gaita y La lira:

**José Antonio Primo de Rivera, Falange Espanhola das JONS e a construção
da Nova Espanha (1933-1936)**

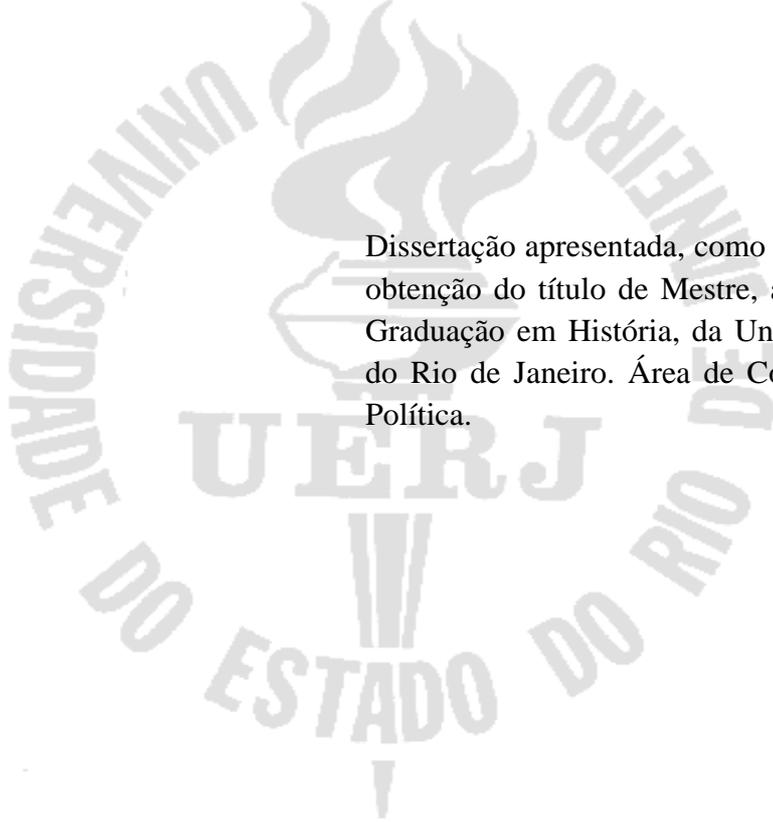
Rio de Janeiro

2010

Daniele Alves Lima

La gaita y La lira:

José Antonio Primo de Rivera, Falange Espanhola das JONS e a construção da Nova Espanha (1933-1936)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Orientador: Prof.º Dr.º Francisco Carlos Palomanes Martinho

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

P953 Lima, Daniele Alves.
La gaita y la lira: José Antonio Primo de Rivera, Falange Espanhola das JONS e a construção da Nova Espanha (1933-1936)/ Daniele Alves Lima. - 2010.
169 f.

Orientador: Francisco Carlos Palomanes Martinho.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Primo de Rivera, José Antonio, marquês de Estella, 1903-1936. 2. Falange Espanhola das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista – Teses. 3. Fascismo – Espanha – História – Teses. I. Martinho, Francisco Carlos Palomanes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 946.0"1933/1936"

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Daniele Alves Lima

La gaita y La lira:

José Antonio Primo de Rivera, Falange Espanhola das JONS e a construção da Nova Espanha (1933-1936)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Aprovada em: 05 de abril de 2010.

Banca Examinadora:

Prof.º Dr.º Francisco Carlos Palomanes Martinho (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof.ª Dr.ª Lúcia Maria Paschoal Guimarães
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof.º Dr.º Daniel Aarão Reis Filho
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFF

Rio de Janeiro

2010

AGRADECIMENTOS

A escrita deste trabalho acompanhou algumas de minhas mais conturbadas metamorfoses pessoais. Diante das dificuldades e do cansaço, sempre persistente, pude compartilhar da amizade e da dedicação de todos aqueles que permitiam ao sorriso destacar-se, onde a tristeza era já iminente. Estiveram presentes de formas diversas, sempre dispostos a dialogar, horas sem cessar, sobre as bestialidades e alegrias que a vida nos impõe cotidianamente.

Agradeço ao professor Daniel Aarão Reis Filho por todas as oportunidades oferecidas durante minha graduação. Sem tais oportunidades, seria improvável não somente a escolha do tema, como algumas de minhas principais indagações iniciais. Serei sempre grata por seu profissionalismo e dedicação.

Ao meu orientador, Francisco Carlos Palomanes Martinho, que desde os primeiros contatos acreditou na proposta e, sem dúvida, permitiu que eu ordenasse idéias aparentemente soltas, dotando-me sempre de confiança e persistência. Agradeço às professoras Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira e Lucia Maria Paschoal Guimarães pela disponibilidade em participar da banca de defesa desta dissertação. Fico imensamente grata.

A CAPES, pelo apoio financeiro dado nos primeiros meses de pesquisa.

Aos meus amigos, sempre queridos, por toda a paciência e amor incondicional. À Samantha, por sua adorável e infinita presença, à Larissa, por me fazer feliz a cada encontro e a todos os que não estão nominalmente citados, mas confiados à memória. A João Gabriel, por todo amor e compreensão. Por trazer alegria, onde ela não poderia reinar.

Agradeço, especialmente, à Lucrécia e João Henrique, por revisarem diversas vezes os capítulos escritos e esforçarem-se para sugerir-me questões sempre interessantíssimas. Tal ajuda tornou-se fundamental, principalmente nos meses de término da dissertação.

Aos meus pais, que fazem de todos os projetos algo merecedor de minha dedicação e trabalho.

Amo-os e deixo a vocês meus sinceros agradecimentos.

Rompi, cortei, amolguei, fiz e refiz
Mais que no orbe cavaleiro andante;
Fui destro, valente, arrogante,
Mil agravos vinguei, cem mil desfiz.
Façanhas dei a fama que eternize;
Comedido e regalado amante;
Foi anão para mim todo gigante,
E ao duelo em qualquer ponto satisfiz.
Tive a meus pés prostrada a fortuna
E trouxe do copete minha cordura
À calva ocasião ao estricote
Mas, ainda sobre os cornos da lua
Sempre se viu no cume minha ventura,
Tuas proezas invejo, ó Dom Quixote!

*Soneto escrito por Dom Belianis de Grécia a Dom
Quixote de La Mancha*

RESUMO

LIMA, Daniele Alves. *La gaita y La Lira: José Antonio Primo de Rivera, Falange Espanhola das JONS e a construção da Nova Espanha (1933-1936)*. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

A dissertação busca analisar a trajetória política do partido Falange Espanhola das JONS, limitando-se ao período iniciado por sua formação, em 1933, e posterior incorporação às JONS, em 1934, até o início da guerra civil espanhola de 1936 e a morte de sua principal liderança, José Antonio Primo de Rivera. Analisaremos o desenvolvimento do partido, procurando enfatizar não só a diversidade presente entre sua militância, mas também as influências ideológicas que permearam a organização de seu projeto político e os discursos de suas principais lideranças. A história espanhola, em especial o século XIX, e os conturbados anos iniciais do século XX, surgem como cenário fundamental para o entendimento de suas propostas de transformação e de construção de uma Nova Espanha.

Palavras-chave: Partido político. Falange Espanhola das JONS. José Antonio Primo de Rivera. Espanha. Século XX.

ABSTRACT

The present dissertation intends to analyze the political path of Spanish Falange of JONS party, restricting the analysis to the period began by its establishment at 1933, and later incorporation to the JONS at 1934, until the beginning of the Spanish Civil War at 1936 and the death of its headship, José Antonio Primo de Rivera. It is also part of this thesis the interpretation and contextualization of the party's development, focusing not only at the diversity present between the militancy, but also the ideological influences that built the organization of its political project and the discourses of its main leadership. The Spanish History, mainly the period comprehended between the nineteenth century and the initial years of the twentieth century rise as fundamental piece to the understanding of its proposals of transformation and construction of a New Spain.

Key-words: Political party. Spanish Falange of JONS. José Antonio Primo de Rivera. Spain. Twentieth Century.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	ECOS DE MODERNIDADE NA ESPANHA: UMA SIMBIOSE ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE	16
1.1	Falange como filha do seu e de outros tempos	16
1.2	Do liberalismo limitado ao liberalismo indesejado: liberalismo e instabilidade política na Espanha (XIX-XX)	19
1.2.1	<u>Passos da modernidade, traços da tradição</u>	19
1.2.2	<u>Os anos de 1808-10: novas soberanias e legitimidades</u>	27
1.2.3	<u>As Cortes de Cádiz e o liberalismo espanhol</u>	37
1.2.4	<u>Desenvolvimento liberal e instabilidade política</u>	47
1.3	O despertar do século XX e da urgente II República	54
1.3.1	<u>Morte e vida à liberdade: a ditadura primoriverista e a proclamação da II República</u>	60
1.4	A Falange Espanhola entra cena: José Antonio Primo de Rivera, de filho do ditador a chefe nacional falangista	64
2	JOSÉ ANTONIO PRIMO DE RIVERA, FALANGE ESPANHOLA DAS JONS E A CONSTRUÇÃO DA NOVA ESPANHA	68
2.1	A recém-chegada República e o ingresso de José Antonio Primo de Rivera na política espanhola	68
2.2	Traços iniciais do pensamento político de José Antonio Primo de Rivera	74
2.2.1	<u>José Antonio e a Falange: trajetórias inseparáveis</u>	74
2.2.2	<u>O nascimento da Falange Espanhola das JONS</u>	76
2.3	O projeto político falangista à luz dos escritos políticos de José Antonio Primo de Rivera	84
2.3.1	<u>O Novo Estado Espanhol</u>	84
2.3.2	<u>“Somos revolucionários”: a revolução falangista e sua proposta de justiça social</u>	96
2.3.3	<u>La gaita y la lira: o imperativo da nação</u>	106
2.3.3.1	A construção da Nova Espanha como re-criação de uma comunidade nacional	109

3	FALANGE ESPANHOLA DAS JONS: UNIDADE OU DIVERSIDADE?	117
3.1	A Falange e a necessidade de consolidação do novo partido	117
3.2	As divergências internas	125
3.3	O agravamento da crise e a radicalização de José Antonio	129
3.4	As eleições de 1936 e o advento da guerra civil	137
4	CONCLUSÃO	148
	REFERÊNCIAS	158
	FONTES PRIMÁRIAS	165
	ANEXO – Os 27 pontos programáticos da Falange	166

INTRODUÇÃO

Mas na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivas, ou ainda calmantes e venenos.

Michel Pêcheux

Dentro de um panorama mais amplo de objetos de estudo no campo da História Política, os partidos políticos encontram, sem dúvida, um espaço de importância considerável. São chaves fundamentais não só na compreensão da dinâmica política moderna, mas também refletem a dinâmica das forças sociais para além das estruturas constitucionais. Na sociedade moderna de massas, onde os indivíduos são convertidos em participantes e protagonistas da vida política e onde os meios de comunicação expandem-se para além das fronteiras geográficas, as ações e reações da população adquirem maior significação para as estruturas governamentais e partidárias. No entanto, sua função enquanto um dos principais agentes da vida política só pode ser compreendida quando associada a circunstâncias históricas específicas, permitindo, através de suas tradições institucionais e características nacionais, extrair distintos aspectos de sua natureza.¹

Em contrapartida, a análise de um partido político pressupõe um exame detalhado dos componentes ideológicos que direcionam sua ação e permitem a existência de laços internos de sociabilidade motivados pelas preferências de um determinado grupo ou classe social. Nesse sentido, Terry Eagleton evidencia que, para além da variedade de significados que o termo *ideologia* pode suscitar, ele parece referir-se não só a sistemas de crenças, mas a questões de poder. A ideologia encontra-se intrinsecamente relacionada à busca de legitimação de uma classe ou grupo, alcançada através da promoção de suas crenças e valores, da naturalização e universalização de tais crenças, da exclusão de formas de pensamento rivais e do mascaramento da realidade social visando favorecer-se diretamente.² Ela deve refletir a experiência dos indivíduos e comprometer-se com suas esperanças e carências de forma a tornarem-se atrativas. Distante de um caráter unitário, elas estão caracterizadas não por uma coesão irrefutável, mas a partir das relações que estabelecem com outras ideologias,

¹ NEUMANN, Sigmund. *Partidos Políticos Modernos*. Madri: Editorial Tecnos, 1965, pp. 17-23.

² EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Boitempo, 1997, p.19.

impossibilitando a existência de uma identidade pura e permitindo certo grau de heterogeneidade.

Segundo o autor, o termo aparece em referência mais ao discurso que a linguagem, propriamente, buscando gerar efeitos específicos. Com isso, seria ineficaz examinar determinado conteúdo ideológico sem seu contexto discurso. Discursos permeados de distorção e mistificação, “discurso interessado”, que permitem observar, no interior da luta discursiva, as questões de poder que envolvem a ordem social.³ Não se trata, todavia, de apreendê-lo como um conjunto particular de discursos, mas de buscar os efeitos produzidos em seu interior.

Isto nos permite concluir que as palavras, as expressões e enunciados não possuem sentido por si só, mas são influenciados pelas posições ideológicas envolvidas no processo sócio-histórico. Mudam de sentido, portanto, “segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam”, tomando sentido em relação a essas posições ideológicas. Como afirma Pêcheux, “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”⁴. As palavras, expressões, proposições não possuem sentido em sua literalidade, ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, variando conforme o lugar social de produção.⁵

No interior da análise do discurso, há uma tensão freqüente entre descrição e interpretação. Essa tensão é gerada pela própria idéia de que os enunciados podem produzir diferentes apreensões. A leitura dos discursos envolve atenção às suas estruturas interna e externa e entre “o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito”⁶. Portanto, as estruturas discursivas exigem do estudioso um processo interpretativo no qual o próprio ato de descrever se torna indiscernível de interpretar.

Todo discurso envolve, por outro lado, o “esquecimento” ou o “não-dito”. Todo discurso é caracterizado por uma seleção entre o que deve ser dito e o que deve ser silenciado. Eni Puccinelli Orlandi aponta para a noção de “silêncio”, para os “sentidos do silêncio”,

³ EAGLETON, *op. cit.*, pp. 22-24.

⁴ PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora UNICAMP, 1997, p.161.

⁵ Neste sentido, o contexto situacional é fundamental na compreensão dos processos de produção dos discursos. Os processos discursivos estão em relação direta com as conjunturas históricas específicas, onde passam a representar, dentro da sua especificidade, “pretextos político-ideológicos”.

⁶ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990, p. 44.

elemento fundamental de análise das formações discursivas. Todo discurso, ao tornar explícito determinados enunciados, também acaba por sufocar e silenciar determinados conteúdos. O “não-dito” não possui lugar secundário na análise, ao contrário, ele é parte estruturante do próprio discurso. A estrutura discursiva possui o silêncio como um dos elementos de sua constituição. O silêncio não fala, mas significa.⁷

Este trabalho busca a confluência direta entre partido político, ideologia e discurso no estudo do caso específico da Falange Espanhola das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (JONS) no período determinado por sua formação, em 1933, e o início da guerra civil espanhola de 1936. Adotamos como pressuposto fundamental que as histórias particulares, tal como o estudo sistemático de um partido político, oferecem traços originais para a compreensão de conjuntos mais vastos e que possuem repercussões sobre a história de um país, como no caso da Espanha.

Metodologicamente, a análise dos discursos de José Antonio Primo de Rivera, principal liderança, e de outros importantes dirigentes, bem como os planos doutrinários que envolvem a configuração de seus “27 pontos programáticos” surgem como ferramenta essencial de abordagem. A análise de discurso nos permite observar a construção do imaginário e do simbólico na própria produção de sentidos. Afasta-nos da pura descrição histórica, abrindo espaço à interpretação, ao questionamento e à análise crítica. Permite-nos analisar os processos discursivos e os silêncios pelos quais são tomados, tornando a ideologia e os confrontos ideológicos fatores indispensáveis na reconstrução dos princípios ideológicos norteadores do projeto político falangista.

Optamos por uma abordagem diferenciada no primeiro capítulo. Ampliamos a análise do contexto histórico para os anos iniciais do século XIX, mais especificamente para o emblemático ano de 1808, buscando confrontar modernidade e tradição como elementos constituintes da história hispânica. História que se torna um cenário fundamental no entendimento dos conflitos geradores das tensões que permearam as disputas políticas durante a II República e que permitiram o estopim da guerra civil espanhola.⁸ No entanto, os temas sofreram seleções necessárias. O capítulo reúne episódios emblemáticos da política monárquica e um pequeno panorama da trajetória do liberalismo espanhol, passando pela ditadura primoriverista e pela ascensão da II República. A abordagem buscou contemplar diversos campos de análise, reunindo a economia e a cultura como determinantes na

⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

⁸ ROMERO SALVADÓ, Francisco. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

estruturação do campo político-ideológico. Mas, por que utilizar-se de um recorte temporal tão amplo?

A necessidade impõe-se a partir do próprio objeto de estudo. Quando analisamos os discursos de José Antonio e o projeto político falangista, deparamo-nos com uma quantidade infindável de referências à tradição e aos acontecimentos organizadores de uma determinada consciência histórica que imprimem uma identidade e forjam uma visão particular da trajetória política da Espanha. Ao mesmo tempo, observar as particularidades da política espanhola de uma forma mais ampla permite-nos compreender que as mudanças conjunturais, sejam profundas ou não, caminham atreladas a permanências localizáveis. Permanências que só são visíveis quando não tornamos o recorte temporal uma armadilha limitadora.

O segundo capítulo foi reservado à análise do projeto político da Falange. Nesse sentido, buscamos reunir as principais temáticas esboçadas por suas lideranças, dando ênfase não só aos pontos doutrinários, mas aos discursos presentes na imprensa espanhola e nos jornais organizados pelo próprio partido, além das discussões empreendidas por José Antonio no parlamento espanhol. Todavia, sabemos da necessidade de observar mais atentamente a participação de outras lideranças, não atribuindo a José Antonio Primo de Rivera total responsabilidade na constituição dos princípios ideológicos do partido, apesar de sua inegável influência.

No terceiro e último capítulo examinamos, principalmente, os anos de 1935 e 1936, expondo as dificuldades encontradas pelo partido em sua tentativa de consolidação e as divergências internas que provocaram a saída de lideranças importantes e que permitiram uma reorientação ideológica e a intensificação de algumas de suas propostas mais radicais. Nesse sentido, procuramos compreender de que forma a heterogeneidade presente entre a militância falangista foi um fator limitador de sua autonomia. A guerra civil espanhola surge, então, como um marco fundamental que permite uma nova reorganização do partido e o ingresso de militantes originários da extrema direita espanhola e das fileiras conservadoras. A morte de José Antonio e a ascensão de Franco ao poder marcam, também, a história da Falange ao permitir profundas mudanças após sua incorporação à burocracia franquista. Concluimos com um pequeno debate sobre as possíveis influências ideológicas no interior do projeto falangista, reconhecendo-o como possuidor de uma diversidade e distanciando-o de caracterizações limitadoras.

Estamos conscientes das limitações impostas pela dificuldade em abordar um tema tão polêmico e rico diante dos poucos estudos dedicados a Falange Espanhola das JONS no Brasil e pelo acesso limitado às fontes e obras de referência. Entretanto, estivemos sempre mais próximos aos questionamentos que às respostas esclarecedoras, vislumbrando novas possibilidades de análise. O leitor encontrará, apenas, um dentro de uma amplitude de caminhos possíveis.

1 ECOS DE MODERNIDADE NA ESPANHA: UMA SIMBIOSE ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Na verdade, cada coisa capaz de se modificar traz em si a própria medida de seu tempo; essa medida continua existindo, mesmo se não houver mais nenhuma outra ali; não há duas coisas no mundo que tenham a mesma medida de tempo (...). Pode-se afirmar, portanto, com certeza e também com alguma audácia, que há, no universo, a um mesmo e único tempo, um número incontável de outros tempos.

J. G. Herder

1.1 A Falange como filha do seu e de outros tempos

O século XX espanhol foi particularmente turbulento. Salvo a tragédia humana provocada por uma sangrenta guerra, a Guerra Civil Espanhola de 1936⁹, os primeiros anos do século foram marcados pela efervescência de projetos e debates preocupados, em grande medida, em expandir o cenário político e proporcionar as tão almejadas estabilidades política e econômica. Junto ao crescimento da participação política, temos o dilatamento da imprensa. A imprensa, historicamente limitada seja por fatores materiais, seja por decisões políticas arbitrárias, conheceu novas formas de atuação e uma incrível força literária. Englobando jornalistas, políticos, intelectuais como José Ortega y Gasset e Miguel de Unamuno, poetas, críticos, estudiosos de diversas áreas e uma gama incontável de artistas e militantes, a produção literária com fins políticos ou de protesto floresceu e mostrou toda sua pompa nos primeiros anos do século.

A Falange Espanhola, movimento fundado em 1933 por José Antonio Primo de Rivera, filho do ditador Miguel Primo de Rivera, foi um dos diversos movimentos políticos surgidos nesse imenso turbilhão de idéias. Mostrando-se alternativa às propostas vigentes, sobretudo às perspectivas liberais, colocou-se oposta às prerrogativas republicanas e aos

⁹ A Guerra Civil Espanhola de 1936 consolidou-se não somente como um marco histórico fundamental do século XX espanhol, mas como um evento de proporções mundiais que, sem dúvida, refletiu a polarização de forças identificadas com o fascismo e o comunismo. Milhares de pessoas de diversas nacionalidades envolveram-se no evento, seja de forma direta, lutando nas frentes espanholas, seja através das intensas manifestações literárias e artísticas que a guerra suscitou. Há inúmeras referências sobre o tema, sendo o livro de P. Broué e E. Témime (*La Revolución y la Guerra de España*, México: FCE, 1971) e de Hugh Thomas (*A Guerra Civil Espanhola*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964) referências indispensáveis, apesar de já obsoletas. Há produções mais recentes pautadas, inclusive, em arquivos recém-liberados como o caso de F. J. R. Salvadó (*A Guerra Civil Espanhola*, Rio de Janeiro: Zahar, 2008) e A. Beevor (*A Batalha pela Espanha*, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007), além de trabalhos como o de J. Cerqueira (*Arte e Literatura na guerra civil de Espanha*, Porto Alegre: Zouk, 2005).

grupos socialistas que apoiavam o novo regime. A II República, proclamada em 1931, provocou o embate entre as diferentes correntes políticas em confronto, fazendo surgir diferentes movimentos cujas ideologias misturavam-se e diferenciavam-se entre si formando um palco de disputas intermináveis. Entre conservadores, tradicionalistas, católicos, monárquicos, socialistas, anarquistas, comunistas e toda alternância entre esquerda e direita, a Falange configurou-se como um entre os vários grupos que buscavam assegurar o poder e estabilizar as inúmeras crises do particular Estado espanhol, tão características não só do século XX, mas das constantes restaurações monárquicas.

Todavia, o limiar do século XX espanhol não retratou qualquer tipo de recomeço. As crescentes crises econômicas, a falta de estruturação da indústria e do comércio, uma agricultura estéril marcada por zonas completamente improdutivas, os problemas sociais que atingiam as zonas rurais e urbanas e, principalmente, a ausência de um Estado estável e o atraso da democracia são fatores que possuem sua origem no turbulento século XIX. O aparecimento do liberalismo, o desenvolvimento da imprensa, as idéias de Cádiz, as novas noções de legitimidade e soberania, o debate político em torno do Estado e dos seus diferentes campos de atuação são questões que perpassam as discussões políticas do século XIX e, também, do século XX, em especial até o estopim da guerra civil. A I República, a ditadura de Miguel Primo de Rivera nos anos de 1920 e a II República nada mais são do que tentativas de construção de uma nova Espanha, de um Estado com características modernas e de uma nova política que permitisse imprimir uma face intimamente espanhola, provocando um distanciamento, ao menos na prática, do passado arcaico. Em diversos momentos, a tradição apresentou-se como pilar de grupos conservadores, tradicionalistas, monárquicos e católicos, inclusive entre as esquerdas. Muitos afirmaram a tradição como característica essencial de sustentação do indivíduo espanhol e como signo de identidade e enaltecimento de seu povo.

A divisão da obra obedece, portanto, às idas e vindas da história espanhola. Apresentar a Falange Espanhola e todo aparato ideológico que envolveu seu projeto político e os escritos de seus idealizadores é apresentar as incertezas, os desejos, as disputas, as novas idéias, suas metamorfoses, enfim, é descortinar o século XX, não esquecendo os adereços e toda decoração que faz parte do cenário, visível em seu espetáculo, mas que esconde seu funcionamento por detrás dos palcos movimentados do XIX.

Serge Berstein, que direciona seu estudo para a história dos partidos políticos, nos questiona sobre a natureza e função dos partidos na política contemporânea. E, seguindo sua

análise, podemos apontar os partidos políticos como campos de análise fundamentais já que se caracterizam como o “lugar onde se opera a mediação política”¹⁰. O nascimento de um partido está relacionado fortemente a conjunturas de crise ou rupturas profundas e sua sobrevivência, tal como trata Bernstein, depende exatamente de sua capacidade de apreender as necessidades do momento e responder aos problemas colocados para a sociedade contemporânea. Portanto, os partidos políticos não são instâncias descoladas da sociedade, ao contrário, são grandes mediadores entre o poder e as aspirações imediatas dos indivíduos. Mais do que isso, os partidos políticos não são instâncias descoladas de sua *própria* sociedade.

Contudo, pensar organizações políticas, tais como os partidos, presume um olhar atento às idéias políticas presentes no mundo contemporâneo. Michel Winock, que busca entender o papel das idéias no campo político dos Estados contemporâneos, mostra-nos a importância de perceber e considerar o espaço fundamental das idéias no interior da sociedade. Segundo o autor, esse estudo não pode e nem deve estar afastado do processo de difusão dessas idéias, ou seja, estudar o campo das idéias políticas deve estar associado ao estudo da história de difusão dessas idéias, duas instâncias inseparáveis.¹¹ Assim, o estudo de um partido político envolve não só um olhar atento às suas características particulares, mas uma articulação das diferentes idéias em circulação, entendendo-o como resultado de um universo mental e ideológico diversificado. E mais, ao analisá-lo mais profundamente observamos que movimentos políticos como a Falange Espanhola resultam da ininterrupta simbiose de tempos.

Como Gramsci, acreditamos que “escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país”¹² e, por isso, é fundamental começarmos nossa análise pelas indefinições que marcaram o século XIX e alongaram-se pelo novo século. Para entendermos esse movimento político temos que ter a história da Espanha como alicerce e vice-versa. Ao apontar a Falange Espanhola como alternativa ao modelo liberal, não podemos nos ancorar na análise da trajetória liberal unicamente, mas, principalmente, nas manifestações do liberalismo espanhol e no quadro político geral no qual esteve inserido. Acreditamos ser este um aparato fundamental de entendimento das idéias falangistas e de sua

¹⁰ BERSTEIN, S. *Os partidos*. In: RÉMOND, R. (org.) “Por uma história política”. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 60.

¹¹ WINOCK, M. *As idéias políticas*. In: RÉMOND, R. (org.) “Por uma história política”. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

¹² GRAMSCI, Antonio. *O moderno Príncipe*. In: “Maquiavel, a política e o Estado moderno”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p.24.

tão desejada Nova Espanha. Afinal, tradição e modernidade andam na Falange Espanhola de braços dados, colocando-a como filha do seu e de outros tempos.

1.2 Do liberalismo limitado ao liberalismo indesejado: liberalismo e instabilidade política na Espanha (XIX-XX)

1.2.1 Passos da modernidade, traços da tradição

Sinto que trago em mim uma alma medieval e creio que é medieval a alma de minha pátria; que esta passou à força pelo Renascimento, a Reforma e a Revolução, aprendendo com elas, é verdade, mas sem deixar que lhe tocassem a alma, conservando a herança espiritual daqueles tempos que chamam de Idade das Trevas.

Miguel de Unamuno, *Do sentimento trágico da vida*

“Se o termo modernidade é polimorfo, polissêmico, exprime também uma exigência, um movimento”¹³. Georges Balandier refere-se a um traço essencialmente característico da modernidade: a noção de movimento. Momentaneamente, somos tentados a imaginá-la unicamente como um elemento de profunda ruptura e renovação. Como uma quebra definitiva que marca abertamente o início de uma nova maneira de olhar e se colocar no mundo. Os eventos essenciais de inauguração do moderno foram incessantemente analisados no campo historiográfico e as inovações nos âmbitos econômico, político e social apontados como marcadores de tempos de mudança na própria configuração da vida.

Todavia, a modernidade deve ser entendida em sua pluralidade, em suas diferentes manifestações, levando-se em conta não apenas os eventos históricos de relevância para o seu entendimento, mas também suas especificidades espaciais. A modernidade, seguida em sua trajetória, perpassa idas e vindas acompanhada de vivências particulares. Cada país, com suas experiências próprias, sentiu-a de formas diversas e, apesar de sua ubiqüidade, revestiu-a com os trajes de sua história. Como um baile de máscaras, onde o tema central é partilhado, mas as máscaras decoradas de forma a diferenciar os indivíduos que as vestem colocando-os parcialmente evidentes a seus pares. A modernidade apresenta-se semelhante na medida em que nos deixa à mostra traços gerais que camuflam, parcialmente, diferentes modelos de modernidade que só se tornam evidentes com o cair das máscaras, ou seja, quando são postos

¹³ BALANDIER, Georges. *Contorno. Poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.137.

lado a lado os modos heterogêneos através dos quais cada país sentiu e projetou seu próprio caminhar na modernidade.

A experiência da modernidade permitiu as transformações da vida individual e a amplificação da experiência humana atreladas a transformações objetivas no campo econômico e político, principalmente em consequência ao surgimento do capitalismo e do liberalismo. A valorização do pensamento científico, a liberdade de pensamento e o uso da razão acrescidos do aumento gradual de uma civilização cada vez mais urbana mostram o caráter inovador do processo e sua capacidade de adaptação e assimilação frente à persistência das forças do Antigo Regime. Neste sentido, o programa liberal apresentou-se como um dos notáveis representantes da face moderna, mostrando-se como uma perspectiva totalizante composta de diferentes tendências e consolidando-se como a própria dinâmica dos novos tempos.¹⁴

A ideologia moderna liberal é individualista e apresenta em sua configuração uma série de conceitos vinculados. O individualismo esteve em constante embate com suas formas contestatórias e teve de lidar com o anti-individualismo. Possuiu caráter mutável e capacidade de incorporar elementos heterogêneos que, ao invés de diluí-lo, o intensificaram. Segundo Dumont, “o mundo ideológico contemporâneo é tecido da interação de culturas que teve lugar desde, pelo menos, o final do século XVIII” e “é feito das ações e reações do individualismo e de seu contrário”.¹⁵ A ideologia moderna ganhou formas variadas frente à própria diferenciação entre as culturas nacionais da Europa:

Com efeito, a ideologia moderna reveste-se de formas notavelmente diferentes nas diferentes línguas ou nações, mais exatamente nas diversas subculturas que correspondem mais ou menos a essas línguas e a essas **nações**. Tomando cada uma dessas ideologias mais ou menos nacionais como uma variante da ideologia moderna, devia ser possível, e isso pela primeira vez, propor o começo de uma comparação sistemática e, portanto, de uma verdadeira intercompreensão entre essas variantes (...).¹⁶

Na relação entre modernidade e não-modernidade podemos observar diversos valores e idéias que se combinam intensa e intimamente, mostrando um laço peculiar entre modernidade e tradição.

Modernidade são angústia e mutação, é o choque entre velho e novo mundo que tem como resultado um cenário social profundamente distinto. Como sugere Berman, é “esta

¹⁴AARÃO REIS FILHO, Daniel & ROLLAND, Denis (orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp. 9-18.

¹⁵DUMONT, Louis. *O Individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985, p. 30.

¹⁶DUMONT, *op. cit.*, p. 27.

atmosfera de agitação e turbulência, vertigem e embriaguez psíquica, expansão das possibilidades da experiência e destruição das fronteiras morais e dos laços pessoais, auto-expansão e autoperturbação, fantasmas na rua e na alma é a atmosfera em que nasce a sensibilidade moderna”¹⁷.

Interessa-nos, frente à amplitude deste processo, o caso espanhol apesar do reconhecimento de sua pertença ao quadro geral de convivência com os inúmeros eventos, formas e temporalidades da modernidade. É na Espanha que o homem fáustico toma traços quixotescos e promove seu autodesenvolvimento através da confluência entre a intensidade das novas aspirações e a permanência da tradição. Através da análise de casos específicos, como o espanhol, podemos confirmar a noção de multiplicidade como característica fundamental no entendimento da modernidade. Unido a sua face múltipla encontra-se a perspectiva de que cada cultura estabelece uma organicidade interna onde os níveis de valores hierarquizados aparecem como essenciais para a comparação. Segundo Dumont, nesse impulso analítico é necessário cuidado a fim de que não incluamos nossos valores, também hierarquizados. Analisar o quadro geral da modernidade através de uma perspectiva comparativa, tal como defende o autor, nos permite observar as especificidades dos casos ao mesmo tempo em que evidencia a cultura moderna em sua unidade. Advertia Marc Bloch que “as comparações são extremamente úteis para trazer à tona as diferenças”.¹⁸

A Espanha representa um dentre os múltiplos casos onde a ideologia moderna repousa limitada. Segundo Morse, no mundo ibérico, o liberalismo mostrou-se alheio à “cultura política”. Mostrou-se adaptável como vocabulário, como ideologia, mas não como modo de vida político. Não chegou, inclusive, a promover uma união com a democracia rousseauiana. Liberalismo e democracia não se mostraram relacionais e foram assimilados, muitas vezes, de modo estanque. Como declara o autor, o liberalismo “tornou-se, sob diferentes amálgamas, propriedade tanto de partidos ou regimes ‘liberais’ quanto conservadores e perdeu muitas das conotações ‘liberais’ adquiridas desde a época de Locke”.¹⁹

Morse declara, reportando-se as suas especificidades, que a Espanha apresenta-se como caso peculiar já que permaneceu quase intocada pela Reforma Protestante, pelo Renascimento Italiano, não possuiu uma Revolução Científica de dimensões consideráveis e

¹⁷ É interessante observar o debate resultante do desenvolvimento analítico de Berman e das críticas colocadas por Perry Anderson. C.f. BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; ANDERSON, P. *Modernidade e Revolução*. New Left Review, 144, Março-Abril, 1984.

¹⁸ Marc Bloch *apud* PAXTON, R. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 45.

¹⁹ MORSE, Richard. *O espelho do próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 89.

nenhum surto industrial de grande proporção. Permaneceu atrelada às formas tradicionais principalmente no campo religioso, onde o catolicismo perpassou as diferentes instâncias da vida e determinou, em grande medida, setores fundamentais da sociedade como a educação. As vertentes políticas e sua missão civilizadora frente aos povos não-cristãos estiveram orientadas por matrizes de interesses teológicos, morais e filosóficos e apresentaram limites ao florescimento humanista, adiando o desenvolvimento da luta pela liberdade cívica, e contra o despotismo, e impossibilitando o surgimento de um humanismo politizado e consciente da sociedade. Em suma, adiou o nascimento de uma nova moral não mais associada à ortodoxia cristã, mas à busca da perfeita vida social.²⁰

A Igreja, ao longo de sua história, foi um elo de sustentação do mundo social e suas hierarquizações. Sob vários aspectos, suas justificativas estavam calcadas não na relação do homem com o mundo, mas na relação do homem com Deus, onde sua posição e condição no interior do campo social foram relativizadas a partir da sustentação de uma vontade divina. Esse primado tradicional amparou as relações entre os indivíduos e Deus, sendo aqueles feitos a sua imagem e semelhança. Dentre todas as prerrogativas eclesiásticas, a igualdade só poderia existir numa esfera extra-mundana e a subordinação política era afirmada através das escalas sociais de hierarquização. Diversas mudanças permitiram, ao longo do tempo, que houvesse uma incorporação progressiva de um direito inerente ao poder político por parte da Igreja, promovendo a consolidação definitiva das relações entre Igreja e Estado com a configuração de uma “monarquia espiritual”²¹, a transformação de uma antiga unidade e o estabelecimento de uma união, uma espécie de “sacerdócio real”²². A Igreja antes colocada no terreno do divino se torna mais mundana e passa a participar do poder temporal. Essa união proporcionaria a completa legitimação do mundo.

Calvino representou o fim dessa forma hierárquica a partir de uma nova percepção da relação entre indivíduo e Igreja. Doravante, a vida material comanda a vida espiritual com a preponderância da ação sobre a vida contemplativa. O Deus de Calvino aparece como o arquétipo da vontade, onde o homem é afirmação da própria vontade. Assim, Calvino possibilitou a afirmação do indivíduo-no-mundo em contraposição ao indivíduo-fora-mundo através da intensificação da relação entre homem e plano material. Ele representou um marco

²⁰ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²¹ DUMONT, *op. cit.*, p. 60.

²² DUMONT, *op. cit.*, p. 60.

na “intramundandade”, onde o Reino de Deus passou a ser uma construção no mundo justificada através da noção de predestinação.²³

Em paralelo, o Barroco espanhol teve como contenda a noção de conservação. Diante do reformismo protestante, ele representou a reconstrução e o fortalecimento da fé através da alteração nas relações tradicionais entre sagrado e temporal. Foi a união harmoniosa entre o espírito religioso e a visão trágica da vida. Caracterizou-se pela inquietude do indivíduo frente à proximidade de Deus e a quebra de uma antiga relação. Em termos gerais, colocou-se como o pessimismo que perpassa a vida e que renova a fé, redesenhando os traços da realeza. Segundo Rubem Barboza,

O Barroco religioso ibérico, de modo geral, é a dramatização deste anelo pela companhia divina e desejo de reconstrução de uma harmonia aparentemente perdida. Seu exagero, seus gestos, seus ritos e suas expressões estéticas parecem ter sempre o objetivo de enlaçar o sagrado, de trazê-lo para a proximidade dos homens, ensaiando uma espécie de abraço cósmico em Deus como fuga da solidão luterana.²⁴

O poder político na Espanha esteve intrinsecamente relacionado à religião, compondo a soberania política não somente a partir de justificativas de cunho histórico, mas principalmente de caráter transcendental. O rei, humano por natureza e divino pela graça, era consagrado na teologia política característica da Idade Média através da linguagem litúrgica e do pensamento teológico e foi, gradualmente, redesenhado através de uma teologia política de tipo secular. O rei era, então, um mediador entre Deus e povo e moderador de seus súditos na terra. De fato, esta relação sofrerá diversas transformações até chegarmos à formação de uma teoria do direito divino. Kantorowicz retrata esta passagem ao apontar que “em oposição à realeza litúrgica anterior, a realeza por direito divino, da Baixa Idade Média, seguia mais o modelo do Pai no céu que o do Filho no altar, e concentrava-se mais em uma filosofia do Direito que na fisiologia, todavia obsoleta do mediador binaturado”.²⁵

A teoria do direito divino dos reis configurou-se como a origem das idéias políticas no pensamento medieval tendo este período conhecido uma dupla autoridade temporal: da Igreja e do Estado. A Igreja reunia a totalidade das instituições e formava uma sociedade global, assumindo também poderes políticos:

Na Idade Média, a Igreja não era um Estado, era o Estado. O Papa era o dispensador supremo da lei, a fonte de honra, incluindo a honra real, e a única fonte terrena legítima de poder, o

²³ DUMONT, *op. cit.*, pp. 67-69.

²⁴ BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artificio*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 324.

²⁵ KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 75.

fundador legal, senão de fato, das ordens religiosas e dos graus universitários, o supremo “juiz e divisor” entre as nações, o guardião do direito internacional, o vingador do sangue cristão.²⁶

Em contraposição, a Revolução Francesa instala o Estado como instituição soberana no lugar da Igreja. Ela coloca em jogo questões como a autoridade derivada do povo e promove a criação de uma independência da tutela e autoridade espirituais, instalando o que Maquiavel designou como “razão do Estado”, ou seja, a emancipação da política não em relação à religião, mas também à moral privada. A reforma de Lutero, nesse sentido, também representou o triunfo do Estado individual, sendo a religião, doravante, colocada como uma relação essencial entre homem e Deus sem instâncias intermediárias.

A teoria do direito natural dominou então o campo da teoria política, sendo o papel dos juristas e filósofos fundamental no desenvolvimento das idéias que desembocaram na Revolução Francesa e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Nesse momento, foi visível o embate entre uma teoria antiga, clássica, e uma teoria moderna. Enquanto a primeira entendia o homem como ser social, onde a natureza é uma ordem e onde a ordem social está em conformidade com a ordem da natureza, a segunda pensava o direito natural como responsável não por seres sociais, mas por indivíduos enquanto depositários de razão. Daí em diante, tais idéias passam a influenciar gradualmente a constituição do Estado e a fundamentação de sua legitimidade, sendo possível observar a preponderância da *societas* sobre a *universitas*, onde a ênfase passa do “todo” ao indivíduo.

As teorias modernas buscaram estabelecer um modelo de sociedade e Estado ideais a partir do isolamento do indivíduo. É aqui que se fixam os temas do “contrato social”. O individualismo, que agora prevalece sobre o holismo, colocará o social em segundo plano e abrirá espaço ao indivíduo no campo jurídico, político e, mais tarde, econômico.

Dentro desse contexto, Hobbes buscou analisar as relações entre direito natural e estado de natureza. Em *O Leviatã* está expressa a sujeição estabelecida pelo contrato e a passagem do homem à comunidade, ou seja, ao corpo político ou ao Estado. O contrato se contrapõe ao estado de natureza concebido como o espaço dos desejos e paixões em oposição à razão. Entretanto, Hobbes reconhece que a igualdade não poderia reinar sem obstáculos e que o homem é um ser social e não um indivíduo no que se refere ao plano político. Para Hobbes, o social se restringe ao político e, como consequência, a sociedade se vê obrigada a colocar-se em sujeição.²⁷

²⁶ FIGGIS *apud* DUMONT, pp. 80-81.

²⁷ Cf. DUMONT, *op. cit.*, pp. 73-121.

A teoria de Rousseau, no entanto, enfatizou a coletividade e a liberdade. Ambas, porém, estão calcadas na noção de *descontinuidade* entre o homem natural e o homem político, sendo o contrato social o marco de nascimento da sociedade. Ambos, enfim, buscam fundir num corpo social ou político pessoas que se pensam como indivíduos. Segundo Dumont, o brilhantismo de Rousseau está na tentativa de conciliar a *societas* e a *universitas*, ou seja, estabelecer a união entre individualismo e holismo.²⁸

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão proclama o indivíduo como centro da questão. Liberdade e direitos são postos às claras e a noção de igualdade colocada apenas no plano das oportunidades. Somente as correntes igualitaristas, como o socialismo, colocarão em jogo, novamente, a noção de *universitas* e buscarão recuperar o conjunto social e a igualdade de fato, ao menos em teoria.

O que importa, no entanto, é observar que apesar das inúmeras mudanças que aqui são colocadas de forma sucinta, na Espanha o modelo de soberania permaneceu praticamente imutável. Junto à soberania, a legitimidade do poder real e as relações de hierarquia reinavam no interior do campo social. As formas de sujeição e de apreensão do real estiveram sempre marcadas por um sistema de “servidão pública”, por assim dizer, onde o Estado permitia o exercício indiscriminado do poder, colocando os indivíduos numa relação de sujeição e dependência da vontade real.

Se observarmos atentamente, podemos notar que a circulação do que chamamos de novas idéias – modernas – estiveram, na Espanha, limitadas pela ausência de uma esfera de opinião pública consolidada. De fato, a educação profundamente marcada pela religião e o limitado número de indivíduos com acesso direto à educação e à informação dificultou a distinção entre as esferas do público e do privado. Em termos gerais, havia uma lacuna no interior da relação entre Estado e sociedade devido a não consolidação de uma esfera de opinião pública que se colocasse como questionadora e interventora dos assuntos públicos e, conseqüentemente, interviesse de forma direta ou indireta nas relações de força entre as duas instâncias.²⁹

Falamos de uma esfera pública de caráter político, que a partir de sua organização buscasse uma espécie de reivindicação objetiva, intensificando os debates em torno de questões centrais que envolvem o poder e sua legitimidade e transformando a sociedade em

²⁸ Cf. DUMONT, *op. cit.*, pp. 73-121.

²⁹ HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

uma nova sociedade que debate publicamente. Trata-se de uma esfera pública que pretende se colocar frente ao poder soberano e que busca, por vezes, transformar a própria natureza do poder. Esse modelo de esfera pública só surge na Espanha em 1808 ainda que não totalmente consolidado, mas limitado em termos de organização e atuação.

Arno Mayer é um autor fundamental no entendimento das questões até aqui expostas. Suas teses centrais, polêmicas, formam um conjunto específico de análise das permanências, especialmente se observamos o período de transição ao século XX. Mayer destaca a primeira metade do século XX como marco divisório na história européia. Parte da premissa de que a Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, originou-se como consequência de um processo de “remobilização contemporânea dos *anciens régimes*”. Nesse sentido, o avanço da industrialização chocou-se diretamente com as poderosas forças da antiga ordem através da resistência e da força da tradição. A proposta busca suscitar atenção à relação simbiótica entre as forças de transformação e as forças da permanência histórica. A síntese de Mayer vem na definição de sua tese central:

De qualquer forma, a tese central deste livro é a de que os elementos pré-modernos não eram os remanescentes frágeis e decadentes de um passado quase desaparecido, mas a própria essência das sociedades civis e políticas situadas na Europa. Isso não significa negar a importância crescente das forças modernas que solaparam e desafiaram a antiga ordem. Mas significa sustentar que até 1914 as forças de inércia e resistência contiveram e refrearam essa nova sociedade dinâmica e expansiva no interior dos *anciens régimes* que dominavam o cenário histórico europeu.³⁰

Mayer assinala que tal afirmação não esconde o fato latente de que esta sociedade civil e política, com poderes, tradições e costumes característicos dos “velhos regimes da Europa” encontrava-se em profundo colapso. Todavia, o que nos interessa analisar é a continuidade de elementos de tipo “arcaico” no interior da sociedade civil e política espanhola, onde o eixo de sustentação do poder político encontrava-se calcado numa sociedade agrária extremamente hierárquica e estamental, onde o caciquismo e o modelo econômico centrado na agricultura permaneceram como centrais inclusive após o início do século XX. Na Espanha é nítida a permanência da supremacia da terra, o que contribuiu na manutenção da riqueza e do status das classes aristocráticas, condicionou a irregularidade na distribuição das terras e atrasou o desenvolvimento de novos modelos de sustentação do meio rural e de projetos de organização de uma indústria nacional. A terra manteve-se como fonte de poder e renda.

³⁰ MAYER, Arno. *A força da tradição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 16.

A centralização monárquica e a Igreja representam o atraso no desenvolvimento das instituições políticas e educacionais juntamente com a manutenção dos cargos burocráticos, econômicos, culturais e militares que se perpetuam nas mãos de uma diminuta aristocracia. Apesar do século XIX espanhol, especialmente seus anos iniciais, representar uma nova leitura do governo monárquico³¹, em termos econômicos, políticos e sociais a Espanha encontrava-se, entre os séculos XIX e XX, profundamente marcada pelo avanço das novas idéias e a permanência da tradição.

Tradição que aparece por vezes como elemento de atraso e, outrora, como elemento identitário do presente. Tradição que se caracteriza, tal como afirma Rubem Barboza, como “elemento vivo”, como “protagonista do presente, destinada a ser reiterada, explorada, saqueada ou destruída. Cadáver insepulto a atravancar o nosso caminho, ou uma espécie de Lázaro que deve sempre voltar à vida para nossa plena identidade, ela é ainda horizonte do nosso presente”.³² Tradição buscada no presente, como essência da história hispânica.

1.2.2 Os anos de 1808-10: novas soberanias e legitimidades

Em busca desse choque inevitável, é indubitável afirmar que 1808 foi um marco na história da Espanha, um período marcado por transformações significativas. O levantamento popular de maio contra a ocupação política e militar francesa marcou o começo de uma nova etapa política. O desprestígio da monarquia e as crises financeiras subseqüentes associadas a derrotas militares, tendo como marco Trafalgar, possibilitaram um debate político que suscitou, no século XIX, respostas capazes de engendrar uma nova era política. O resultado

³¹ Fizemos, outrora, diversas referências à constituição do Estado moderno, referindo-nos a diferentes teóricos. Insistimos nas particularidades de um Estado espanhol sempre em referência às mudanças que a Revolução Francesa promoveu entre as noções de governo e Estado Moderno. Quando faço uso do termo “governo monárquico” em detrimento da expressão “Estado monárquico”, faço seguindo algumas das orientações apresentadas por Dalmácio Negro em *Sobre el Estado en España*. Neste livro, o autor busca traçar não só um panorama geral acerca das características fundamentais do Estado Moderno, insistindo no caráter de *estatalidade* deste, mas também as especificidades que particularizam a análise do Estado espanhol. Em suma, a partir das contribuições do autor, podemos afirmar que, em contraste com outras regiões da Europa, o uso do termo Estado em referência à monarquia espanhola do século XIX mostrar-se-ia superficial já que a monarquia esteve atrelada à tradição histórica, não absorvendo algumas das noções que qualificam o Estado moderno como, por exemplo, a despersonalização do poder frente ao universalismo eclesiástico e do organicismo medieval, a burocratização, etc. Talvez as palavras do autor tornem a problemática mais evidente, ao apontar o caso espanhol onde “es comprensible la imprecisión con que se suele hablar del Estado confundiéndolo con el Gobierno. Pues es natural que no se advierta que antes del Estado las formas políticas y de gobierno no eran cratológicas. En rigor, el Gobierno sucedió al régimen procediendo al Estado; pero apenas Grocio o Rousseau advirtieron casi de pasada la importancia de la diferencia. La palabra y el concepto Gobierno, aunque hoy parezca lo contrario, es más extensa que Estado y es la que debiera corresponder en general a la forma de institucionalización de lo Político – quizá sería mejor decir Gobierno que Político -, sin perjuicio de la particularidad de la forma histórica política concreta, una de ellas la estatal”. C.f. NEGRO, Dalmacio. *Sobre el Estado en España*. Madri: Marcial Pons, 2007, pp. 19-28.

³² BARBOZA, *op. cit.*, p. 32.

desses debates, que acompanham não apenas os anos de 1810, mas se desdobram por todo o século, nos permite observar a confluência entre tradição e modernidade, entre uma guerra popular acompanhada de um sentimento de superação e o florescimento de um liberalismo de tipo peculiar, tímido e nascente, ambos marcados por traços tradicionais que perpassam desde a política até a própria configuração da economia e da sociedade espanholas. Este processo de resistência contra a invasão francesa atrelado à descaracterização do imperador e dos franceses, representados pela figura do rei José Bonaparte, é marcado também pelo desprezo à política de Godoy³³ e seu “despotismo ministerial”. A tirania é vista sob duas faces diversas e complementares; de um lado uma tirania exterior, tendo Napoleão como figura emblemática, e de outro uma tirania interior, colocada no seio da sociedade através da influência de Godoy.

As transformações que o limiar do século XIX trouxe àquele país não demonstram o início de um processo revolucionário particular. Não podemos esquecer a importância sem precedentes das colônias hispânicas na sustentação não só da economia, mas de toda a sociedade espanhola, profundamente marcada por um modelo econômico de exportação ultrapassado, por relações de tipo arcaico tanto no meio rural quanto na própria colônia e por um modelo de mundanidade mergulhado na religião e em valores tradicionais de organização social. São dois processos que marcam o início de um processo revolucionário único: na Espanha uma revolução liberal e na América um processo que desembocará, mais tarde, na independência. São, em termos gerais, dois processos relacionados intrinsecamente. Enquanto a modernidade confronta-se com uma monarquia do Antigo Regime, o surgimento das idéias liberais representadas pelas Cortes de Cádiz colaborará na desintegração do conjunto político colonial.³⁴

Não há, sem dúvida, como captar todo o século XIX espanhol através de eventos tais como os do ano de 1810. Todavia, mudanças conjunturais como estas evidenciam não somente transformações de cunho político, social, intelectual, etc., mas também na concepção mesma do indivíduo, de seu papel no mundo e na sociedade a qual pertence. Trata-se, como

³³ Manuel de Godoy y Alvarez de Faria Rios Sanchez Zarzosa (1767-1851) foi político, diplomata e militar espanhol. Atuou como primeiro-ministro nos anos atribulados de guerra entre Espanha e França. Mesmo após sua demissão formal em 1798, Godoy continua a exercer influência junto ao Rei.

³⁴ Guerra busca uma análise a partir da noção de “processo revolucionário”. Apesar dos possíveis desencontros que o termo pode ocasionar, trata-se, sem dúvida, para o autor, de transformações que possuem um caráter revolucionário. Segundo Guerra, o termo caracteriza um período de intensas mudanças e marca, inclusive, a inauguração de um novo homem e uma nova sociedade. Mais do que o uso de um termo que, na maioria das vezes, associa-se a mudanças estruturais e acesso ao poder por uma nova classe social, temos neste caso, uma busca pelo próprio entendimento do momento histórico pelos atores sociais em questão e a percepção que tinham de um processo revolucionário, ou seja, de um marco geral e profundo no seio da sociedade. C.f GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

nos atenta François-Xavier Guerra, que muito atentamente analisou este momento, da consciência que têm estes atores sociais de estarem vivenciando uma nova era, o nascimento de um novo homem, de uma nova sociedade, enfim, de uma nova política.³⁵

Nova política que permite novas formas de sociabilidade e de legitimidade focadas, a partir de então, na noção de nação. Sejam quais forem as profundidades das mudanças surgidas deste processo, de fato elas inauguram uma ruptura irreversível levada a cabo não por políticos burgueses, mas por homens pertencentes a um mesmo mundo cultural. Segundo Guerra, toda relação social possui um conteúdo cultural fundamental. Toda relação evidencia questionamentos que giram em torno de como a sociedade é imaginada, seus vínculos, os poderes atribuídos e seu caráter geral de legitimidade, em suma, a relação direta entre governantes e governados.³⁶

Por isso, além de todas as principais questões travadas no início do século XIX na Espanha, uma se coloca em evidência: a noção de legitimidade. Ainda que o embate estivesse calcado na repulsa ao francês e ainda que a historiografia enfatize, em alguns casos, as aproximações possíveis entre a Revolução Francesa do século XVIII e a espanhola do século XIX, de fato o que nos interessa *a priori* é buscar a relação simbiótica entre linguagens políticas que se misturam, se diferenciam, se condensam. Buscar o surgimento de novas linguagens políticas que se impõem gradativamente e se adaptam ao longo dos anos, estabelecendo uma relação de troca entre a linguagem do porvir e suas precedentes. Buscar o debate político que o nascente liberalismo suscitou, seus adeptos, seus opositores, suas diversas formas de apreensão. Buscar o lugar da nação, do indivíduo e das diferentes formas de legitimidade do poder político. Em poucas palavras, buscar no debate político a relação desmedida entre tradição e modernidade.

Não se trata, obviamente, nem de um estudo sobre as mentalidades nem de um estudo específico sobre as diversas linguagens políticas. Estes modelos de análise, por mais frutíferos que fossem os resultados, exigem investigações mais profundas e focadas, o que não foi possível. Buscamos, ainda que de forma diminuta, a análise deste e de outros períodos característicos do século XIX, reconstruindo o discurso político produzido pelos atores históricos direta ou indiretamente engajados na ação política de seu tempo. Trata-se de pensar como diferentes discursos refletem a diversidade de acepções que os indivíduos fazem de

³⁵ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

³⁶ GUERRA, *op. cit.*, p. 14.

determinados fatos históricos. Neste sentido, a leitura dos textos será feita não de forma vertical, mas observando as questões paradigmáticas que envolvem seu contexto histórico específico de formulação. É uma tentativa, ainda que limitada, de relacionar linguagem e contexto histórico. Assim, é possível que mesmo que estejamos limitados a um número reduzido de fontes, possamos observar os conceitos-chave que intervêm na dinâmica do período. Dinâmica dos próprios conceitos, já que sofrem mutações diversas e constantes conforme não só o momento histórico de análise, mas também dos atores políticos que os evidenciam.³⁷

O contexto lingüístico indica um contexto político, social e histórico, no interior da própria linguagem que, como resultado, apresenta uma dimensão histórica irreparável. Todavia, as novas formas de linguagem possuem uma relação com o passado, um “caráter de passado” como o próprio autor prescreve, onde a linguagem do presente não pode nem deve estar descarregada de “insinuações do passado”.³⁸ É impreterível, portanto, buscar as relações entre os antigos usos e as novas maneiras e usos da linguagem geradas a partir de novas experiências, de novos problemas e possibilidades originários de um contexto histórico em questão. Não buscamos *strictu sensu* as intenções dos atores históricos, mas os argumentos que desejavam defender e as ações e normas que desejavam legitimar ou invalidar. As linguagens e discursos políticos podem e apresentam continuidades em meio às transformações e por isso é necessário observar “que a criação de uma nova linguagem pode ter lugar na tentativa de manter a velha linguagem, não menos que na tentativa de mudá-la”.³⁹ Em termos gerais, a procura não é pela linguagem em si, mas a transformação do texto em ação, em prática.

A ação, enquanto ação política, só é possível porque os agentes sociais envolvidos possuem o conhecimento do mundo em que vivem, podendo agir sobre ele modificando-o ou não de forma adequada. Esta ação produz e impõe representações do mundo social que, ao mesmo tempo, age sobre si mesmo. De forma concomitante, os grupos envolvidos buscam transformar o mundo conforme seus interesses, produzindo e reproduzindo ou destruindo as representações que os tornam visíveis perante eles mesmos e perante os demais. A ordem social é mantida através de sistemas de classificações que, por se ajustarem às classificações objetivas, acabam por serem reconhecidos ao mesmo tempo em que camuflam as

³⁷ POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da USP, 2003, pp. 9-11.

³⁸ POCOCK, J.G.A. *op. cit.*, p. 37.

³⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 76.

arbitrariedades de seu fundamento. As palavras, com seu caráter descritivo, possuem o poder de classificar, de prescrever e, porque não, limitar. Podem criar esquemas classificatórios socialmente constituídos e, conseqüentemente, temporalmente naturalizados.

Através da constituição dos grupos é possível observar mais claramente a eficácia das representações, das palavras e palavras de ordem e das teorias que contribuem para a formação da ordem social, impondo princípios de divisão. O poder, no interior do campo político, oficializa e delinea as visões não só políticas, mas também de mundo. Ele permite unir grupos com características identitárias distintas, grupos práticos em grupos instituídos, na medida em que passam a compartilhar de determinados objetivos. Estes grupos vivenciam um processo de construção através de conflitos baseados na imposição de princípios legítimos que provocam, em alguns casos, divisões e lutas políticas.

Os debates travados durante todo o século XIX, principalmente os que envolvem os princípios gerais afirmados em Cádiz e que desencadearão discussões infundáveis, evidenciam uma nova perspectiva sobre a política e sobre a participação do indivíduo na política, apresentando diferentes visões, de grupos diversos e opostos, que almejavam uma nova configuração da sociedade espanhola. O nascente liberalismo espanhol ao estabelecer uma crítica ao passado imediato, priorizando a liberdade civil e política como forma de combater o despotismo e reivindicar uma nova Constituição, deixa claro os limites doravante impostos ao governo monárquico, que sobreviverá aos choques mais como instituição simbólica que efetiva. Os debates políticos do século XIX permitiram o gradual esboço de novos conceitos e idéias e a reformulação de práticas vigentes que perpassaram, durante longos anos, todo o cenário político espanhol. O sentimento que persiste é o sentimento de vigência de uma nova temporalidade.

Além de sua singularidade, os tempos históricos, compreendidos em sua diversidade, possuem uma experiência temporal própria. Tal experiência, observada em detalhes sobrepostos uns aos outros, nos revela a multiplicidade de tempos históricos coexistindo e combinando-se numa aparente unidade contraditória. Deparamo-nos, de imediato, com uma multitemporalidade e com a existência, num mesmo e único tempo, de um número infundável de tempos.⁴⁰

⁴⁰ KOSELLECK, *op. cit.*, pp. 13-14.

Por isso, as relações entre a Revolução Francesa e a revolução espanhola do século XIX não são desconhecidas.⁴¹ No entanto, buscar as possíveis influências resultantes desta relação é um trabalho de todo extenso. Cabe apenas enfatizar que se trata de processos distintos, ainda que cambiáveis. Optamos por observar mais atentamente a caminhada espanhola rumo à modernidade no interior do pensamento político espanhol associado ao conjunto heterogêneo que compõe, diversamente, a sociedade e cultura espanholas.

O desenvolvimento do Estado Moderno chocou-se com disputas no interior de sua configuração, tendo como resultado formas distintas de organização do poder. No caso espanhol, o poder real convive, diretamente, com os debates políticos do século XIX, mas sobrevive freando o desenvolvimento de instituições laicas e do próprio Estado e perpetuando a forma monárquica de governo.

A Ilustração, que caminha lado a lado com o avanço do Absolutismo no século XVIII, permite o triunfo do indivíduo como valor supremo. Descartes, Hobbes, Locke e Rousseau, no campo político; Adam Smith no econômico. Em sua imensa diversidade, todos fazem referência ao indivíduo e as formas de sociabilidade de novo tipo, modernas. Paralelo ao avanço do indivíduo encontra-se a sociedade espanhola do início do século XIX. Sociedade de tipo bastante diverso, calcada majoritariamente em valores tradicionais, estamentais e hierárquicos, onde o poder é produto da história e da tradição. Todavia, absolutismo e ilustração não são imaginários completamente opostos. Basta referirmo-nos à relação entre elites modernas e “despotismo ilustrado”, ambos possuindo visões similares quanto às noções de soberania, privilégios e relação entre poder e indivíduo. Prova disso é que, por vezes, as elites modernas do século XVIII mostraram-se complacentes à autoridade real para efetivar seus projetos de reforma.⁴² Pouco a pouco, o novo imaginário moderno impõe-se de forma gradativa, seja através da intelectualidade espanhola seja através de altos funcionários participantes da administração real e portadores das novas idéias.

A coexistência entre idéias modernas e tradicionais é um dos pontos fundamentais de observação do período. As novas idéias advindas dos movimentos de 1808 não são mais que a convivência entre uma nova e uma antiga concepção de organização do corpo social tão característico do pensamento político espanhol. Vejamos o exemplo francês. A análise de Pierre Nora, por exemplo, mostra-nos a fragilidade da tradição republicana francesa e sua instabilidade. Serão necessários mais de sessenta anos após a queda de Napoleão para que a

⁴¹ Debate defendido por François-Xavier Guerra. C.f GUERRA, 1992, pp. 19-64.

⁴² GUERRA, *op. cit.*, p. 25.

França conheça instituições republicanas duradouras, com a ascensão da Terceira República em 1875-77. Como afirma o autor, “o século XIX não cessou de refazer a Revolução Francesa”.⁴³ Assim, a tradição convive com os marcos de inauguração do moderno, seja para misturar-se a ele, seja para freá-lo.

Na Espanha, o ano de 1808 é um marco na proclamação da soberania da nação. As Juntas Insurrecionais colocam-se contra José Bonaparte, declarando lealdade a Fernando VII e instaurando um movimento de origem popular hostil à influência francesa em território espanhol. Segundo Guerra, este momento permite o surgimento de um valor moderno, o sentimento nacional, que transformará doravante as relações entre indivíduo e nação. Nesse momento específico a palavra nação, em sua concepção moderna, alude à Coroa e seus reinos, ambos entendidos como uma comunidade política antiga: a nação espanhola.⁴⁴ Compartilhada por todos, no entanto, era a necessidade de reformas sociais e políticas e a expectativa de formação de uma nova sociedade. Julián Negrete, em sua *Política Popular*, expõe de forma sucinta os sentimentos vigentes durante aqueles anos:

(...) No solamente tiene la España derecho, sino obligación la más sagrada de restablecer e reformar las Cortes. Derecho: porque cualquier nación es una junta de hombres libres, que no pudiendo serlo por si solos, o en el estado que llaman de naturaleza, reunen en sociedad para que, obedeciendo todos las leyes, ni la miseria de los unos, ni la abundancia de los otros, ni las pasiones cualesquiera, turben la seguridad de cada uno. Obligación: porque la tiene todo hombre de atender a la conservación justa de su vida, de su hacienda e de su honor, y si los españoles penden únicamente de la voluntad del monarca y de sus ministros, ¿qué ciudadano podrá estar tranquilo ni seguro?⁴⁵

Negrete continua sua exposição através da crítica à tirania, representada de um lado pela figura do rei José e de Napoleão Bonaparte e, de outro, pela do ministro Godoy:

(...) La España no solamente tiene derecho, sino obligación a establecer un gobierno sólido que la libre de Godoy y otros tiranos y que cualquier español la tiene igualmente de derramar su sangre por conseguirlo. Pero la mudanza de gobierno y su reforma, dirá, lastimaria los derechos de algunos particulares. Derechos contrarios al bienestar de las naciones, ni son ni deben ser conservados. ¿Y no somos todos españoles e cristianos? ¿Pues por qué hemos de creer que cien particulares no tengan la generosidad de perder parte de sus comodidades, y de privilegios mal adquiridos en bien de toda la nación? Fuera que, el Grande, el eclesiástico y todos los demás, ¿tendríamos cosa alguna si la nación toda no hubiese querido morir antes que ser esclava de Bonaparte? Al labrador y al artesano debemos principalmente nuestra

⁴³ NORA, Pierre. República. In: FURET, François & OZOUF, Mona. *Diccionario Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

⁴⁴ GUERRA, *op. cit.*, p. 121.

⁴⁵ Este e outros discursos abordados nesta primeira parte da dissertação fazem parte de um conjunto de fontes organizadas e expostas em livro por dois professores de História do Pensamento Político e Social da Espanha. Este livro busca uma análise de períodos fundamentais na organização do pensamento político espanhol dos séculos XIX e XX e a exposição de algumas fontes a eles relacionadas. C.f ELORZA, Antonio & ALONSO, Carmen López. *Arcaísmo y modernidad. Pensamiento político em España, siglos XIX-XX*. Madrid: Biblioteca Historia 16, 1989, p. 18.

libertad, nuestra vida y nuestros bienes y empleos: seamos, pues, agradecidos, poniéndonos en estado de que trabajando y siendo virtuosos, vivan gustosos y contentos.⁴⁶

Associado à perspectiva de mudança, podemos observar o desejo geral expresso na tentativa de não retornar ao *status quo* anterior a 1808. A *Consulta al País*, promovida em 1809 pela Junta Central, mostrou a necessidade de não estabelecer um regresso a um período histórico marcado pelo despotismo ministerial, buscando um regime político onde o poder do rei estivesse limitado e onde os direitos dos indivíduos fossem considerados. Todas as propostas estavam marcadas pela idéia das Cortes Constituintes como forma de assegurar as futuras medidas reformistas. À exceção dos eclesiásticos, muitos se colocavam criticamente frente à ordem estamental, à nobreza ociosa e ao excessivo número de religiosos. O magistrado Juan Pérez Villaamil detalha, em sua carta sobre o modo de estabelecer a regência do reino, a idéia de reforma constitucional:

La nación española, con esta gran turbación, debe entrar en un nuevo ser político y en una administración gubernativa del todo nueva, *por meio de una sabia Constitución* que la preserve de convulsiones como las que sufre y del monstruo del despotismo que la puso al canto del precipicio y de ser sumida entre sus ruinas (...) ⁴⁷

Continua como se falasse diretamente ao rei Fernando VII, aclamado com fidelidade àquela época:

Si quieres mandar sin remordimientos ni zozobra y asegurar para siempre en tu posteridad y familia el trono más codiciado del mundo, *manda poco, manda menos*: son demasias y abusos lo que ministros ambiciosos e ineptos llamaron derechos y prerrogativas del trono. Los reyes son para el pueblo, y no el pueblo para los reyes.⁴⁸

Dentre os apelos e prerrogativas estabelecidas diante do desencontro frente ao novo rei francês, usurpador e ilegítimo, novas propostas foram apresentadas. De fato, medir a intensidade pelas quais estes pressupostos eram compartilhados soa pouco criterioso. Sabemos que grande parte dos escritos estão relacionados à elite e à intelectualidade espanhola. Sabemos, inclusive, que 1808 foi um ano de proliferação de periódicos na Espanha e o nascimento ainda tímido de uma opinião pública moderna. Os três grupos mais influentes, os absolutistas ilustrados, os constitucionalistas históricos e os liberais, compartilhavam deste novo campo de atuação política aberto à sociedade espanhola. Em que medida a população,

⁴⁶ Julián Negrete (agosto-setembro, 1808) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 19.

⁴⁷ Juan Perez Villaamil (1808) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, pp. 20-21.

⁴⁸ J. Perez Villaamil (1808) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, pp. 20-21.

em geral, compartilhava de todos estes sentimentos ou de todas as medidas desejadas para a reforma do poder, não se pode nem se deve afirmar com precisão.

Através destes discursos, no entanto, observamos três referências fundamentais. Primeiro, um possível regresso ao modelo de poder vigente antes de 1808 é indesejado e visto como despótico e ilegítimo já que privilegia os interesses particulares em detrimento dos interesses da nação espanhola. Em segundo lugar, trata-se de buscar uma reavaliação dos próprios princípios de legitimidade do poder político. Ainda que não questionasse o governo monárquico, as relações entre a Coroa e seus súditos deveriam ser modificadas colocando a relação de submissão entre eles de forma invertida, estando o poder real a serviço do povo e não o contrário. Em terceiro e último lugar, os fatores apontados acima e unidos à linguagem política analisada mostram-nos a busca por um modelo ideal de Estado, já que estes grupos de atuação política e social buscam organizar as formas através das quais o poder poderia ser legitimamente exercido, apontando a relação necessária entre indivíduo e Estado para que este se tornasse soberano.

Há uma tentativa de transformação, mas não há uma mudança radical na forma de governo. Busca-se modificar os princípios regentes do poder monárquico, inclusive afirmando a Constituição como tentativa de limitar o poder executivo através do legislativo. Interessamos o cenário onde conflui a continuidade e a descontinuidade sentidas em 1808 e com maior intensidade pós-Cortes de Cádiz. Estes fatores nos possibilitam olhar as continuidades com o mesmo olhar atento às rupturas, como Maquiavel traduzira em seus *Discorsi sulla prima deca*, onde afirmava que “todas as coisas do mundo em cada tempo têm seu próprio encontro com os antigos tempos”⁴⁹.

A linguagem empregada e a idéia fundamental do período encontram-se como herança do constitucionalismo histórico, onde a proposição de “leyes fundamentales” contra o poder arbitrário localiza-se no cerne da nova possibilidade de participação política. O geógrafo Antonio Peña publica em Valladolid *El voto de un español*, texto onde aparece, claramente, seu desejo por um governo firme e liberal calcado em leis fundamentais garantidas por uma Constituição considerada como o baluarte da liberdade dos indivíduos e da participação dos espanhóis na política:

Espanoles: no basta vencer ejércitos enemigos para vivir felices. Es necesario reformar nuestras instituciones políticas si queremos evitar otra y más veces los males que en día nos

⁴⁹ BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 27.

afligen y de que aún no estamos libres. Una nación no puede prosperar sin un buen gobierno, sin una Constitución o (lo que es lo mismo) sin unas leyes fundamentales que Ella misma establezca y vele por su observancia. No creáis que los reyes vienen enviados de Dios a los pueblos, como os predicán los que quieren ser reyes, y reyes árbitros de vuestras vidas y vuestras haciendas. La voluntad de los pueblos es la que hace los reyes (...) Pero desde ahora establezcamos un gobierno firme y liberal que afiance en el trono de España a Fernando y sus sucesores, y asegure para siempre la libertad y demás derechos de la nación (...) Una monarquía hereditaria en cabeza de Fernando y sus descendientes es la forma de gobierno que debemos adoptar, pero bajo una Constitución que modere y fije los límites de la autoridad real y arregle las relaciones que debe haber entre la nación y el rei (...) Estas son las bases generales sobre las que debe reposar el gran edificio de la libertad española y de sus reyes.⁵⁰

A figura da nação confunde-se com a figura do rei, transformando a monarquia espanhola numa “comunidade humana” semelhante ao corpo humano, onde o corpo formado pela nação e a cabeça, representada pelo Rei, fundem-se através de um legado histórico marcado por uma “homogeneidade cultural e política”. É um momento de fortalecimento da idéia de nação, de unidade, de reconhecimento mútuo de todos os indivíduos como espanhóis e, portanto, de elementos centrais de identidade. São dois tipos de pertencimento, político e afetivo-patriótico, compartilhando espaços de experiência e perspectivas para o futuro semelhantes.⁵¹

O sentimento quixotesco de heroísmo, glória e honra une-se à permanência de uma sociedade estamental e hierarquizada, onde a religião permanece como formadora dos valores espanhóis, como elemento constituinte do próprio espanhol. O modelo pactista sofre os abalos ocasionados pela onda constitucionalista, mas persiste como uma das idéias centrais do pensamento clássico espanhol. Soberania, legitimidade, Constituição, nação, liberdade... Sob transformações semânticas e adquirindo, por vezes, polissemias distintas, estas são as principais palavras ecoadas em 1808:

No es la libertad que apetece, lo que indica el sentido vulgar de la palabra. La *Libertad* no es la exención de obedecer; es El derecho de conservar la dignidad de hombre, obedeciendo: como el despotismo, por el contrario, es el estado de perpetuo abatimiento aun cuando nada quiere mandar el que lo ejerce (...) Gozar libertad es obedecer solamente a las leyes: sufrir despotismo es estar dispuesto a someterse al capricho.⁵²

Somente entre 1810 e 1814, a nascente ideologia liberal culmina em um conjunto de reformas expostas de forma detalhada na Constituição de 1812. É neste período que as idéias dos fervorosos anos de 1808 tornam-se política efetiva. O assentamento da liberdade torna-se

⁵⁰ Antonio Peña (agosto, 1808) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 21-23.

⁵¹ GUERRA, *op. cit.*, pp. 150-159.

⁵² Antonio Peña (maio, 1809), em seu *Semanario Patriótico*, um dos representantes da imprensa política liberal; *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 24.

questão central dos liberais de Cádiz que modificam, definitivamente, o quadro geral da política espanhola.

1.2.3 As Cortes de Cádiz e o liberalismo espanhol

O estudo do liberalismo na Espanha não pressupõe a confluência direta entre idéias políticas, neste caso específico as idéias liberais, e suas formas de governo correspondentes. Permite-nos, ao contrário, observar que ainda sob um governo monárquico, cuja permanência se estendeu até o início do século XX apesar do pequeno incômodo da I República, as idéias liberais encontravam-se difundidas no interior da sociedade espanhola, em especial dentre os círculos intelectuais ligados ou não à administração do governo. Ainda que tais idéias não tenham preponderado na configuração de um governo de bases liberais, elas colaboraram no inquietamento geral em torno da crise do governo monárquico espanhol e na concepção de seu papel central na ordenação social.

O personalismo, visível através das relações políticas de hierarquia e privilégio característicos da monarquia espanhola, chocou-se de forma cada vez mais intensa com a idéia de que um governo legítimo é aquele cuja atuação está direcionada a serviço do povo e onde seu bem-estar encontra-se acima dos interesses individuais dos reis e grupos a ele atrelados. É impossível, no entanto, falar de liberalismo na Espanha antes da Guerra de Independência. É somente depois de 1808 que podemos observar mais claramente a distinção entre idéias e forma política. Neste sentido, o ano de 1808 é um marco histórico para aqueles que se interessam pelo estudo das idéias políticas espanholas, na medida em que é possível localizar a entrada em cena de uma “escola liberal” que, segundo Dalmacio Negro, dominará intelectualmente alguns dos mais importantes círculos espanhóis até 1936. A Guerra de Independência trouxe consigo uma porta de entrada ao liberalismo espanhol que, mesmo minoritário, passou pouco a pouco a orientar a vida coletiva.⁵³

Optamos pela divisão temporal feita por Negro que traça três períodos distintos do liberalismo na Espanha: de 1808 a 1834, considerado como o momento do “liberalismo idealista”; 1834 a 1874, ou o “liberalismo possível” e, por último, de 1874 até 1936, período classificado pelo autor como o do “liberalismo impossível”. Na primeira fase, as idéias liberais estão em choque direto com o Antigo Regime e a Ilustração, ainda que relacionadas a

⁵³ NEGRO, Dalmacio. *El liberalismo em España*. Una antología. Madri: Unión Editorial, 1988.

esta última. Na segunda fase, o regime monárquico faz-se pouco a pouco liberal ao menos na intenção. Na terceira e última fase, frente ao déficit do Estado e à ausência de mando político que envolve a sociedade espanhola, o liberalismo aparece com mais intensidade, revestido de uma espécie de formalidade apenas. Neste último, o objetivo da ação liberal consistirá em reestruturar a nação mediante a formação de um Estado Nacional semelhante ao nacionalismo manifestado durante a Guerra de Independência. Em termos gerais, o liberalismo terá como objetivo central, durante o caminhar do século, a alteração das relações entre Estado e sociedade.

Durante a Guerra de Independência, a questão central girou em torno da indefinição da soberania e sua titularidade. As questões voltavam-se ao combate de um inimigo externo que ameaçava, diretamente, o que pensavam ser uma soberania da nação espanhola. Terminado o conflito, a soberania interna, desestabilizada, sofre uma indefinição entre as esferas do público e do privado, permanecendo indefinidos os limites da autoridade. O fim do conflito gerou também um novo embate agora entre uma minoria liberal e uma minoria monárquica absolutista. Ambas disputavam influências e ambas desejavam participar da organização das idéias que viriam a gerir o Estado.

O período marcado pelas Guerras de Independência marca também o período de criação das Cortes de Cádiz, em 1810. As revoltas populares desembocaram na criação de Juntas Locais e Regionais de Defesa, posteriormente reunidas na Junta Central Suprema. Este grupo englobava indivíduos de diferentes matizes ideológicos, mas, em termos gerais, grande parte do grupo era representado por alas conservadoras da sociedade divididas em absolutistas, jovellanistas e liberais. O objetivo central era a formação de uma nova ordem social e um novo sistema político marcados pelo princípio da soberania nacional, onde o poder real estivesse dividido e limitado pela participação direta das Cortes na formulação e aprovação das leis. Os princípios acordados em Cádiz resultaram na Constituição de 1812, considerada nula somente em 1814 quando Fernando VII invalida as decisões estabelecidas.

Os liberais de Cádiz afirmavam que a soberania pertencia à nação, sendo este o princípio central da liberdade política e o eixo de estruturação das idéias de mando e obediência. A Constituição de 1812 resume a posição liberal ao afirmar que a soberania reside na nação sendo esta, portanto, a responsável por estabelecer suas leis fundamentais. As leis, neste sentido, deveriam ser protegidas a fim de garantir a liberdade civil, a propriedade e todos os demais direitos legítimos dos indivíduos. A idéia de que a nação espanhola é livre e

independente e, por isso, não pode ser patrimônio de nenhuma família ou pessoa acaba por se configurar num dos pontos de disputa interna entre a monarquia, que não poderia aceitar tal proposta com riscos a sua própria permanência e legitimidade, e os liberais. Este embate, segundo Negro, permeará toda a história do liberalismo espanhol que nunca chegará a tornar-se uma realidade.

Um segundo ponto de destaque refere-se às disputas acerca da própria titularidade da soberania. A Constituição concebia a permanência da monarquia, inclusive pressupunha um trabalho em torno de sua conservação e restauração. Buscou-se preencher o espaço vazio do poder recuperando-o através do restabelecimento da monarquia sob a égide do pensamento político tradicional. A Constituição entendia que o poder, seja ele de uma nação independente ou soberana, seja ele de seus representantes ou reis, não pode ser ilimitado e absoluto. O governo, assim posto, deixaria de ser legítimo se não respeitasse os pactos e convenções, as leis e os princípios da ordem social, da justiça e dos direitos dos particulares. O trono até então estava vazio e a monarquia não era um poder, mas uma recordação. Tratava-se de restaurá-la, adaptando-a aos novos tempos e imaginando-a de acordo com os anseios da sociedade. O desejo dos liberais, portanto, não era questionar a monarquia como forma de governo, patrimônio da nação, apenas de pensá-la enquanto governo limitado, ou seja, estabelecer leis e limites para sua atuação no interior da sociedade. A luta do liberalismo girou em torno da possível aceitação, por parte da Coroa, de alguns pressupostos de cunho liberal. A recusa da monarquia fica clara em 1814, quando Fernando VII estabelece o absolutismo despótico.

A Guerra de independência havia deixado à mostra um exacerbado sentimento de unidade política, ao mesmo tempo em que mostrou a fragilidade da monarquia. Apesar da instabilidade referida, a consciência e os interesses monárquicos ainda estavam profundamente arraigados na sociedade espanhola para serem suprimidos. Assim, os liberais deveriam daí em diante buscar coincidir os interesses dinásticos com os interesses nacionais, o que não deixava de ser uma tarefa quase impossível. A grande ilusão dos liberais foi imaginar que poderiam, após a restauração da monarquia, iniciar um período de renovação das idéias políticas que redirecionariam o poder e sua relação com a sociedade. Não perceberam que se tratava de duas instâncias de difícil convivência.

De forma sucinta, o nascimento do liberalismo espanhol pode ser associado às Cortes de Cádiz, cidade ilhada geograficamente para lidar com uma tarefa de tamanha dimensão. Os

constituintes de Cádiz buscaram proteger a monarquia, enquanto instituição, das influências externas, em especial dos Bonaparte. Buscaram unir as forças da nação na enorme tarefa de levantar exércitos e recursos, examinando as possibilidades de reformas políticas ao mesmo tempo em que combatiam o adversário externo. Buscaram, enfim, a coexistência da tradição e das novas idéias, na medida em que pensavam a recuperação da monarquia sobre uma nova ótica.

Os grupos que compunham as Cortes possuíam diferenças entre si e, portanto, cabe dizer que as idéias liberais não se apresentavam como um conjunto homogêneo. Nem o liberalismo deve ser entendido no singular. Havia uma série de diferenças na concepção da relação entre monarquia e idéias liberais que não é nosso ponto central de análise, mas que merece atenção. Pensar o liberalismo, seja através de uma análise voltada para o campo econômico, seja através do campo político e social, pressupõe atenção exatamente onde estes eixos, analisados de forma estanque, podem confluír dotando a expressão liberalismo de um determinador comum e afastando-o de uma análise voltada unicamente para a observância de sua relação com a noção de liberdade.

Apesar desta análise não privilegiar o estudo do campo econômico espanhol e as possíveis mudanças nesse setor ao longo do século, ainda que por vezes o façamos, não se deve perder de vista que o liberalismo se configura como modelo político alternativo, não obstante o século XX ter nos proporcionado outros tantos modelos alternativos ao próprio liberalismo. Compartilhamos da descrição de Rosanvallon ao afirmar que devemos compreender o liberalismo não como uma doutrina, mas como uma cultura. Uma “cultura em atividade no mundo moderno que, a partir do século XVII, procura simultaneamente se emancipar do absolutismo real e da supremacia da Igreja”. Para apreender o trabalho da cultura liberal é necessário, segundo o autor, “opor uma abordagem dinâmica a uma observação estática”. Trata-se de “compreender a formação e a evolução das racionalidades políticas e sociais, ou seja, dos sistemas de representação que comandam o modo pelo qual uma época, um país, ou grupos sociais conduzem suas ações e encaram o futuro”.⁵⁴ Todavia, estamos atentos às especificidades do contexto político espanhol e, portanto, das necessidades que demandam a observação dos discursos políticos e dos usos e abusos dos conceitos-chave em questão. O liberalismo espanhol, em suas primeiras manifestações, desejava transformar as relações de poder e os princípios gerais de soberania até então vigentes, mas manteve-se

⁵⁴ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 13.

condescendente à permanência da Coroa e, portanto, à forma tradicional de governo. Não se trata de uma contradição, já que liberalismo e democracia não são sinônimos incondicionais, ao contrário. Mas trata-se, sem dúvida, de uma observação minuciosa das continuidades.

Entretanto, Cádiz representou a cristalização de idéias cujas referências são modernas, não somente pela importância doravante atribuída às Cortes Gerais e Extraordinárias e aos intelectuais que as compuseram ou pelas propostas posteriormente apresentadas, mas também pela positividade da opinião pública espanhola, que crescia gradualmente e proporcionava novos tipos de sociabilidade. A opinião pública espanhola moderna amplia-se no século XIX desde as tertúlias, pequenos grupos de discussão, até uma imprensa permeada de diferentes tendências. O período constituinte possibilita a oportunidade de consolidação do liberalismo marcado em partes pela influência francesa, embora a recusa dos intelectuais aos franceses seja freqüente. José Canga Argüelles, político espanhol e ministro da Fazenda durante o Triênio Liberal (1820-23), esboça em linhas gerais algumas das idéias presentes entre os intelectuais liberais:

La nación Española, que en mes de mayo de 1808 juró su independencia, ofreció su sangre para mantenerla, y a pesar de los reveses y desgracias sostiene tan santo propósito; al cabo de dos siglos de silencio y opresión se va a ver representada por Diputados, nombrados solemne, legítima y generalmente, para formar una Constitución que estruya hasta las reliquias impuras de la arbitrariedad y del despotismo.⁵⁵

E acrescenta, referindo-se às leis fundamentais formuladas e dirigidas à nação:

La unión de dos o más personas, fundada sobre convenios libre y espontáneamente aceptados por todos, se llama Sociedad; y será sociedad civil, o Nación, cuando se reúnan muchas familias naturales, para mantener su libertad, su igualdad y propiedad, bajo ciertas condiciones o leyes formadas por ellas mismas, y afianzadas sobre una fuerza capaz de contener al díscolo, de apartar las sugerencias de la ambición, y los efectos funestos de las pasiones, de donde dimana la Seguridad, que es el convencimiento que tiene el hombre de que nada podrá perturbarle en el disfrute de sus derechos.⁵⁶

A afirmação da liberdade sobrepuja o antigo poder ilimitado da Coroa. A soberania, deixada em mãos de particulares ou justificada através de um direito divino atribuído aos sucessores reais modifica-se, encontrando seu habitat no interior do corpo social dos cidadãos. A esse respeito, Argüelles dá continuidade a sua narrativa sobre a soberania da nação e a necessidade de limitar o poder monárquico:

⁵⁵ José Canga Argüelles, em suas *Reflexões Sociais ou Idéias para a Constituição Española* (1811). C.f. ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 25.

⁵⁶ J. Argüelles *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 26.

Todos y cada uno de los ciudadanos que componen la sociedad, tienen derecho para intervenir en el establecimiento de las leyes, por residir en ellos la soberanía. Pero como de verificarlo indistinta y colectivamente las discusiones se eternizarían y el desconcierto sería el resultado; de aquí la necesidad de constituir el poder legislativo de la Nación (...) A ellos toca extender los códigos civil, criminal, económico y de rentas; determinar las relaciones entre la Iglesia y el Gobierno; arreglar los planes de enseñanza; confirmar o derogar los tribunales actuales; darles la forma más análoga al bien de la Nación.⁵⁷

Prossegue em outro texto, de 1812, abordando as necessárias relações entre soberania do Rei e as Cortes Constituintes, ponto fundamental do texto constitucional de 1812:

Lo que constituye para todo hombre sensato la monarquía o la forma de gobierno monárquico son las leyes fundamentales que templan la autoridad del Rey; lo contrario es una tiranía (...) Las Cortes las ejercerán según el modo que establezca la Constitución, sin que puedan extenderse más Allá de sus límites y el Rey igualmente usará de su autoridad conforme a lo dispuesto en la ley fundamental, sin que el intervenir en la formación de las leyes tenga otro objeto que asegurar más y más el acierto e sabiduría de tan graves resoluciones.⁵⁸

Entretanto, os grupos que participaram, direta ou indiretamente, das discussões em Cádiz não formavam um corpo político homogêneo. Ao contrário, junto à formação de grupos liberais e adeptos às resoluções das Cortes, reuniram-se grupos moderados, antiliberais e eclesiásticos. Os eclesiásticos, temerosos da possível subversão dos valores estamentais e hierárquicos, buscaram defender o sistema social no qual possuíam privilégios e a propriedade eclesiástica. Estes grupos estabelecem limites que acabam organizados num conjunto de idéias contrapostas às reformas propostas em Cádiz, caracterizando-se como uma ala antiliberal. Este pensamento é nomeado como *servil* e representa a difusão, neste período, de um pensamento reacionário. O desejo de permanência aparece claramente no documento que ficou conhecido como *Manifiesto de los Persas*, onde 69 deputados “servis” solicitam de Fernando VII uma restauração absolutista. O manifesto, pedindo a restauração do trono, chamava-se desta forma em referência a uma tradição persa exposta com clareza por B. Mozo de Rosales em 1814: “Era costumbre en los antiguos persas pasar cinco días en anarquía después del fallecimiento de su rey, a fin de que la experiencia de los asesinatos, robos y otras desgracias les obligasen a ser más fieles a su sucesor”.⁵⁹

Para Elorza e Alonso, autores que reúnem as fontes trabalhadas nesta primeira parte da dissertação, o pensamento servil é, antes de tudo, uma contra-ideologia. Sua proposta não é

⁵⁷ J. Argüelles *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, pp. 26-27.

⁵⁸ J. Argüelles (1812) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, pp. 27-28.

⁵⁹ *C.f* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p.35.

majoritariamente voltada para a exposição de perspectivas sociais e políticas, mas caminha com o objetivo de fundamentar a exclusão e, por vezes, a perseguição de seus oponentes. De forma resumida, os grandes temas da ideologia servil estavam calcados na cosmovisão escolástica, em discursos de raiz inquisitorial contra liberais e filósofos, na defesa da propriedade eclesiástica e da hierarquia estamental e no desejo de retorno a práticas repressivas simbolizadas pela Inquisição. Após a restauração de Fernando VII, o pensamento servil elaborará novas noções em torno do poder real, que novamente é amparado por justificativas de tipo religiosas, estabelecendo uma fervorosa militância contra as reformas políticas de inspiração francesa.⁶⁰ A reação religiosa provocada pelo processo constituinte desencadeia uma série de textos que buscam defender a estabilidade da forma monárquica sob uma perspectiva histórica e reafirmar a tradição como forma de combate às novas idéias. José Joaquín Colón, decano do Conselho de Castela, aponta as características gerais desta oposição:

Las nuevas constituciones son para las sociedades que comienzan; ¿por qué tanto ahinco para abolir la que nos gobierna después de 16 siglos? Las leyes fundamentales de una tal monarquía deben ser, en lo humano, inmutables e inmunes de toda sustancial variación (...) El Rey debe ser lo que siempre ha sido; y sus diversas clases, lo que siempre fueron. Si ha habido excesos y demasias en unos y en otros, no han nacido de las leyes, sino de su inobservancia, hija primogénita y única del despotismo, y de nuestra actual desolación.⁶¹

Os porta-vozes deste movimento enfatizavam a tradição histórica da ordem social e política como justificativa para a manutenção do *status quo* vigente. A tentativa de modificação dos sistemas que ordenavam a sociedade havia séculos era colocada como movimento anárquico e os liberais, defensores da liberdade e da Constituição, como anjos tornados demônios pelas influências externas. Eram declarações acaloradas contra o que acreditavam tratar-se de aclamações contra a religião e os costumes espanhóis, ao mesmo tempo em que almejavam a restauração do absolutismo e o início da repressão ideológica. Podemos observar tais assertivas em diferentes discursos, todos relacionados através do conjunto de idéias por eles partilhados. Exemplo significativo é o do Frei Francisco de Alvarado, que apresenta de forma concisa alguns elementos dos discursos tratados acima:

⁶⁰ C.f. ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, pp. 13-15.

⁶¹ José Joaquín Colón publica em Cádiz sua *España vindicada em sus clases y autoridades* (1811). C.f. ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 29.

Es voluntad del pueblo que se conserve la religión de sus padres se la transmitieron. Cumplan esta voluntad sus procuradores (...) La voluntad del pueblo es que se la conserven sus clérigos y sus frailes, porque si estos no fuesen como deben, el mal será para ellos y no para el pueblo, que sabe que la santidad y eficacia del ministerio nada pierden por la depravación de los ministros (...) La voluntad del pueblo es que se gobierne como en los tiempos de los Fernandos

III, V, VI, y para esto no es menester nueva Constitución, sino buena voluntad y temor de Dios.⁶²

Continua a exposição em suas *Cartas Críticas* (1811):

Lo primero, porque tanto el Congreso como fuera de El está aquél suficientemente conocido por un charlatanismo sin concierto ni atadero, ancaminado a transtornar todo orden y dejar la nación, sin altar y sin trono y sin leyes, y a privarnos a todos de nuestras propiedades para pasarlas a manos del que sea, o más poderoso o más astuto para robar (...) Convengamos, pues, amigo mio, em que la igualdad por naturaleza que nos presentan estos señores filósofos, es un sueño, y sueño de un frenético de quienes sabemos que tienen malísimas vueltas. La religión nos enseña todo lo contrario; pero aun cuando ella nada nos dijese, ¿necesitábamos nosotros más que extender los ojos a la misma naturaleza? Vemos en Ella mujeres. ¿Y quién será el loco que diga que son iguales a los hombres? ¿Quién el aturdido que no reconozca lo que San Pablo ha dicho que a ella no le corresponde “dominari in virum”; y que el varón “caput est mulieris”? La pequeñez y la finura de su cuerpo, la cobardía y cortedad de su espíritu, la vehemencia de su imaginación y la perpetua volubilidad de sus afectos, ¿no están pidiendo a gritos la protección, la dirección y la solicitud del hombre al mismo paso que su interés y amor?⁶³

As máximas anticristãs são criteriosamente expostas com o objetivo de anular as inúmeras decisões resultantes de Cádiz. O veredicto final é observado no texto de Mozo de Rosales, que participa ativamente da organização do Manifesto de aclamação ao rei Fernando:

(...) que entre tanto se mantenga ilesta la Constitución española observada por tantos siglos y las leyes y fueros que a su virtud se acordaron; que se suspendan los efectos de la Constitución y decretos dictados em Cádiz y que las nuevas Cortes tomen en consideración su nulidad, su injusticia y sus inconvenientes.⁶⁴

Fernando VII, ao promover a restauração em 1814, acaba por desmoronar o sonho liberal. Os conservadores, que viam os liberais como imbuídos de idéias francesas, colocaram-se opostos às suas propostas, aproveitando-se da inércia da própria sociedade que se encontrava, ainda, profundamente atrelada à tradição. A canção dedicada ao retorno do Rei era cantada em aclamações de “Viva Fernando, viva,/y viva la Nación,/ que respeta su Rey,/ su Dios y Religión”⁶⁵.

⁶² Francisco de Alvarado (1811) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 30.

⁶³ Francisco de Alvarado (1811) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, pp. 29-31.

⁶⁴ B. Mozo de Rosales (1814) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 36.

⁶⁵ *C.f* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p.37.

Os liberais espanhóis não encontraram proteção da Coroa para levar a frente seus projetos. Ao contrário, a monarquia perseguiu os que suspeitavam possuir algum “afeto” pelas idéias de Cádiz. Não são muitos os intelectuais deste período e muitos só adquirem experiência política após 1834. Porém, é neste período que eles se dão conta da inércia da Monarquia e da necessidade de reformas pelas quais ela deveria passar para que, paulatinamente, fosse possível fazer liberal também a sociedade. Com a chegada do Triênio Liberal (1820-23), o país é tomado por um *pronunciamiento* militar encabeçado pelo tenente Rafael de Riego⁶⁶. Riego proclamou a restauração da Constituição de Cádiz e o restabelecimento das autoridades constituintes, mas não cessou com a instabilidade política que os acalorados anos de 1820 conheceram.

É neste período também que algumas vertentes do pensamento liberal encontram seu caráter moderado em associações que procuravam adequar, frente às diversas propostas expostas à época, liberalismo e civilização e onde o sistema representativo aparecia como solução imediata para o progresso interno. Este modelo representativo não se baseia na representação popular, ao contrário, acredita que tal representatividade estaria em mãos de uma minoria sábia, responsável por transmitir ao poder as necessidades gerais da sociedade através de uma espécie de consentimento tácito. A soberania, então, não residiria na nação unicamente, mas nos indivíduos a quem a nação delegou tal representatividade. Os olhares voltados para a revolução burguesa e o crescimento industrial de seus vizinhos europeus desembocaram na iniciativa de construção de um novo modelo político de atuação entre o absolutismo e o liberalismo, construindo um elo entre poder real e participação popular mediada. O expoente teórico deste grupo será a revista *El Censor* e seu teórico mais conhecido, Alberto Lista:

Acaso no hay un solo número en nuestro periódico que no este consagrado a demostrar esta gran verdad, a saber: que *la monarquía moderada y constitucional es preferible a toda otra forma de gobierno en los países civilizados y de grande extensión*, principalmente si se hallan en contacto con poderosas monarquías absolutas (...) En fin, es para nosotros una verdad tan evidente, que el trono nunca es más grande y sublime, que cuando toma a su cargo la defensa de las libertades públicas y se rodea de los intereses y de la opinión nacional (...).⁶⁷

⁶⁶ Rafael Riego (1807-23) foi general e político liberal espanhol que lutou na Guerra de Independência, em 1808, e comandou diversas batalhas até os anos de 1820. Morto em 1823, Riego aparece dentre os diversos adeptos da Constituição de 1812.

⁶⁷ Alberto Lista (*El Censor*, 1822) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, pp. 38-39.

O caráter exaltado do liberalismo aparece através da desconfiança ante a verdadeira intenção da Coroa em buscar uma conciliação entre poder e liberdade. A canção patriótica, intitulada *Alarma los patriotas*, traduz o receio diante da restauração do poder real:

De opresión la ominosa bandera/ nuestro suelo miró tremolar,/ y en si vio la venganza más
fiera/ la virtud con cadenas premiar;/ la opresión derrocaron mil bravos/ proclamando el
olvido y la unión,/ más el alma de inicuos esclavos/ solo alienta furor y traición (...) Paz y
unión, españoles, clamemos;/ paz, unión y respeto a la ley,/ y la espada blandiendo
aclamemos/ a las Cortes, al código, al rey,/ el que no nos respete que muera,/ o abandone este
suelo inmortal,/ que la España feliz no tolera/ ni opresión ni al esclavo venal. *A las armas,
patriotas, volemos, / que aún intenta triunfar la opresión; / a las armas y unidos clamemos: /
o la muerte o la Constitución.*⁶⁸

O embate entre as diferentes correntes liberais, o Rei e os adeptos do clero e do absolutismo se estende por todos os anos subseqüentes. Entre 1823, quando há uma nova restauração por conta da morte de Riego, até 1833, a Espanha conhece períodos de instabilidade de diversos tipos. As perseguições aos liberais se intensificam e aumentam o número de protestos por parte dos que apoiavam a Coroa e a permanência dos futuros sucessores do rei Fernando. Ao mesmo tempo, ao formular um conjunto de idéias de caráter renovador no âmbito político, os liberais dos anos 10 e 20 esquecem das profundas mudanças econômicas pelas quais a Espanha deveria sofrer para se adaptar aos novos tempos. O país, marcado por um modelo econômico arcaico, conhecerá mudanças significativas apenas no século XX, ainda que a estrutura agrária e as relações tradicionais no campo tenham resistido aos golpes do século.

A monarquia persiste como forma de governo e como instituição simbólica, não mais justificada através de uma referência divina, mas histórica. Não são somente as novas idéias que tem de conviver com o tradicional pensamento político espanhol. Os novos grupos em ascensão, sejam os liberais de todo o tipo, sejam os “afrancesados”, indivíduos imbuídos “das idéias francesas” que participavam da administração da Coroa, dividem o mesmo espaço com uma classe ociosa e conservadora e coexistem, muitas vezes, nos quadros da burocracia estatal.⁶⁹

A liberdade almejada em Cádiz questionou as relações sociais de submissão entre governantes e governados, buscando através da cristalização de um poder legislativo a criação de limites ao despotismo e ao poder ilimitado. Apareceu da necessidade, tal como colocava Montesquieu, de garanti-la através da distinção entre aqueles que têm o poder de legislar e os

⁶⁸ *Alarma los patriotas*, publicada em maio de 1821 pelo “El Espectador”, de Madri. C.f. ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 41.

⁶⁹ MAYER, *op. cit.*, pp. 133-140.

que possuem o poder de julgar.⁷⁰ Desejou, enfim, garantir uma Constituição e construir a liberdade a partir da execução de leis outorgadas pelos representantes da sociedade, equilibrando o jogo de poder entre o poder legislativo e o poder real. A liberdade dos modernos não encontra, ainda, pleno vigor na Espanha do século XIX, mantendo-se em confluência direta entre tradição e modernidade. Entre a permanência do antigo e a descontinuidade dos novos tempos.

1.2.4 Desenvolvimento liberal e instabilidade política

A instabilidade governativa persiste acompanhada de ininterruptas restaurações e *pronunciamientos* militares por todo o século. Ao mesmo tempo, o liberalismo busca consolidar-se acompanhado da ineficácia parlamentar e da continuidade de práticas clientelistas que, além da conhecida falta de lisura nos atos eleitorais, provocaram o sucessivo decréscimo dos órgãos de soberania e legitimidade das instituições políticas. As ininterruptas crises estatais provocaram desequilíbrios sociais e a conseqüente marginalização de grupos políticos em ascensão mostrando, ao mesmo tempo, a incapacidade dos partidos tradicionais em se apresentarem como agentes canalizadores dos diferentes interesses. O processo modernizador sofreu as inconstâncias do governo monárquico através de intervenções substantivas que, no decorrer do século, colocaram-se como obstáculo para o desenvolvimento liberal. Na afirmação de Manuel Baiôa, “a modernização que os países ibéricos sofreram provocou transformações e contradições análogas com as quais o Estado Liberal teve dificuldade em lidar”.⁷¹

Em 1834 a monarquia absoluta é substituída por uma monarquia constitucional, mas os hábitos e os costumes, o mito que envolve a monarquia como guia e protetora do povo, continuaram a reger o imaginário da sociedade espanhola. As discussões sobre a essência do constitucionalismo, a natureza e a titularidade da soberania, a problemática do poder constituinte, a separação de poderes como garantia contra o despotismo, a alternativa entre o princípio individualista e o princípio orgânico, as liberdades de pensamento, a questão da propriedade, da religião e a situação econômica da Espanha, todas estas questões continuaram a ser debatidas no seio dos grupos intelectuais espanhóis. A liberdade política era afirmada como meio fundamental de alcançar a liberdade civil e frear o despotismo e o retrocesso.

⁷⁰ MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973, p. 157.

⁷¹ BAIÔA, Manuel. *Elites e poder*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEUS-UE, 2004, p. 9.

Algumas destas idéias estão presentes no *El eco del Comercio*, espaço de divulgação do pensamento liberal e defesa do governo representativo:

(...) Parece, pues, que el día el principal pensamiento que nos domina, es poner diques al regreso de la arbitrariedad y del despotismo (...) Debemos, pues, esperar que marcharemos con paso firme y seguro, adelantando siempre, nunca retrocediendo, y dando a las instituciones protectoras de la libertad la misma consistencia que han adquirido ya em Inglaterra y Francia.⁷²

Prossegue criticando a política monárquica e referindo-se ao governo representativo como sinal de progresso dos tempos e como meio de acompanhar o desenvolvimento político das nações vizinhas:

Todas las naciones cultas de Europa, aun muchas que permanecen todavía sujetas al régimen absoluto, tienen en el día una tendencia decidida al gobierno representativo. En unas se halla comprimido este espíritu con la fuerza; en otras está paralizado por la sabiduría de la administración que mostrándose paternal para con sus súbditos, alejas de si todo aparato de tiranía, abre las puertas a la ilustración y a las oportunas reformas.⁷³

Entre 1834 e 1874, ou entre o Estatuto Real (1834) e a Restauração (1874), temos o que Dalmacio Negro chama de “período de maturidade do liberalismo espanhol” ou período do “liberalismo possível”. É exatamente neste momento que os grupos intelectuais buscam tornar as idéias liberais praticáveis no âmbito político a partir, por exemplo, da incorporação de “afrancesados” influenciados pelo modelo francês à administração. A estratégia de incorporar o despotismo ilustrado pela Coroa era uma medida de buscar apoios e evitar uma nova instabilidade. Todavia, com a morte do rei Fernando em 1833, iniciou-se uma guerra entre duas versões da monarquia absoluta: de um lado, os partidários de Maria Cristina e sua filha, dirigidos por Cea e, de outro, os partidários de Dom Carlos. O liberalismo já se fazia sentir de forma mais intensa nos meios intelectuais e de classe média, mas não conseguiu realizar uma política liberal na própria resolução da questão dinástica. Ao mesmo tempo, a monarquia não podia mais se colocar distanciada das idéias liberais, fazendo com que monarquia e liberalismo mantivessem uma relação de aproximação e repulsa inconciliáveis.

⁷² *El eco del Comercio (1834) apud ELORZA & ALONSO, op. cit., p. 57.*

⁷³ *El eco del Comercio (1834) apud ELORZA & ALONSO, op. cit., p. 57.*

Com o fim das disputas em torno da monarquia, Francisco Cea Bermúdez⁷⁴ estrutura um programa de governo que marca, definitivamente, as relações entre monarquia e liberalismo. Este programa pressupunha a conservação da monarquia e da religião, mas prometia reformas administrativas que garantissem o fomento da riqueza, a segurança das pessoas e bens e, ainda, a diminuição de cargas que fossem compatíveis com as necessidades da nação. Esse programa é típico de um despotismo ilustrado que se colocou disposto a levar a cabo reformas administrativas, ainda que não se referisse às liberdades políticas e às limitações do governo. Para Cea, todavia, vincular estreitamente monarquia e liberalismo era uma espécie de suicídio, ainda que sentisse a necessidade inevitável de atrair intelectuais liberais. O resultando dessa aproximação foi a formulação do Estatuto Real de 1834, com profundas influências de Martínez de la Rosa e Javier de Burgos, ambos próximos a Cea.

O Estatuto Real não obteve a aprovação de todos os liberais, tendo os mais radicais se afastado do sistema e os moderados manifestado suas reservas. Como coloca Dalmacio Negro, os liberais acabam por se dividir em duas correntes, mais propriamente entre liberais radicais e liberais conservadores. Apesar de sua real limitação, o Estatuto representou um olhar atento aos novos tempos. A monarquia, por um lado, sentiu a urgente necessidade de abarcar as novas idéias, ainda que limitando-as. Segundo o autor,

Pela primeira vez desde 1808, esta instituição cedia aos signos dos novos tempos, ou seja, aos princípios liberais: não se reconhecia a soberania nacional, porém o rei devia convocar as Cortes para assuntos graves, para exigir tributos e contribuições ou para modificar uma lei fundamental do reino. Não se proclamava o princípio da divisão de poderes, porém se acolhia implicitamente. Inaugura uma concepção política fundada no “justo meio”, entendido como fórmula de acordo.⁷⁵

O não reconhecimento da soberania nacional e a falta de uma proclamação de direitos fez com que uma ala da ortodoxia liberal exigisse o cumprimento de algumas das diretrizes de Cádiz, o que terminou numa conspiração para seu restabelecimento em 1836. Este foi um dos momentos que marcaram claramente o embate, que se prolongará até inícios do século XX, entre tradição e modernidade. O embate entre as ruínas das velhas instituições e o surgimento e estabelecimento de novas idéias políticas. Neste momento, podemos observar que há uma preocupação em diferenciar o poder enquanto princípio e o governo enquanto ação. Isso significa dizer que ainda que fosse preservada a monarquia como forma de governo, havia já a

⁷⁴ Francisco Cea Bermúdez (1779-1850) foi político e diplomata espanhol, nomeado secretário de Estado no governo de Maria Cristina, após a morte do rei Fernando VII.

⁷⁵ NEGRO, D. *op. cit.*, p.78.

perspectiva de que era necessário estar atento à administração efetiva, ou seja, levar adiante medidas que beneficiassem o crescimento da Espanha e contemplassem os interesses públicos em geral.

O liberalismo deveria restabelecer, sob novas bases, as relações entre governo e sociedade, construindo um Estado e uma administração que funcionassem efetivamente e objetivamente através de uma orientação coletiva à sociedade, cobrindo, enfim, o espaço deixado pela monarquia. A separação da América, em 1834, possuiu grande influência nas idéias correntes à época, marcando definitivamente a necessidade de mudanças estruturais e de uma nova orientação que recolocasse a Espanha no jogo mais amplo do cenário mundial. Assim, como busca mostrar o autor, o liberalismo, pensado nesta conjuntura de crise, se fazia possível. Havia um espaço a ser ocupado, espaço este desejado pelos liberais. Porém, mais uma vez, o liberalismo mostrou-se débil para impor-se à monarquia.

O liberalismo espanhol, todavia, não se afirmou neste período por vários motivos. Em primeiro lugar, porque não bastava apenas o estabelecimento de um Estado Liberal, um Estado de Direito. A sociedade espanhola não era certamente liberal, pois possuía uma consciência influenciada, em grande medida, pela tradição monárquica. Em segundo lugar, a monarquia nunca se fez liberal, ao contrário, buscou nos liberais e no espaço dado a este grupo apenas uma forma de angariar apoio, com nenhum entusiasmo pelas idéias liberais e tampouco uma perspectiva de integrá-las, ainda que paulatinamente, às diretrizes da Coroa. Em terceiro lugar, temos a relação entre governo monárquico e Igreja e, mais do que isso, a própria doutrina católica que se constituía como um dos apoios centrais de justificativa da legitimidade dos reis. Era impossível pensar, em termos práticos, num Estado livre sob os grilhões que a Igreja Católica impunha na Espanha. Em quarto e último lugar, era necessária uma estrutura social de “espírito liberal” para que as idéias liberais se afirmassem, pouco a pouco, na sociedade espanhola.⁷⁶ Havia, sem dúvida, a ausência de uma classe média independente e numerosa, não esquecendo que as classes médias na Espanha não se conformavam como classe significativa, criando-se assim um entrave para a construção de um Estado sobre bases liberais.

O liberalismo não soube aproveitar o momento de incerteza política e econômica dos anos 30 e não soube atrair a insegurança geral em seu favor. O sistema de liberação de terras,

⁷⁶ NEGRO, D. *op. cit.*, p. 80.

elaborado em 1837 por Juan Álvarez Mendizábal⁷⁷, fez impossível uma reforma agrária, ao contrário, apenas permitiu a acumulação de terras pelos mais poderosos e ricos, concentrando-as nas mãos de uma oligarquia que se aproximou, por vezes, de uma nobreza de sangue, fazendo-se liberal por um lado, porém aderindo firmemente a monarquia de outro. Tentativa de reforma que culminou, não coincidentemente, em prejuízo à sociedade civil.

O liberalismo espanhol seguiu observando as diversas mudanças dos anos 40, 50 e 60, sendo o marco de maior significado para esta análise o estabelecimento de uma Constituição doutrinária em 1845, com sua posterior revisão de caráter progressista em 1856, que nunca entrou em vigor, a Constituição de 1869, conseqüência das graves crises econômicas de 1865 e 1866 e a instauração da I República em 1873. A República, que poderia se constituir como quebra definitiva da forma de governo monárquico, durou apenas um ano, quando foi restabelecida, em 1874, a Constituição monárquica de 69. Principalmente depois de 1848, podemos observar a influência de algumas das diretrizes da revolução norte-americana, dentre elas o sufrágio universal, atrelada ao republicanismo e ao federalismo, e outras correntes como o socialismo e o anarquismo, ambas críticas ao abandono do Estado no gerenciamento dos interesses coletivos.

Assim, e seguindo a idéia de Dalmacio Negro, de 1874 a 1936 o liberalismo se fez impossível. A Restauração, encaminhada pelo general Serrano em 1874, iniciou um processo de mudanças em algumas das idéias bases de justificativa da legitimidade do poder real. O poder, posto como um direito divino entregue aos reis no exercício da soberania, é substituído por uma justificativa que esteve intrinsecamente relacionada a uma legitimidade histórica. Doravante, a monarquia reclama sua permanência não através de um direito divino, mas de uma “soberania da história”, tornando-se central a permanência da tradição. Neste momento, a sociedade começa a se fazer liberal, ainda que não mostrasse um interesse maior pelo governo. A Constituição de 1876, que não deixou de ser uma obra dos conservadores, permitiu a sobrevivência da monarquia, obsoleta e com os dias contados.

O sistema bipartidário da Restauração apresentou um relativo período de estabilidade. Até 1912, apesar do distanciamento da possibilidade democrática, a alternância entre liberais e conservadores no exercício do poder restaurou as bases do governo espanhol, mas

⁷⁷ Juan Álvarez Mendizábal (1790-1853), político e economista espanhol, responsável pela formulação dos decretos característicos do processo conhecido como *Desamortización de Mendizábal* que consistia, em termos gerais, numa tentativa de reorganização econômica das terras espanholas.

representou, por outro lado, a intensificação de práticas clientelistas e fraudulentas. O rei permanecia como figura central, ainda que sua atuação se mostrasse frágil a qualquer ação arbitrária. Manuel Baiôa afirma que a Restauração permitiu edificar um regime liberal pacificado, afastado das turbulências políticas, embora incapaz de mostrar-se como um espaço à democracia. O sistema de rodízio entre liberais e conservadores, o “turno pacífico” como é chamado por alguns autores, permitiu manter a coesão e a disciplina partidária, já que os parlamentares que se mostravam dissidentes sofriam diversas penalizações nos atos eleitorais subsequentes.⁷⁸

Cánovas del Castillo, que em 1874 faz público o Manifesto de Sandhurst, deixando claro os objetivos da referida Restauração monárquica, apresenta como metas primordiais do governo a recuperação da ordem e o princípio de coesão, onde o objetivo central encontrava-se na defesa da “orden común a toda acción o movimiento desconcertado, y que tienda a perturbar, destruir o hacer imposible la indispensable cohesión y combinación de las partes, en el total organismo del Estado”.⁷⁹ Por outro lado, a ausência de um conteúdo democrático é uma das bases de crítica às novas diretrizes do Estado. Como denuncia claramente Gumersindo de Azcárate, em *Self-government e a monarquía doctrinaria*, a “monarquía doctrinaria há subordinado el principio de la soberanía nacional al de la legitimidad (...). La monarquía democrática, por el contrario, subordina el principio de la legitimidad al de la soberanía del Estado”.⁸⁰

De modo geral, tal como nos atenta Javier Moreno Luzón, os debates historiográficos acerca do sistema político característico do período da Restauração estão centrados no seu caráter mais ou menos liberal, no peso do parlamento frente ao poder executivo, nas dimensões das fraudes eleitorais e na diminuição de sua representatividade.⁸¹ Em suma, o cenário político, econômico e social não apresentou grandes modificações. As diversas constituições e restaurações, ainda que muitas vezes atreladas a um tom reformista, não conseguiram mudar, objetivamente, as condições materiais da sociedade. As modificações encontravam-se entrelaçadas às permanências, nos partidos e suas disputas internas, no exército observando pela janela os assaltos ao poder, na Igreja e suas regalias e na intensificação do caciquismo, fruto da organização das terras espanholas. O golpe de Estado

⁷⁸ BAIÔA, Manuel. *Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos 20*. In: BAIÔA, M. (Ed.) “Elites e poder”. Lisboa: Edições Colibri e CIDEUS-UE, 2004, p. 20.

⁷⁹ Cánovas del Castillo (1873) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 99.

⁸⁰ Gumersindo de Azcárate (1877) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, p. 101.

⁸¹ LUZÓN, Javier Moreno. *El Partido Liberal Español y la crisis de la Restauración*. In: In: BAIÔA, M. (Ed.) “Elites e poder”. Lisboa: Edições Colibri e CIDEUS-UE, 2004, p. 134.

do general Miguel Primo de Rivera, em 1923, e o estabelecimento de uma ditadura que perdurou até 1930 se caracterizam como o último suspiro da monarquia espanhola. Ainda que viesse imbuída de novas propostas, a ditadura trouxe consigo o peso da tradição e não representou um projeto de mudanças no gerenciamento da política.

A exposição de alguns dos diversos eventos importantes do século XIX permite-nos observar que algumas das características do período são a instabilidade do Estado e sua indefinição. A Espanha não permaneceu estática frente ao desenvolvimento das nações vizinhas, mas sofreu com as indefinições do poder e a incapacidade dos diferentes governos em lidar com as mudanças não só nos planos econômico e social, mas também no campo das idéias. Interessa-nos pensar que esta conjuntura de indefinição do Estado permanece até a proclamação da II República. Não estamos afirmando, obviamente, que o século XIX esteve direcionado por um único problema, a questão do Estado. Não podemos analisar a história como se possuísse uma lógica imperturbável. Tão pouco o liberalismo mostrou-se a via alternativa hegemônica. O socialismo, e também me refiro às inúmeras correntes políticas à época, também surge como força política no último quarto do XIX.

As abordagens centradas no Estado e no surgimento e desenvolvimento do liberalismo espanhol obedecem, apenas, a necessidades futuras de análise, tornando-os um dos diversos campos nivelados de atuação dos seres humanos. A religião, a cultura, a sociedade, a economia, o Estado, as idéias, etc, todos são espaços de análise que não podem ser excluídos, evitados ou excessivamente valorizados. Portanto, a exposição desses eventos serviu-nos apenas de ponte para a observação da transição da Monarquia Constitucional à República e para a posterior análise dos escritos falangistas acerca do Estado, das idéias, da tradição, da economia, enfim, da Espanha do século XX.

O século XIX foi o século das revoluções feitas a favor da liberdade, da democracia política ou social, das independências e unidades nacionais que não devem estar somente em referência a 1789. Tivemos revoluções liberais e revoluções democráticas, já que ambas não devem ser confundidas, e um grande movimento das nacionalidades. Tivemos liberalismo e muitas vezes, portanto, a ausência de democracia.⁸² O liberalismo, como afirma René Rémond, surge como uma filosofia global, contra a autoridade absoluta e a favor da separação de poderes, imprimindo um novo jogo de forças no cenário político. Apresentou respostas aos problemas referentes à sociedade e à liberdade e, por isso, é um erro vê-lo apenas sob a ótica

⁸² RÉMOND, René. *O século XIX*. São Paulo: Ed. CULTRIX, 1981, pp. 13-15.

econômica. Todavia, não podemos esquecer que o liberalismo foi uma via de incontestável mudança, mas também de conservação política e social. Sua força subversiva atendeu a interesses específicos, ainda que não possamos tratar as ideologias como simples aparatos de posições classistas. O liberalismo, enfim, mostrou-se o justo meio entre transformação e conservação. É sobre o instável Estado espanhol e este modelo liberal que a Falange Espanhola desenhará todo seu aparato político crítico.

1.3 O despertar do século XX e da urgente II República

Em 1898 a Espanha perde suas últimas colônias e, junto a elas, o antigo sistema de trocas econômicas que sustentava, ainda que de forma obsoleta, as bases de seu império colonial. O fim do século XIX e o limiar do século XX trouxeram novos questionamentos e uma dupla preocupação: como transformar as estruturas arcaicas, principalmente a agricultura - base da economia espanhola que vinha sofrendo tentativas de reforma desde meados do XIX - conservando os resquícios do passado e projetando bases sólidas de sustentação da economia, da sociedade e da política frente aos desafios dos novos tempos? Como reorganizar o complexo sócio-histórico calcado na sobrevivência do passado e na valorização dos traços culturais espanhóis numa sociedade que se mostrava cada vez mais plural e contraditória? Neste singular momento de crise, a necessidade de repensar as diretrizes institucionais e estruturais gerou inúmeras expectativas em torno das futuras diretrizes do Estado.

A crise, conforme exposta por Manuel Tuñón de Lara, impunha-se sob quatro faces diversas e complementares. Iniciou-se com uma crise econômica marcada não só pelas perdas coloniais, mas em geral pela política econômica centrada na hegemonia da agricultura frente aos investimentos industriais que, apesar de crescentes, mantinham-se periféricos e concentrados em regiões específicas como a Catalunha e Viscaya, por exemplo. A crise econômica provocou, por consequência, um aumento da inflação e a diminuição de alguns investimentos importantes. Acompanhando esta conjuntura, temos uma crise política caracterizada pela ineficácia do sistema de turno entre liberais e conservadores e o já conhecido sistema eleitoral marcado por fraudes e coação pessoal. Junta-se às duas crises apontadas acima uma crise social como sinal do aparecimento de novas ideologias alternativas, de novas organizações políticas e do crescimento e fortalecimento de uma classe

operária inclusa em organizações anarquistas e socialistas, como a CNT e a UGT⁸³. Uma crise multifacetada que amplia a problemática inicial da perda do império colonial, expandindo-se e tornando-se o centro de um novo olhar frente ao futuro e à tarefa nacional.⁸⁴ O rei Afonso XIII, coroado em 1902, teria uma difícil tarefa, a mesma compartilhada pela corrente regeneracionista e a conhecida geração de 1898: assumir os antigos e novos problemas e traçar um plano de mudança que mantivesse coesa a convivência entre a permanência de traços tradicionais e a transformação das estruturas arcaicas do sistema monárquico que direcionavam os campos econômico, social, político e cultural da sociedade espanhola.

A questão agrária e o crescimento de ideologias ligadas à organização do campo trabalhista e da classe trabalhadora emergem com grande força. Estes são temas centrais que perpassam os debates políticos do período e se prolongarão até a República, sendo também um dos pilares de discussão dos escritos políticos da Falange Espanhola e de seu chefe, José Antonio Primo de Rivera. O anarquismo e o socialismo encontravam-se fortalecidos e dividiam espaço com correntes nacionalistas como na Catalunha e no País Basco. A luta pelos direitos trabalhistas convivía com a busca pelo reconhecimento das especificidades culturais, questão marcada em algumas regiões pela iniciativa separatista. As regiões nas quais os movimentos nacionalistas obtinham grande apoio, algumas vezes acoplados às ideologias de esquerda, estavam marcadas por intensos conflitos não só por conta da desejada autonomia, mas por concentrar indústrias e bancos importantíssimos para a economia do país⁸⁵. O governo republicano teve de coordenar um grande barril de pólvora. Por um lado, não podia dispensar atenção às reivindicações regionalistas e, por outro, não deveria mantê-las desintegradas à economia nacional, a fim de garantir o desenvolvimento econômico.

A organização das terras espanholas é tema de debates há várias décadas. O processo de *desamortización* da propriedade da terra iniciado no século XIX, cujo objetivo inicial era promover uma profunda transformação da estrutura agrária adicionou duas novas dificuldades. Segundo Sergio Riesco Roche, a reforma no campo estimulada pelo liberalismo espanhol promoveu a liberação da terra, transformando-a em pleno produto de mercado. Esse processo foi acompanhado por uma relativa modernização do meio agrário e sua dinâmica

⁸³ CNT (Confederación Nacional del Trabajo) e UGT (Unión General de Trabajadores). Havia centenas de organizações operárias, não se limitando apenas às duas apresentadas. No século XX, temos outros movimentos consolidados como o Partido Socialista Obrero Español.

⁸⁴ TUÑÓN DE LARA. Manuel. *La España del siglo XX*. Barcelona: Editorial LAIA, 1974, p. 16.

⁸⁵ O Banco de Viscaya, criado por capitalistas bascos em 1901, é um exemplo do crescimento de alguns grupos capitalistas que representavam um ramo de investimentos. O Banco Español de Crédito, criado em 1902, também é outro exemplo deste período. C.f. TUÑÓN DE LARA, *op. cit.*, p. 19.

produtiva, especialmente através da introdução de formas modernas de exploração da terra. Esse processo, todavia, não esteve disseminado de forma homogênea nas regiões onde havia a predominância da terra como modelo de organização econômica e social. Ao contrário, as regiões apresentaram formas distintas de atuação dentro deste bloco de reformas. A grande limitação desta iniciativa, segundo o autor, é que o processo de liberação das terras além de torná-las economicamente vantajosas sob o novo sistema permitiu uma nova concentração da propriedade. As travas feudais que limitavam a reforma agrária foram, então, substituídas pelos interesses capitalistas. Novos tempos, novos métodos.⁸⁶

Assim, no início do século, a Espanha havia mantido, ao menos na prática, a notável e intensa concentração de terras tão característica de países cuja economia encontrava-se majoritariamente relacionada à exploração da agricultura e a comercialização de produtos primários. Segundo Tuñón de Lara, apenas 2% dos proprietários possuíam o montante de 47% das terras cultivadas. Os arrendamentos e parcerias favoreciam apenas os proprietários, o cultivo, apesar da progressiva modernização das técnicas de exploração, era característico de gêneros extensivos e de baixa produtividade e a população do campo sofria com os baixos salários e a ausência de terras cultiváveis. Os grandes proprietários de terra espanhóis eram não só centro de riqueza e poder político, mas também um freio ao desenvolvimento industrial e à modernização da agricultura.⁸⁷

Os grupos de poder mantinham-se influentes. Proprietários de terra, os conhecidos *caciques*, militares, sempre atuantes nas coordenadas do governo, e a Igreja, cuja função instrumental e educativa permitia-lhe desempenhar um papel central na orientação da sociedade, todos se mantinham profundamente ligados à tradição ao mesmo tempo em que buscavam se adaptar a nova conjuntura de crise. Todavia, nenhum deles, chegada a hora da atrasada República, estarão prontos a permitir profundas reformulações do cenário social.

As relações entre o plano econômico e a política eram diversas e não passíveis de correlações exatas. Conforme apontado por Mercedes Cabrera e Fernando del Rey Reguillo, homens de negócio, empresários e proprietários atuavam no interior de organizações partidárias, seja no Partido Liberal, seja no Conservador, em defesa de interesses específicos. As esferas do econômico e do político estavam entrelaçadas, mas impunham-se mais propriamente em nível local, num “universo atomizado de signo profundamente

⁸⁶ ROCHE, Sergio Riesco. *La reforma agrária y los Orígenes de la Guerra Civil*. Madri: Biblioteca Nueva, 2006, p. 16.

⁸⁷ TUÑÓN DE LARA, M. *op. cit.*, p. 19.

localista”.⁸⁸ Segundo os autores, na evolução do regime liberal os interesses econômicos foram uma peça a mais, não a única nem a principal. As polêmicas econômicas não se configuravam como ponto central até basicamente 1875, já que o objetivo principal era assentar a nova ordem política. A posse de fortuna, portanto, não era um fator determinante na ocupação dos cargos políticos, como é possível observar em relação a dirigentes políticos do período, porém de fato os cargos de direção continuam guiados majoritariamente pela noção de “minorias dirigentes”, fazendo com que o perfil político ainda estivesse marcado por relações interpessoais de poder, onde a posição do indivíduo no interior da divisão social, seja ele proprietário ou profissional liberal, estava determinada por relações clientelistas, mostrando-se os vínculos familiares ou de amizade decisivamente atuantes.

O caciquismo, portanto, pode ser entendido não somente como um poder inerente às classes agrário-financeiras e industriais. Neste sentido, o poder político confundia-se, por vezes, com o econômico, ainda que a elite política conservasse indivíduos de setores profissionais distintos, em grande parte os de formação jurídica, bem como jornalistas e intelectuais que atuavam de forma independente. É importante frisar, com isso, que os fatores econômicos, sociais e políticos estão profundamente imbricados apesar de não possuírem um vínculo inevitável. A coerção, o nepotismo e a dominação econômica são alguns dos fatores que caracterizam o regime político espanhol que, com o nascimento do século XX, observa algumas modificações ainda que limitadamente superficiais. Até 1890, o voto censitário possibilitava o acesso ao poder somente mediante a posse de bens e rendas, mas mesmo após a promulgação do sufrágio universal, que permitiu a entrada de novos grupos no cenário político, os “notáveis econômicos”, como classificam os autores, e os grupos de influência tradicionais não perderam seu domínio característico.⁸⁹

Contudo, em contraposição às permanências, o desenrolar da Primeira Guerra Mundial trouxe algumas transformações importantes, inclusive no setor agrário por conta, em grande medida, da neutralidade da Espanha no conflito. Já em 1915, a economia registrou um aumento considerável dos preços das mercadorias exportáveis. Conseqüentemente, a dificuldade em importar produtos, antes oferecidos regularmente no mercado mundial, também provocou o aumento dos preços internos. Como podemos observar através dos dados apresentados por Tuñón de Lara, a evolução no índice dos preços não significou qualquer

⁸⁸ CABRERA, Mercedes & REGUILLO, Fernando del Rey. *Los intereses económicos en la crisis del liberalismo*. In: BAIÓA, M. (Ed.) “Elites e poder”. Lisboa: Edições Colibri e CIDEUS-UE, 2004, p. 110.

⁸⁹ CABRERA, M. & REGUILLO, F. *op. cit.*, pp. 112-113.

regularidade, ao contrário, as variações provocaram não somente aumentos vertiginosos (entre 1914 e 1918, por exemplo, temos a variante de preços progredindo de 98,4% para 204,9%), como também o aumento do custo de vida e da inflação. Alguns produtos apontados pelo autor indicam, por exemplo, um aumento de mais de 200% no caso das batatas e outros com mais de 100%, como no caso do açúcar, das sardinhas, do bacalhau, do vinho, do trigo, do papel, da eletricidade, etc.⁹⁰

Em suma, não só a sociedade sentiu o peso das transformações advindas da profunda recessão pela qual passava a Europa, mas setores referentes à produção também colheram os frutos do processo. A produção do carbono e do ferro, produtos indispensáveis ao setor industrial, sofreram variações extraordinárias com o aumento de 168% e 110%, respectivamente. Ao mesmo tempo, os preços também acompanham a evolução produtiva, subindo 274,4% para o preço do carbono e 265,3% para o do ferro. De fato, as conseqüências do período foram sentidas de forma discrepante pelos diferentes setores sociais. Enquanto a população arcava com o ônus da inflação, as fortunas industriais conheciam seus áureos dias. A indústria do carbono, do papel e a indústria têxtil, apenas para citar algumas, triplicaram sua produção e formaram verdadeiras fortunas.⁹¹ O setor agrícola, como conclui o autor, obteve resultados desiguais. Enquanto os *terratenientes*, os grandes proprietários, souberam explorar o aumento de alguns produtos agrícolas, a estrutura social dos campos permanecia inalterada.

O conflito proporcionou, ainda, o desenvolvimento da economia interna. Conforme apresentado por Cabrera e Reguillo, houve não só o aumento da produção, mas também a criação de novas sociedades, a abertura de fábricas e indústrias e a expansão do setor bancário e financeiro. Os setores da mineração, construção naval e transporte marítimo sofreram novo impulso e as sociedades mercantis duplicaram-se de forma inédita, principalmente entre os anos de 1916 e 1920. Mais uma vez, os salários e a situação do campesinato permaneceram inalteráveis, apesar do ínfimo aumento salarial nas cidades que, certamente, não acompanhava o crescimento da economia.⁹²

Como concluem Cabrera e Reguillo, a Espanha, enfim, se modernizou e conheceu de perto a formação de uma sociedade capitalista. Mas, e os setores tradicionais? As evoluções na economia foram acompanhadas por modificações na estrutura social espanhola? De fato, o

⁹⁰ Dados disponíveis em TUÑÓN DE LARA, M. *op. cit.*, pp. 25-26.

⁹¹ Cf. TUÑÓN DE LARA, M. *op. cit.*, pp. 26-28.

⁹² CABRERA, M. & REGUILLO, F. *op. cit.*, p. 115.

processo será, ainda, bastante lento. Com o aumento dos conflitos e conseqüente fracasso das políticas econômicas e sociais, o período da Restauração conhecia seus últimos anos. Vários fatores contribuíram até chegarmos ao cataclismo político e a Proclamação da II República, dentre eles o descrédito no sistema de turno marcado pela alternância entre liberais e conservadores no poder que, sob a égide da Constituição de 1876, viu-se substituído por um novo regime constitucional encabeçado pelo general Miguel Primo de Rivera.

Não foram somente a instabilidade econômica e os crescentes conflitos sociais que contribuíram para a cisão política. O fracasso no Marrocos, notadamente marcado pela ausência do Estado, foi procedido de intensos protestos dos grupos militares que acusavam o Estado de negligência diante dos assuntos que envolviam a manutenção do protetorado. Somado a chamada “Ação no Marrocos”, temos as constantes cisões internas dos partidos Liberal e Conservador. Como afirmam Cabrera e Reguillo, as divergências não estavam assentadas somente na constituição de lideranças, mas também em relação às posições acertadas durante a guerra que tornavam a neutralidade um elemento de instável sustentação. As críticas ao tradicional funcionamento da política tornaram-se recorrentes e o crescimento de grupos de pressão, principalmente os ligados à problemática social, intensificavam os protestos frente à necessidade de modernização da política espanhola.⁹³

Segundo Javier Moreno Luzón, o conhecimento das idéias e ações dos liberais é fundamental para entendermos a natureza da Restauração. Por outro lado, os problemas enfrentados, principalmente entre os anos de 1917 e 1923, mostram-nos a fragilidade da centralidade liberal evidenciada pela intensa troca de lideranças entre conde de Romanones, García Prieto e Antonio Maura no período. A heterogeneidade do liberalismo monárquico provocou a retenção nas reformas de tipo progressista e o fracasso de políticas financeiras e econômicas, como as protagonizadas pelo ministro Santiago Alba. A solidez e coesão que, em suma, garantiam o êxito do partido ruíram em 1917 com a fragmentação do Partido Liberal e o fim do sistema de turno.⁹⁴ O fracasso do plano econômico de Alba, cujo objetivo central era sanar as contas públicas e reorganizar a administração fiscal através de um programa de reconstrução nacional, esteve também associado a uma série de medidas impositivas. Uma delas foi a tentativa de taxaço sobre os benefícios extraordinários da guerra. Alba recebeu, obviamente, a desconfiança e reprovação dos industriais mesmo quando, em 1917, promoveu

⁹³ CABRERA, M. & REGUILLO, F. *op. cit.*, p. 117.

⁹⁴ LUZÓN, J. M., *op. cit.*, pp. 133-142.

a criação da Lei de Proteção à Indústria Nacional e um concurso para a criação de um Banco de Crédito Industrial, ambos visando o desenvolvimento da indústria interna.

O Estado não soube aproveitar o crescimento resultante dos anos de guerra e também não formulou qualquer plano funcional de desenvolvimento que unisse iniciativa estatal e privada. O desprestígio da política liberal foi acompanhado pelo crescimento de organizações operárias e sindicais (a UGT, por exemplo, reunia já em 1916 cerca de 150 mil filiados⁹⁵) e pela nova conjuntura de greves e protestos populares. As turbulentas greves que agitaram o cenário social em 1917 marcaram, definitivamente, o espaço político alcançado pelos trabalhadores espanhóis. A greve ferroviária, de largo alcance nacional, foi apoiada pela UGT, pela CNT e pelo Partido Socialista e mostrou, claramente, as aspirações democráticas do país. O início de uma greve geral provava não somente seu caráter econômico, mas sua face política como reflexo das crises do início do século. O crescimento do número de deputados socialistas nas Cortes também contribuiu para o acirramento entre as forças de mudança e permanência, criando brechas fundamentais para a penetração de idéias democráticas.

Contudo, a força da tradição não perecerá. Os militares e conservadores mostraram-se intolerantes em relação aos sucessivos conflitos sociais e, mais uma vez, apontavam o Estado como agente deflagrador da desordem. Apesar da conjuntura favorável, a democracia morre junto à perspectiva de mudança. O golpe militar do General Primo de Rivera, em 1923, adia a possibilidade de renovação da política espanhola e o fim, definitivo, da política monárquica associada aos obsoletos grupos tradicionais e aos frustrados projetos liberais.

1.3.1 Morte e vida à liberdade: a ditadura primoriverista e a proclamação da II República

A ditadura de Miguel Primo de Rivera, vigente entre os anos de 1923 e 1930, configurou-se como um ensaio corporativo nascido, fundamentalmente, de dois decretos-leis: o decreto-lei de organização corporativa nacional,⁹⁶ de 1926, e o decreto-lei sobre a

⁹⁵ Dados disponíveis em TUÑÓN DE LARA, M. *op. cit.*, p. 51.

⁹⁶ Este decreto se configurou como um mecanismo de arbitragem e conciliação, onde é possível observar a tentativa de estabelecer uma relação mais paritária entre o corpo patronal e operário. A corporação aparece como obrigatória, funcionando como um braço do Estado que acaba por coordenar e regular, diretamente, os comitês paritários locais. Segundo Perfecto García, funciona como um “corpo profissional do Estado”. Este é um ponto interessante de análise, na medida em que, na Espanha, diferentemente da Itália, reconhece-se um pluralismo sindical, transformando os sindicatos em associações “livres”, porém internalizadas em corporações obrigatórias. Esta, segundo o próprio autor, foi uma medida necessária à estabilidade da ditadura primoriverista, de forma que era necessário respeitar, ou ao menos aceitar, uma situação já permanente na Espanha, onde era possível observar uma espécie de diversidade no interior dos próprios sindicatos. Cf.

organização da agricultura, de 1928, além de outros textos corporativos para organizações especiais. Esses decretos surgem nos anos 20 para solucionar a chamada “questão social” a partir da intervenção direta do Estado nos problemas sociais. Esse modelo corporativo objetivava um enquadramento das classes operária e patronal em estruturas não-sindicais de conciliação e arbitragem. A questão social, oriunda dos conflitos expostos em abordagem anterior, aparece como eixo de ação do Estado primo-riverista, caracterizado pela formulação de um projeto político corporativo-ditatorial que incorporou uma série de elementos culturais de identificação, sobretudo o catolicismo.

Conforme exposto por Miguel Angel Perfecto García, podemos observar três indicações centrais da política primo-riverista. Em primeiro lugar, uma aproximação com o catolicismo social, base ideológica de Eduardo Aunós, ministro do trabalho da ditadura, cujo objetivo era estabelecer uma aproximação com grupos conservadores importantes no cenário político espanhol. Segundo, a incorporação das experiências de conciliação laboral desenvolvidas pelos comitês paritários catalães nos anos que seguiram a Primeira Guerra Mundial. Em terceiro e último lugar, a presença de um pensamento nacionalista voltado, em grande medida, para uma concepção estatista. A aproximação entre o corporativismo e o pensamento social católico, influenciado ainda que timidamente por um antiliberalismo, acaba por conformar a centralidade de ação do Estado ditatorial espanhol. Com isso, queremos explicitar que havia não só a construção de um modelo corporativo em termos políticos, sociais e econômicos e o abarcamento de elementos culturais, mas também a presença de um sentimento nacional associado à crítica ao liberalismo e a democracia.

O Estado primo-riverista possuiu um eixo de ação bastante claro: os sindicatos. Havia o reconhecimento do pluralismo sindical e, até certo ponto, a tolerância à diversidade existente no interior dos próprios sindicatos. Todavia, o objetivo, ainda não tão claro neste momento, era gerir as relações sociais e econômicas, aplicando os sentidos de disciplina, hierarquia e ordenação funcional. Segundo Perfecto García,

Frente à fórmula fascista do monopólio sindical e da sindicalização das estruturas corporativas, em Espanha opta-se por criar as corporações desde a base, reduzindo o papel dos sindicatos patronais à eleição dos componentes dos comitês paritários, os quais uma vez eleitos, atuam como representantes do Estado no campo laboral.⁹⁷

PERFECTO GARCÍA, Miguel Angel. Influências ideológicas no projeto de corporativismo político-social da ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). Penélope. Revista de História e Ciências Sociais, n. 5. Lisboa: Celta, 1991.

⁹⁷ PERFECTO GARCÍA, M. *op. cit.*, pp. 99-108.

As corporações, enquanto organismos delegados pelo próprio Estado, mantinham funções de direção e fiscalização dos sindicatos, permitindo uma intervenção direta do governo nos assuntos ligados às relações de trabalho e evitando possíveis conflitos entre os operários e o corpo administrativo. Os comitês paritários possuíam diversas competências, dentre elas, os pactos coletivos de trabalho, onde eram decididas as questões que envolviam salário, jornada de trabalho, descansos e etc. Possuíam, ainda, atribuições judiciais relativas ao descumprimento destes pactos ou de leis gerais ligadas ao trabalho. A originalidade destes comitês espanhóis reside em sua capacidade legislativa, executiva e judicial. A atenção dada às relações de trabalho parte da própria colocação do ofício como elemento determinante nas relações entre os indivíduos e criador de fraternidade. Como é afirmado por Perfecto García,

Os pactos coletivos de trabalho dispunham de todas as características que a lei italiana de 3 de abril de 1926 especificava para eles. A diferença mais notável, no caso espanhol, era de que os pactos eram levados a cabo no seio de uma organização supra-sindical tutelada pelo Estado, ao passo que em Itália realizavam-se diretamente pelas associações profissionais operárias e patronais.⁹⁸

A noção de organicidade da sociedade é sempre um ponto de comparação entre a ditadura primo-riverista e o projeto político falangista, que teremos oportunidade de observar em futuras análises. Isto porque ambos direcionavam sua proposta a grupos específicos da sociedade e os elegiam como centros de ação direta do Estado: a família, o município, as corporações gremistas e a estruturação do Estado como elemento de apoio na supressão dos interesses individuais pelos interesses coletivos. Mas, neste momento, tratemos do pai e deixemos o filho para mais adiante.

O golpe militar de 1923 foi apoiado pelas classes produtoras, temerosas dos resultados de uma possível intensificação dos embates sociais e das conseqüências econômicas geradas pela profunda instabilidade política. Por outro lado, representou um dentre vários elementos que refletiam o processo de deslegitimação do regime constitucional. A conversão, levada a cabo pelo rei Afonso XIII, do general Primo de Rivera em presidente do Diretório Militar garantiu o êxito do golpe e colaborou para a consolidação do poder militar. Com o desenrolar da política primo-riverista, alguns setores do empresariado mostraram-se entusiasmados com os possíveis investimentos surgidos da renovação governista.

E, de fato, os anos da ditadura conheceram um considerável crescimento econômico, muito embora a manutenção positiva da economia tenha gerado uma dinâmica corporativa e

⁹⁸ PERFECTO GARCÍA, M. *op. cit.*, p. 104.

intervencionista não só no setor privado e na economia em geral, mas também nos setores de organização da sociedade civil e política. A Unión Patriótica, partido único criado durante a ditadura, tomou o gerenciamento das relações trabalhistas como iniciativa indispensável através dos chamados “comitês paritários”, fator que atingia centralmente os avanços na organização do movimento operário. Miguel Primo de Rivera soube promover a estabilidade do Estado e resolver positivamente os problemas militares no Marrocos, fomentando o setor industrial e multiplicando os investimentos em obras públicas. Contudo, a liberdade civil e política viram-se profundamente limitadas, ao mesmo tempo em que cresciam o desejo de mudança e a esperança de um novo modelo de participação não só democrático, mas também de diretriz social.

O ano de 1931 marcou um corte fundamental e definitivo. Quando o rei Afonso XIII decide abandonar a Espanha diante das eleições municipais que mostraram um intenso movimento antimonárquico, o Exército já não o podia amparar. A República nascia junto à liberdade e a autoridade monárquica dos Bourbon, de tradição secular, e despedia-se de um dos tronos que, outrora, havia sido um dos mais cobiçados do mundo. A República, recém-chegada, herdou os crônicos problemas espanhóis, dentre eles a questão agrária, que se agravava diante do crescimento populacional, a administração da nascente indústria, os conflitos regionalistas e o atraso educacional da população, resultado da histórica presença da Igreja nesse setor.

Niceto Alcalá-Zamora assume o governo provisório, em abril, sob distintas reações populares que variavam desde uma perspectiva pacífica até conflitos diretos. Apesar da urgente necessidade de organização política e de convocação das Cortes Constituintes, o sentimento de esperança dominava toda a Espanha. A direção esquerdista do novo governo privilegiou a participação popular e redirecionou o modelo de relação dos distintos movimentos políticos atuantes. Como declara o socialista Luis Jiménez de Asúa diante das Cortes Constituintes, em agosto de 1931,

(...) Queremos hacer una Constitución que arranque del propio pueblo. Hoy, esas ansias democráticas hacen que en los primeros artículos de las Constituciones de Alemania, de Austria, de Checoslovaquia y de Estonia se establezca que el poder emana del pueblo. Otras Constituciones, como las de Polonia y Grecia, hablan de nación. Nosotros constantemente hemos querido emplear esta palabra más clara y más certera, de pueblo, y no la de nación, que todavía em cuanto a su definición está en el crisol (...) Hacemos una Constitución de izquierdas, y esta Constitución va directa al alma popular.⁹⁹

⁹⁹ Luis Jiménez de Asúa (1931) *apud* ELORZA & ALONSO, *op. cit.*, pp. 187-188.

Se a soberania aclamada em Cádiz, um século antes, referia-se a soberania da nação, a República concretiza, definitivamente, um novo modelo de soberania: a soberania do povo. Esse será o contexto histórico de vida e morte de José Antonio Primo de Rivera e de organização da Falange Espanhola, que teremos oportunidade de analisar no capítulo seguinte. Também será o contexto de nascimento da desejada liberdade, que terá seus dias contados diante da proximidade da guerra civil e da ditadura franquista que perdurará até os anos 70.

1.4 A Falange Espanhola entra cena: José Antonio Primo de Rivera, de filho do ditador a chefe nacional falangista

José Antonio Primo de Rivera y Sáez de Heredia nasceu em Madri no limiar do século XX. Crescido no seio de uma família aristocrática e pertencendo à tradicional elite espanhola, pouca atenção dava às vicissitudes da política de seu país e às urgentes mudanças pelas quais passava. Filho do ditador Don Miguel Primo de Rivera foi alvo de crítica e desconfiança quando decidiu mudar-se dos debates universitários, na Faculdade de Direito de Madri, para as bancadas do parlamento espanhol.

Terminou por iniciar carreira nos anos de 1930 e mais intensamente em 1933, em parte por sua extraordinária retórica, admirada inclusive por seus adversários políticos, em parte como defesa às constantes insinuações dirigidas ao governo de Don Miguel, o eterno general Primo de Rivera. Miguel Primo de Rivera foi acusado não apenas de promover um governo autoritário, mas também de possuir pouca habilidade para transformar positivamente o cenário econômico e social da Espanha.

Fatalmente, José Antonio recebeu olhares um tanto quanto desconfiados a cada tentativa de discurso ou ação. Muitos temiam o ingresso de um novo Primo de Rivera na política espanhola. Apenas em 1930, ano da morte de seu pai, consegue agrupar antigos admiradores e seguidores de Don Miguel em um movimento intitulado União Monárquica Nacional¹⁰⁰, no qual será nomeado vice-secretário, mas permanecerá pouco tempo.

Todavia, apesar da pouca permanência na UMN, já podemos localizar nesta formação um projeto muito similar em algumas considerações ao que futuramente irá compor os pontos

¹⁰⁰ União Monárquica Nacional, movimento que incorpora conservadores e antigos seguidores do general Miguel Primo de Rivera. Foi fundada em abril de 1930. Cf. ELLWOOD, Sheelagh. *Historia de Falange Española*. Barcelona, Editorial Crítica, 2001, p. 24.

fundamentais do projeto falangista. Dentre as principais aspirações, destacamos as que nos interessam para uma análise posterior: um grande anseio e exaltação da unidade nacional, da supremacia do poder espanhol frente os poderes partidários, a percepção do sentimento nacional como princípio formador da política, a reconquista da independência econômica da Espanha através de uma disciplina civil e espírito político e a existência de um exército e marinha fortes para assegurar o prestígio do país.¹⁰¹

A União Monárquica Nacional proporcionou a José Antonio suas primeiras aparições públicas. Em outubro de 1930, por conseqüência de um motim realizado em Bilbao, realizou sua primeira manifestação como integrante do movimento com um discurso acalorado. Como resultado da exposição de seus ideais político-ideológicos seu discurso permaneceu, desde já, associado a uma matriz direitista. Porém, contrariando todas as tentativas de alianças e adesões, o movimento não prosperou.

O ano de 1931 é um marco no desenrolar da política espanhola. A queda da monarquia e a instauração da II República sob a direção de uma esquerda moderada não proporcionou mudanças significativas nas estruturas econômicas e sociais, mas estimulou o surgimento de projetos alternativos, de novas maneiras de pensar a Espanha que, diferentemente dos tempos gloriosos do Império Ultramarino, encontrava-se estagnada. A Espanha do início do século XX, e ainda nos anos 30, como pudemos observar através de outras exposições, era um país com pouquíssimos avanços no campo produtivo, sustentado majoritariamente pela agricultura e, conseqüentemente, por uma elite latifundiária. Os movimentos sociais tornavam-se cada vez mais intensos em suas manifestações e reivindicações, principalmente os de cunho separatista tais como os da Catalunha e País Basco. Em termos políticos, o país tornou-se palco de disputas incessantes entre as forças de permanência e mudança. A quantidade e variedade de projetos políticos eram tais, que se tornava trabalhoso, e inclusive confuso, qualificá-los ou identificá-los como pertencendo a um determinado princípio ideológico. Em suma, havia uma série de movimentos heterogêneos que englobavam conservadores, reacionários, monarquistas, anarquista, socialistas, direitistas e de esquerda.

No interior das disputas ideológicas e da busca pelo poder é apenas em outubro de 1933 que surge no cenário político espanhol o movimento político Falange Espanhola, do qual José Antonio Primo de Rivera fará parte até sua morte em 1936. Em seu discurso

¹⁰¹ S. ELLWOOD, *op. cit.*, p. 25.

fundacional, no Teatro Comédia em Madri, José Antonio traça os contornos iniciais do movimento, que herdou profundamente seus ideais político-ideológicos:

El movimiento de hoy, que no es de partido, sino que es un movimiento, casi podríamos decir un antipartido, sépase desde ahora, no es de derechas ni de izquierdas. Porque en el fondo, la derecha es la aspiración a mantener una organización económica, aunque sea injusta, y la izquierda es, en el fondo, el deseo de subvertir una organización económica, aunque al subvertiría se arrastren muchas cosas buenas.¹⁰²

Em 1934, a Falange incorpora-se às JONS, Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista, que desde sua criação, em 1931, era dirigida pelas figuras de Onésimo Redondo e Ledesma Ramos e cuja organização política foi a primeira a trazer a idéia do nacional-sindicalismo. Essa união, que impulsionou ambos os movimentos, surgiu da grande admiração que José Antonio nutria por Ledesma Ramos e da própria natureza de suas propostas políticas, bastante semelhantes.

As JONS, apesar da pouca popularidade, haviam estruturado suas organizações locais e possuíam um número razoável de adeptos entre os universitários. Sua associação com a Falange era uma medida possível para angariar fundos importantes para o movimento, considerando as possíveis influências que José Antonio possuía entre a elite espanhola. Como o próprio José Antonio previu, o resultado imediato da união foi o aumento das adesões à Falange.

Ainda em 1934 houve uma forte pressão interna para que o movimento adotasse uma tática de chefia única a fim de cessar com as contradições surgidas da própria dificuldade de centralização, já que o comando esteve concentrado até então nas figuras mais proeminentes da Falange. Com isso, confirmando as preferências dos adeptos falangistas, José Antonio se converte, com maioria absoluta de votos, no primeiro chefe nacional da recém formada Falange Espanhola das JONS.

A Falange Espanhola das JONS desponta no cenário político espanhol expressando uma proposta de modernidade alternativa ao modelo liberal e, por isso, acreditamos ser fundamental a inicial análise dos primeiros passos da trajetória liberal espanhola. Seu projeto político é riquíssimo e, em suma, não é mais do que o reflexo das profundas mudanças que o despertar do século XX nos proporcionou. Ao mesmo tempo, ao examinar mais atentamente seu projeto político, observamos que seu aparato teórico-ideológico não está apenas influenciado pelo conjunto de idéias políticas circulantes no entreguerras. Quando nos

¹⁰² PRIMO DE RIVERA, José Antonio. *Textos Revolucionários*. Madri, Ediciones 29, 1984, p. 41.

colocamos frente aos escritos de José Antonio Primo de Rivera avistamos, despercebida, a recente história espanhola e as profundas contradições que desde o século XIX marcam, definitivamente, a organização do Estado espanhol. Assim como o século XIX, o século XX conheceu inúmeros debates sobre as noções de soberania e legitimidade do Estado e do poder político influenciados, claramente, pela herança do pensamento político espanhol e pelo surgimento de novas idéias políticas no cenário mundial.

São à Espanha, ao Estado espanhol e à tradicional sociedade espanhola, mais do que a qualquer possível referência externa, que José Antonio Primo de Rivera dedicou seus escritos políticos e suas aspirações. Contudo, a apresentação do aparato ideológico falangista, entre modernidade e tradição, é tema central de exposição do próximo capítulo.

2 JOSÉ ANTONIO PRIMO DE RIVERA, FALANGE ESPANHOLA DAS JONS E A CONSTRUÇÃO DA NOVA ESPANHA

*Que mal nos cabe na mão,
mas que penetra tão frio
pelas carnes assombradas!
e que apaga o seu brilho
onde treme emaranhada
a escura raiz do grito.*

Bodas de Sangue, Federico García Lorca.

2.1 A recém-chegada República e o ingresso de José Antonio Primo de Rivera na política espanhola

Os anos de 1930 são um marco decisivo não só para a história espanhola, mas também na vida pessoal de José Antonio. De setembro de 1923 a janeiro de 1930, o país viu-se mergulhado em uma ditadura que, apesar da tentativa de reestruturação após o vazio institucional deixado pela queda do sistema parlamentar da Restauração, mostrou-se incapaz de superar as subseqüentes crises econômicas e a ebulição de movimentos sociais reivindicatórios, em grande medida vinculados às distintas correntes socialistas e anarquistas. A reposição da ordem e o regeneracionismo da política foram baluartes de uma ditadura que sofreu com as intensas pressões no sentido de uma abertura e de uma renovação no campo da política.

A tentativa de retorno à normalidade constitucional, delegada ao general Dámaso Berenguer em janeiro de 1930 após a resoluta demissão do general Miguel Primo de Rivera, ao invés de permitir um processo de transição mediador, apenas confirmou, aos ainda crentes, que as permanências, ainda que vivas, encontravam como empecilho, não tardiamente, os ares dos novos tempos. A impetuosidade das transformações não podia ser freada.

A morte do general Primo de Rivera, ainda em 1930, inaugurou intensos debates sobre a configuração do novo Estado espanhol. As discussões concentravam-se não só na preeminência dos grupos em conflito direto pela posse da legitimidade do poder, mas sobre a formulação de projetos de construção de uma nova Espanha. Dentre as correntes em disputa encontramos desde conservadores que buscavam demarcar suas antigas influências, até um republicanismo heterogêneo unido em prol da proclamação da República, ainda que socialmente dividido.

Eram extremamente diversos os movimentos políticos. Citando apenas alguns, temos o Partido Republicano Radical, fundado por Alejandro Lerroux, o Partido Republicano Democrático Federal, dirigido por Manuel H. Ayuso, o Grupo de Ação Republicana, tendo Manuel Azaña como figura proeminente, o Partit Republicà Català, criado dentre outros por Lluís Companys. Alguns intelectuais também se mostraram sensíveis ao momento histórico e favoráveis à República. Caso exemplar foi a composição da Agrupação ao Serviço da República, grupo independente que buscava mobilizar o círculo intelectual e que guardava entre seus quadros um dos mais ilustres escritores espanhóis, José Ortega y Gasset.¹⁰³

Em contrapartida, os partidos operários, marxistas, anarco-sindicalistas e comunistas, ainda que formulassem uma série de críticas plausíveis à realidade social espanhola, não se colocaram como aliados dos republicanos, apenas aguardando, desconfiados, a abertura da caixa de pandora. Os monárquicos também buscaram recuperar a antiga força social na tentativa de galgar apoio para a conjuntura pós-ditadura. Eram como os movimentos em evidência, profundamente diversos. Dentre eles, encontramos a União Monárquica Nacional que reunia grupos da direita radical e antigos seguidores do general Primo de Rivera, inclusive seu filho e nosso eleito, José Antonio Primo de Rivera, seu mais ávido defensor.

O general Berenguer possuía não só a responsabilidade de substituir o vazio de poder deixado pela demissão do antigo general Primo de Rivera, mas de atuar como interventor na busca por um equilíbrio nunca alcançado. Todavia, frente ao esforço empreendido talvez tardiamente, o Pacto de San Sebastián, acordado em 17 de agosto de 1930, representou uma iniciativa de coalizão entre os grupos republicanos e socialistas, de apoio mútuo e impulso insurrecional, que refletiu a mobilização das esquerdas em contraposição à fragmentação das forças direitistas. Havia pouco e a República Espanhola despertava no cenário político.

O 14 de abril foi comemorado com intensas manifestações em diversas cidades espanholas. Para a monarquia restou apenas o saudosismo dos tempos gloriosos da dinastia do além-mar. Ao rei Afonso XIII ofereceu-se o exílio, aceito sem ressalvas diante da impossibilidade de um novo apoio dos militares. A Niceto Alcalá-Zamora foi dada a responsabilidade de gerir uma transição pacífica, evitando possíveis manifestações violentas de rechaço à monarquia e a todo aparato simbólico de sustentação do poder real. Como demonstra Gabriel Jackson, houve a formação de uma multidão turbulenta e a destruição de

¹⁰³ Julio Gil Pecharrómán reúne em seu livro uma série de informações valiosas para a análise não só da República Espanhola, mas dos momentos que a antecederam e as disputas políticas em torno da composição do Estado espanhol. C.f. PECHARROMÁN, Julio Gil. *Segunda República Española*. Madri: Biblioteca Nueva, 2006.

estátuas representativas da Coroa espanhola, como o foi com a estátua de Isabel II, derrubada de seu pedestal.¹⁰⁴ Havia, inclusive, grupos armados preparados para agir diante de qualquer tentativa de manutenção da ordem por parte do antigo governo militar e dos grupos conservadores, inquietados, certamente, com a ascensão de um novo governo, não apenas caracterizado pela união entre indivíduos de diferentes matizes políticos e, até então, excluídos do cenário parlamentar, mas também de uma relevante participação popular que, aquém do real entendimento das circunstâncias, colocou-se ao lado das forças de transformação.

Todavia, o Pacto de San Sebastián previa, dentre os autos do acordo, a organização política do novo governo e a necessidade de convocação das Cortes Constituintes. A Francisco Largo Caballero delegou-se o Ministério do Trabalho, setor de essencial atenção visto a crescente atuação dos movimentos operários e a urgência de melhorias não só no campo trabalhista, mas também no nível de vida do trabalhador urbano e, principalmente, do trabalhador rural, tão marcadamente afetado pelos longos anos de caciquismo político e de concentração fundiária na Espanha.

Concomitante à organização estatal, houve a imposição de planos de ação imediatos do governo republicano. Dentre eles, dois se destacam por sua possível polêmica. Em primeiro lugar, havia a necessidade de absoluta subversão do sistema educacional espanhol, não só deficitário e pouco abrangente, mas profundamente caracterizado pelo ensino religioso e pela intervenção da Igreja. Em segundo lugar, era necessário secularizar as instituições. Secularizar o ensino, os cemitérios, os hospitais. Introduzir o divórcio, construir milhares de novas escolas primárias e, não menos audacioso, reduzir o número de ordens religiosas existentes na Espanha. A Marcelino Domingo deixou-se a responsabilidade de organização do programa educacional e a Zamora a administração do ônus advindo da reação dos grupos católicos e conservadores.

O exército, um espaço marcado pela tradição e por tendências conservadoras, também se tornou alvo do projeto republicano. Manuel Azaña, nomeado Ministro da Guerra, prometia uma significativa reestruturação do oficialato, desde a redução do contingente até mudanças na estrutura hierárquica do corpo de oficiais.

Entretanto, todos os avanços previstos caminhavam, lado a lado, com a organização financeira do novo governo. Indalecio Prieto teve a ingrata função de administrar, através do

¹⁰⁴ JACKSON, Gabriel. *A República Espanhola e a Guerra Civil, 1931-1939*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1973, p. 46.

Ministério das Finanças, a desconfiança internacional e a queda nos investimentos estrangeiros e remediar o processo inflacionário que, inevitavelmente, ameaçava a queda no valor da peseta, Em suma, o novo governo republicano, devidamente organizado e instalado, possuía um desafio sem precedentes. Deveria reestruturar, às vezes de forma radical, setores da sociedade espanhola que, havia séculos, marchavam a passos coordenados. Tratava-se de alterar as instâncias sociais e políticas, mas não somente no sentido de reorganização das estruturas materiais. À República foi dado o desafio de transformar todo um conjunto de crenças e símbolos que não se restringiam apenas ao campo das representações, mas que eram profundamente sentidos nas práticas cotidianas dos espanhóis.

A etapa constituinte buscou legitimar a situação revolucionária imposta pelo 14 de abril, ordenando mudanças nas instituições e no sistema político. De imediato, cabia utilizar o momento favorável para a elaboração de uma nova Constituição. Tornou-se um desafio a formulação de um estatuto jurídico que impusesse limites e estabelecesse um Estado de direito que pusesse em marcha as instituições democráticas. Por outro lado, a heterogeneidade do grupo responsável pela transição, tornava o embate entre as forças de permanência e mudança algo não completamente esgotado.

Como mostra Pecharromán, o estatuto não possuía conteúdos revolucionários, somente sublinhando medidas reformistas. Dentre os seis artigos que o compunham, podemos localizar a submissão do governo provisório às Cortes Constituintes, a liberdade de crenças e cultos, a garantia de amparo aos direitos do cidadão e à liberdade sindical e corporativa com base no novo direito social, o direito a propriedade privada, sendo o direito agrário submetido às necessidades de reformas no setor. Os Decretos Agrários, impulsionados pelos Ministros do Trabalho e da Justiça, buscaram delimitar ações imediatas de melhoria das condições de vida no meio rural, ao mesmo tempo em que ensaiava possíveis iniciativas em direção a uma verdadeira reforma agrária, nunca finalizada.¹⁰⁵

O projeto constitucional apresentado pela comissão responsável, em agosto, foi seguidamente discutido nas Cortes e trouxe uma série de discussões polêmicas que abordavam questões relativas aos poderes executivo e legislativo, as futuras relações com a Igreja, dentre assuntos diversos. O artigo 26, que previa não só a supressão do orçamento destinado ao clero dentro de, no máximo, dois anos, declarava que as ordens não podiam

¹⁰⁵ PECHARROMÁN, *op. cit.*, pp. 53-56.

dedicar-se ao comércio, à indústria e ao ensino não confessional. As repercussões dos debates causaram a primeira crise ministerial do novo regime.¹⁰⁶

Nesse ínterim, permaneciam em destaque os ansiados estatutos de autonomia requeridos por regiões como a Catalunha e o País Basco. À República colocava-se a obrigação imprescindível de buscar soluções imediatas para o problema catalão. Contudo, como atender ao compromisso de apoiar os desejos emancipatórios junto à necessidade de construção de uma República coesa?

Muitos eram os questionamentos à época. Muitos eram os intelectuais, profissionais liberais e escritores que se colocavam criticamente no interior dos debates resultantes do projeto constitucional, ainda que não inseridos diretamente no campo de disputas pelo poder político. Exatamente neste ambiente encontramos José Antonio Primo de Rivera. Advogado considerado competente por seus pares, estudante dedicado, primogênito dos Primo de Rivera e representante, em suma, de uma família tradicional e influente na política espanhola. Acompanhou, através das diversas mudanças ocasionadas pela profissão militar do pai, as adversidades do governo monárquico. Recebeu uma educação tradicional, marcada pela disciplina, influenciada em grande medida pela postura paterna, e pelo apego à religião.

Formou-se na Faculdade de Direito de Madri, apesar da tradição militar presente na família. Entre seus antepassados, contavam eternos heróis de guerra e homens de distinta coragem e servidão à pátria. Seu primeiro apelido, “mil homens”, dado por seu pai após o longo parto que por pouco findou a vida de Casilda, sua mãe, marcava o desejo de Miguel Primo de Rivera de resguardar um glorioso destino a José Antonio.¹⁰⁷

José Antonio possuía seus prognósticos particulares para o ano de 1931. Não mantinha uma oposição aberta ao novo regime republicano. Todavia, não demonstrava simpatias, temendo os possíveis conflitos advindos do modelo sufragista e da transição política. Seu ingresso na União Monárquica Nacional, grupo no qual mantinha uma posição de direção importante, deixava claras e evidentes suas intenções de participação no jogo político parlamentar. Mesmo alheio às pretensões carreiristas e conservando uma verdadeira paixão pelo exercício da advocacia, José Antonio tornou sua a custosa missão de defender a memória de seu pai, o general Primo de Rivera, e a obra político-social da ditadura. Nesse sentido, a

¹⁰⁶ JACKSON, *op. cit.*, pp. 73-77.

¹⁰⁷ Temos como referência a biografia de José Antonio Primo de Rivera, brilhantemente escrita também por Julio Gil Pecharromán. C.f PECHARROMÁN, Julio Gil. *José Antonio Primo de Rivera. Retrato de um visionário*. Madri: Ediciones Temas de Hoy, 2003.

UMN conformou-se como um primeiro espaço de atuação, principalmente por abrigar antigos seguidores políticos do ex-general.

A criação da Comissão de Responsabilidades, cujo objetivo central era o de investigar possíveis ações ilícitas praticadas pelo regime ditatorial, avivou em José Antonio um incrível afã na defesa dos acusados:

Sólo para eso (sin que por ello descuide todos los deberes, que sabré cumplir, para con Madrid y para con mis electores), quiero ir a las Cortes Constituyentes: para defender la memoria sagrada de mi padre. Sé que no tengo merecimientos para aspirar por mi mismo a la representación en las Cortes de Madrid. Pero no me presento a la elección por vanidad ni por gusto de la política, que cada instante me atrae menos. Porque no me atraía, pasé los seis años de la Dictadura sin asomarme a un Ministerio ni actuar en público de ninguna manera. Bien sabe Dios que mi vocación está entre mis libros, y que el apartarme de ellos para lanzarme momentáneamente al vértigo punzante de la política me cuesta verdadero dolor. Pero sería cobarde o insensible si durmiera tranquilo mientras en las Cortes, ante el pueblo, se siguen lanzando acusaciones contra la memoria sagrada de mi padre.¹⁰⁸

No mesmo mês de setembro, lança sua candidatura às Cortes pela região de Jerez. Apesar de seus propósitos de defesa mostrarem-se já definidos, José Antonio deveria atribuir independência aos seus projetos políticos, já que a inevitável vinculação denotada por seu célebre sobrenome poderia tornar-se um real empecilho. Em entrevista cedida a Luis Muñoz Lorente e ao periódico madrileño *La Nación*, fundado em 1925 e financiado pela administração da ditadura, procura posicionar-se a favor de possíveis intervenções nos debates em torno da gestão empreendida pela ditadura primo-riverista. Perguntado pelo exato conhecimento que sustenta sobre a obra de seu pai, responde positivamente:

Perfectamente. La conozco al detalle. Y espero saber defender toda su gestión con los mayores argumentos posibles. Claro que en seis años de Gobierno puede haber algunos errores, muchos si se quiere; pero es preciso que se destaquen los aciertos, las obras buenas de esa gestión y luego compulsarlos (...) No me considero todavía lo bastante documentado en muchas materias para definirme en política. Si mi padre no hubiera sido jefe de Gobierno, yo nunca me dedicaría a la política. Mi independencia tiene que ser constante y absoluta. Defenderé la gestión de mi padre y de los que le ayudaron en su obra y sabré hacer que sean rectificadas muchos conceptos deshonorosos, que han sido causados de manera soez y sin apoyarlos en nada determinado. Esa es mi obligación; luego no sé lo que haré.¹⁰⁹

Tendo o jovem marquês de Estella tomado para si a obrigação de honrar seu posto de primogênito e sua função de comando na família Primo de Rivera, José Antonio obteve ajuda de diversos colaboradores na organização de sua campanha eleitoral. Além de Carmen e Miguel, seus irmãos, muitos políticos felicitaram-se com a repentina iniciativa. Diante das oposições geradas, negou as acusações de que sua candidatura tinha como objetivo central a

¹⁰⁸ ABC, edição de Andaluzia, 29 de setembro de 1931.

¹⁰⁹ Entrevista publicada em *La Nación*, em 30 de setembro de 1931.

opor-se ao governo republicano. Seu combate, aludia, dar-se-ia na arena parlamentar como defensor das partes acusadas nos processos de averiguação do período ditatorial. Sua mensagem eleitoral, cuja reprodução radiofônica foi proibida pelo governo e produzida em *La Nación*, reconstrói suas intenções:

Se ha afirmado que mi candidatura es un reto a la conciencia republicana. Pero quienes lo afirman saben que no dicen la verdad. No hay en mi manifiesto una sola palabra de provocación contra la República ni es la misión de combatirla lo que me llama a las Cortes. Claramente lo he dicho: sí aspiro al acta es para recoger el papel vacante de defensor en el proceso histórico de las responsabilidades.¹¹⁰

Contudo, sua candidatura não logrou êxito. Mesmo com um número de votantes considerável, estimado em torno de 20.000, comparada à rapidez na organização eleitoral, organizada em apenas sete dias, José Antonio não consegue eleger-se. Doravante, com a intensificação de sua participação na política, sofrerá com as perseguições do governo. Em novembro será levado à Direção Geral de Segurança do Governo e após horas de espera, posto em liberdade. O medo de um golpe organizado pelos grupos conservadores e direitistas fez com que o governo republicano empreendesse um cerco aos visíveis focos de oposição. O crescente interesse pelas futuras diretrizes de condução da política espanhola acende em José Antonio a vontade de servir à nação espanhola, desejo que se tornará mais evidente com o surgimento da Falange Espanhola:

La vida, en líneas generales, trae cada día una preocupación y un interés nuevos. Esto es maravilloso vivirlo íntima e intensamente, yendo siempre adelante con bríos y con fe. En algunos momentos siento el deseo de poder servir a España de un modo grande e intenso. Cierto es que puede servírsela desde cualquier punto; pero, de tener vocación, querría un puesto de mando, en el que pudiera poner toda mi fe y energías en servir a mi Patria. Pero estos deseos son vagos, ya que sobre todo está mi carrera, dentro de la cual puedo servir lo mismo a España.¹¹¹

2.2 Traços iniciais do pensamento político de José Antonio Primo de Rivera

2.2.1 José Antonio e a Falange: trajetórias inseparáveis

Muitos são os caminhos através dos quais poderíamos traçar um perfil do pensamento político de nosso personagem. A abordagem proposta não busca qualquer intenção globalizante, colocando-se apenas como um entre diversos modelos de análise possíveis. As ações e impressões que tecem características individuais específicas e que nos remetem a

¹¹⁰ *La Nación*, 3 de outubro de 1931.

¹¹¹ Entrevista cedida à Blanca Silveira Armesto e publicada em *Crónica* (número 138), Madri, em 3 de julho de 1932.

perfis particulares não devem ser tomados a partir de intenções delineadas por um caráter imutável ou alheio à dinâmica cotidiana que, sem dúvida, é um elemento de atuação direta no conjunto de idéias características de atores históricos específicos.

É arriscado determinar a extensão e real apreensão e relevância de um conjunto delimitado de idéias na configuração de projetos políticos. Ao estabelecer uma relação direta entre o pensamento político de José Antonio e a formulação do projeto falangista corremos o risco de determinar caminhos que, certamente, podem percorrer direções opostas em diversas ocasiões. Portanto, como ocupar-se do campo dos intelectuais afastando-nos de modelos de análise generalizante? Como distanciar-se dos propósitos homogeneizantes, possibilitando um olhar diferenciador que nos auxilie na busca pela natureza e função dos intelectuais seja no âmbito social e literário, seja no espaço de disputadas lutas político-ideológicas? Afinal, como salienta Bobbio, sua importância não pode ser refutada:

Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (...) Toda sociedade tem seus detentores do poder ideológico, cuja função muda de sociedade para sociedade, de época para época, cambiante sendo também as relações, ora de contraposição, ora de aliança, que eles mantêm com os demais poderes.¹¹²

Ortega y Gasset evidenciava tal importância ao atribuir aos intelectuais espanhóis à missão regeneradora da “Espanha invertebrada” e, por conseqüência, da Europa. À minoria cabia a tarefa de educar politicamente as massas, o “homem-massa”, tão profundamente afetado pela cultura moderna, “pura potência do maior bem e do maior mal”.¹¹³ O papel ocupado pelos intelectuais dos anos 30, na Espanha, é, em suma, de valiosa contribuição para o que consideramos um poderoso momento de rebeldia crítica, ou seja, um período desenhado por intensos questionamentos sobre novas possibilidades de mudanças políticas e, principalmente, sociais. José Antonio, não obstante sua recusa inicial, encontrava-se entre a elite política e intelectual espanhola e não só relacionou-se com ela, como também colocou-se como seus pares.

Os meios de expressão disponíveis aos intelectuais espanhóis, à época, estavam em grande medida limitados à atuação no magistério, em especial nos cursos de formação superior, e na imprensa diária ou periódica, como as revistas. Apesar do limitado suporte

¹¹² BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 11.

¹¹³ ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 83.

material e do deficitário sistema de ensino primário, esses indivíduos vão adquirindo não só um posto de prestígio literário inegável, mas também uma relevância política numa conjuntura histórica enredada pela indefinição.¹¹⁴

Diante dos argumentos expostos, permanecem os questionamentos iniciais. As idéias são, de fato, ferramentas que traduzem uma determinada realidade histórica? Quaisquer que sejam as interpretações acreditamos que os agentes históricos não são apenas portadores das idéias ou agentes secundários. Há um caráter dinâmico na articulação entre ambas as instâncias permitindo-nos afirmar que, apesar do projeto político da Falange Espanhola das JONS não ter sido exclusivamente influenciado pelo pensamento político de José Antonio em função da participação de indivíduos de interesses políticos diversos, como Ledesma Ramos, Ruiz de Alda e Onésimo Redondo, esteve profundamente permeado por seus pressupostos. Cabe, de imediato, examinar esse complexo ideológico vastíssimo.

2.2.2 O nascimento da Falange Espanhola das JONS

Ainda que suas primeiras tentativas públicas de ingresso na política espanhola, através de sua candidatura às Cortes, tenham-lhe rendido não poucas frustrações, e ainda que os muitos camuflados apoios de simpatizantes do ex-general Miguel Primo de Rivera permitissem uma maior projeção de sua retórica patriótica apaixonada, José Antonio mostrou-se inabalável em seus propósitos de defesa da memória de seu pai. Com a proximidade das eleições de novembro de 1933, e apesar das restrições iniciais à propaganda política infligidas pelo poder republicano, José Antonio lançou-se como candidato por Cádiz. Desejava candidatar-se também por Madri, mas temia uma possível associação com a política clerical da CEDA¹¹⁵, fato que o fez desistir de suas iniciais pretensões.

A ocasião proporcionava atitudes audazes e, diante da ebulição de intensos debates eleitorais, José Antonio decide anunciar o nascimento de um novo movimento, arquitetado desde o mês de setembro e em cuja organização figurava Ruiz de Alda, importante gestor do futuro partido. Em 29 de outubro de 1933, no *Teatro de la Comedia* em Madri, através de um discurso perpassado de política e poesia, eram apresentados os princípios ideológicos da

¹¹⁴ ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
TUÑÓN DE LARA, Manuel. *Cultura y Sociedad*. In: *Medio Siglo de Cultura Española*. Madri: Editorial Tecnos, 1970, pp. 288-293.

¹¹⁵ Confederación Española de Derechas Autónomas.

recém-formada Falange Espanhola. Ele inicia seu discurso opondo-se àquele que estaria presente em grande parte de seus manifestos: Jean-Jacques Rousseau.

Rousseau, em sua mais polêmica tese, *Do Contrato Social*, delineava os princípios norteadores das relações entre Estado e sociedade, abarcando ao longo da análise os elementos constitutivos dos princípios de soberania e liberdade. Suas intenções tornam-se clarívidas em suas primeiras elucidações:

Visto que homem algum tem autoridade natural sobre seus semelhantes e que a força não produz qualquer direito, só restam as convenções como base de toda a autoridade legítima existente entre os homens (...) Seria pois necessário, para que um governo fosse legítimo, que o povo, em cada geração, fosse senhor de aceitá-lo ou rejeitá-lo, mas, então, esse governo não seria mais arbitrário.¹¹⁶

Segue sua exposição, situando a soberania como fator inalienável:

A primeira e mais importante consequência decorrente dos princípios até aqui estabelecidos é que só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou.¹¹⁷

Rousseau foi, sem dúvida, o mais destacado alvo de críticas de José Antonio. É importante reconhecer que, ao colocar-se em intensa oposição ao modelo proposto pelo contrato social, José Antonio entedia a noção de “vontade geral” como a execução da “vontade da maioria”. Ao estabelecer inevitável relação, traduziu-a, a seu tempo, como positividade das maiorias eleitorais e afirmação do sufrágio.

Determinou, então, o predomínio de um iminente embate baseado na oposição entre a exaltação da vontade geral e a existência de uma norma permanente. Proclamava que, a partir da construção do modelo de soberania rousseauiana, a maioria, entendida como propagadora da vontade geral, não necessitava de qualquer razão legitimadora de suas decisões. Do mesmo modo, a vida social tornava-se regida por fenômenos determinados pelo contexto histórico-social recente, dispensando a permanência de leis fundamentais e normas permanentes de gestão das relações sociais.

A soberania, portanto, justificada através da vontade soberana da maioria apareceria como expressão da justiça e da verdade, camuflando a diversidade a partir da eleição de uma vontade única:

¹¹⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, pp. 32-33.

¹¹⁷ Vale lembrar que a “vontade geral”, afirmada por Rousseau, não deve ser entendida como “vontade de todos”. Em suma, a vontade geral seria uma espécie de comunhão entre o que há de comum nas diversas vontades particulares, ou seja, tal vontade não está intrinsecamente relacionada a medidas calcadas em valores numéricos. ROUSSEAU, *op. cit.*, p. 49.

Todo ello se expresa en una sola frase: "El pueblo es soberano". Soberano; es decir, investido de la virtud de autojustificar sus decisiones. Las decisiones del pueblo son buenas por el hecho de ser suyas. Los teóricos del absolutismo real habían dicho: *Quod principi placuit, legem habet vigorem*. Había de llegar un momento en que los teóricos de la democracia dijeran: "Hace falta que haya en las sociedades cierta autoridad que no necesite tener razón para validar sus actos; esta autoridad no está más que en el pueblo." Son palabras de Jurieu, uno de los precursores de Rousseau.¹¹⁸

No evento fundacional de outubro José Antonio expõe sua oposição, estabelecendo intrínsecas relações entre a teoria rousseauiana e os princípios norteadores do Estado Liberal. Seguindo os traços de seu discurso, a sociedade espanhola encontrava-se diante de dois modelos de Estado. O primeiro era reconhecido como um “Estado da vontade” e o segundo como “Estado de entidade”. Para ele, Rousseau pressupunha a existência, a cada época, de uma espécie de vontade coletiva regida por um conjunto hierárquico de idéias que legitimavam modelos de sustentação classificáveis como justo ou injusto. Essa vontade coletiva e soberana era expressa através do sufrágio e o Estado Liberal seria o grande servidor dessa doutrina:

Como el Estado Liberal fue un servidor de esa doctrina, vino a constituirse no ya en el ejecutor resuelto de los destinos patrios, sino en el espectador de las luchas electorales. Para el Estado liberal sólo era lo importante que en las mesas de votación hubiera sentado un determinado número de señores.¹¹⁹

Nesse sentido, o sistema democrático, posto como consequência do modelo liberal, injetaria a luta entre partidos rivais, impedindo uma possível comunhão de interesses no plano político. Ao mesmo tempo, a luta de classes agravava-se diante do abismo econômico provocado pela existência de interesses classistas conflitantes e pela “escravidão econômica” imposta à classe trabalhadora. José Antonio denunciava que a “máxima dignidade liberal” permite a liberdade econômica, podendo o trabalhador oferecer sua mão-de-obra a quem mais lhe apetecer. Todavia, diante da fluidez do mercado, os indivíduos encontravam-se sujeitos a pressões variadas que agiam como limitadoras dessa aparente liberdade.

Por isso, para ele, foi justo o surgimento do socialismo como meio de defesa da classe trabalhadora. Carregando o baluarte da justiça mostrou-se como alternativa possível. Todavia, possuía uma visão materialista da vida humana e colaborava para a supressão da espiritualidade necessária ao indivíduo:

¹¹⁸ *El Fascio*, número 1, 16 de março de 1933.

¹¹⁹ PRIMO DE RIVERA, Jose Antonio. *Textos Revolucionários*. Madri: Ediciones 29, 1941, p. 38.

Ahora que el socialismo, que fue una reacción legítima contra aquella esclavitud liberal, vino a descarriarse, porque dio, primero, la interpretación materialista de la vida y de la Historia; segundo, en un sentido de represalia; tercero, en una proclamación del dogma de la lucha de clases (...) El socialismo así entendido, no ve en la Historia sino un juego de resortes económicos: lo espiritual se suprime; la Religión es un opio del pueblo; la Patria es un mito para explotar a los desgraciados.¹²⁰

Ao mesmo tempo em que o socialismo tornava a religião e a pátria elementos secundários frente aos laços que uniam os interesses classistas, impulsionava a desagregação na medida em que incentivava a luta de classes. José Antonio afirmava que o socialismo

(...) Proclama el dogma de que la lucha entre las clases es indispensable, y se producen naturalmente en la vida, porque no puede haber nunca nada que las aplaque. Y el socialismo, que vino a ser una crítica justa del liberalismo económico, nos trajo, por otro camino, lo mismo que el liberalismo económico: la disgregación, el odio, la separación, el olvido de todo vínculo de hermandad y de solidaridad entre los hombres.¹²¹

Diante de uma Espanha marcada por uma “ruína moral”, destruída pelo ódio e por todo tipo de luta e com uma população absolutamente torturada pela influência política e social dos caciques¹²², a Falange Espanhola era apresentada não como partido, mas como um movimento, quase um “antipartido” como insistia José Antonio, que se pretendia nem de esquerda nem de direita porque rejeitava os interesses de grupo e de classe. A única forma de erguer novamente o país era recuperar a Pátria como elemento central de coesão, como fomentadora de uma unidade capaz de colocar-se além das divisões existentes no interior da sociedade. A Pátria, como entendia o novo movimento, era uma “unidade de destino”, ou seja, possuía valores particulares de sua cultura e história que deveriam ser exaltados e perpetuados e somente um espírito de sacrifício e serviço permitiria a construção de um novo Estado e, conseqüentemente, de uma nova Espanha:

La Patria es una unidad total, en que se integran todos los individuos y todas las clases; la Patria no puede estar en manos de la clase más fuerte ni del partido mejor organizado. La Patria es una síntesis transcendente, una síntesis indivisible, con fines propios que cumplir; y nosotros lo que queremos es que el movimiento de este día, y el Estado que cree, sea el instrumento eficaz, autoritario, al servicio de una unidad indiscutible, de esa unidad permanente, de esa unidad irrevocable que se llama Patria. Que todos los pueblos de España, por diversos que sean, se sientan armonizados en una irrevocable unidad de destino.¹²³

O programa político inicial da Falange assemelhava-se mais a um conjunto de idéias esparsas que faziam referência a assuntos diversos. Sua primeira publicação foi feita no semanário F.E, periódico político fundado por iniciativa da Falange em Madri e que circulou

¹²⁰ PRIMO DE RIVERA, J., *op.cit.*, p. 40.

¹²¹ PRIMO DE RIVERA, J., *op.cit.*, p. 40.

¹²² Observar pequena referência sobre o caciquismo na Espanha, página 42.

¹²³ PRIMO DE RIVERA, J., *op.cit.*, pp. 42-43.

por pouquíssimo tempo, até julho de 1934, sofrendo com a posterior fusão entre a Falange Espanhola e as JONS, de Ledesma Ramos. Sua primeira edição, de 7 de dezembro de 1933, foi dedicada a explorar os princípios ideológicos delineados por José Antonio.

Uma de suas primeiras referências está dirigida à Espanha e às tentativas promovidas pelos movimentos separatistas de desagregação nacional. A Espanha falangista é entendida como uma unidade de destino e não apenas como um território ou um agregado de homens e mulheres que se mantêm coesos pelos laços identitários que os unem. A Espanha é tida como uma “realidade histórica”, como uma “entidade, verdadeira em si mesma, que supõe cumprir e ainda terá de cumprir missões universais”.¹²⁴ Nesse sentido, a Espanha é algo não só distinto aos indivíduos, às classes e aos grupos que a integram, mas também superior a cada uma dessas instâncias. O objetivo do movimento, a exposição deixa claro, era manter sua unidade interna, fazendo ressurgir uma vitalidade perdida pelas sucessivas crises internas e recuperando seu lugar preeminente “nas empresas espirituais do mundo”.

Nos primeiros anos da República, as Cortes procuraram discutir continuamente a concessão de um estatuto de autonomia à Catalunha. Assim como o País Basco, essa região apresentava características particulares que a faziam reivindicar determinada independência. De fato, a Catalunha era uma região cujo processo de industrialização havia progredido em comparação às demais e cuja vida cultural distinguia-se profundamente. Em seu estudo sobre a guerra civil espanhola, Pierre Vilar afirma que os movimentos separatistas dos anos 30 são reflexos dos desequilíbrios sociais entre as regiões da Espanha, sendo isso resultado não somente de estruturas sociais e culturais diversas, mas também da ausência de um projeto econômico eficiente que superasse um modelo econômico já velho e cansado.¹²⁵

Não somente o governo republicano possuía interesses nessas regiões. O problema catalão também foi um dos focos do projeto falangista. A Espanha encontrava-se dividida não só pelas lutas entre partidos e classes, mas também pelos separatismos locais. Enquanto os partidos possuíam interesses parciais, localizando-se ou à esquerda ou à direita, a luta de classes ignorava qualquer tentativa de pensar a produção nacional como conjunto e não permitia a comunhão de interesses entre o corpo patronal e operário, guardando cada qual sua ambição de classe e contribuindo para a inexistência de uma unidade nacional. A referência aos movimentos separatistas também é clara no projeto de dezembro:

¹²⁴ F.E, *Falange Española: puntos iniciales*, 7 de dezembro de 1933.

¹²⁵ VILAR, Pierre. *La guerra civil española*. Barcelona, Editorial Crítica, 2004.

El separatismo ignora u olvida la realidad de España. Desconoce que España es, sobre todo, una gran unidad de destino. Los separatistas se fijan en si hablan lengua propia, en si tienen características raciales propias, en si su comarca presenta clima propio o especial fisonomía topográfica. Pero – habrá que repetirlo siempre – una nación no es una lengua, ni una raza, ni un territorio. Es una unidad de destino en lo universal. Esa unidad de destino se llamó y se llama España. Bajo el signo de España cumplieron su destino – unidos en lo universal – los pueblos que la integran. Nada puede justificar que esa magnífica unidad, creadora de un mundo, se rompa.¹²⁶

A solução para a conjuntura desanimadora era buscar a restauração da Espanha enquanto uma realidade existente em si mesma, superior às diferenças entre os povos e às lutas internas. Tarefa que não cabia somente aos indivíduos, mas que estava originariamente destinada ao Estado. A questão estatal era constantemente assinalada por José Antonio em seus escritos e tornou-se ponto central do projeto político da Falange. De fato, inicialmente, as abordagens estavam majoritariamente focadas em críticas a um Estado identificado com o modelo liberal. Um Estado mantenedor da ordem, um espectador passivo da vida nacional, que somente intervém quando a ordem encontra-se ameaçada, mas que não crê em nenhuma idéia determinada. Em contrapartida, o Estado almejado pelos socialistas visava a instituir um modelo estatal cujo principal interesse era usá-lo como instrumento dos interesses de classe ou grupo.

A Falange buscava apresentar um modelo alternativo às duas propostas em destaque. Desejava um Estado que acreditasse resolutamente na realidade e na missão superior da Espanha. Um Estado a serviço de todos os homens e classes, que se movesse “por consideração a essa idéia permanente da Espanha e nunca por submissão ao interesse de uma classe ou de um partido”.¹²⁷ Para cumprir seus objetivos globalizantes, o Estado deveria buscar a completa supressão dos partidos políticos, cuja organização política estava representada pelo regime parlamentar. Para José Antonio, o corpo político eleito em nada se assemelha ao corpo de eleitores e a distância estabelecida entre eles reflete a ineficácia do sistema eleitoral. Sua inquietação está em pensar a necessidade de intermediários políticos nas relações entre cidadão e Estado:

¿Por qué cada hombre, para intervenir en la vida de su nación, ha de afiliarse a un partido político o votar las candidaturas de un partido político? Todos nacemos en una familia. Todos vivimos en un municipio. Todos trabajamos en un oficio o profesión. Pero nadie nace ni vive, naturalmente, en un partido político. El partido político es una cosa artificial, que nos une a gentes de otros municipios y otros oficios, con los que no tenemos nada común, y nos separa de nuestros convecinos y de nuestros compañeros de trabajo, que es con quienes de veras convivimos.¹²⁸

¹²⁶ F.E, *op. cit.*, pp. 6-7.

¹²⁷ F.E, *op. cit.*, pp. 6-7.

¹²⁸ F.E, *op. cit.*, pp. 6-7.

O Estado almejado pelos falangistas estaria assentado em instâncias cotidianas da vida do indivíduo como a família, o município, o grêmio ou sindicato. A família e o município seriam campos de construção da unidade social e territorial, enquanto o sindicato formaria as bases de organização total do Estado. Todavia, tal configuração estatal só poderia ser construída a partir da eliminação das lutas classistas, tornando o Estado não só um mediador, mas um organizador e integrador dos grupos e interesses gerais. A riqueza passaria a ser destinada para a melhora da condição de vida dos indivíduos da mesma forma que o campo do trabalho, através de reformas, deveria proporcionar dignidade e bem-estar aos trabalhadores. A primeira obrigação do Estado é “proporcionar a todo homem trabalho que lhe assegure não só o sustento, mas também uma vida digna e humana”. Nesse sentido, os conflitos no campo trabalhista seriam condensados para os interesses da produção nacional pelo poder do Estado. Os sindicatos não mais seriam espaços autônomos de convivência e luta, mas órgãos diretos da máquina estatal.

Os últimos aspectos abordados no projeto de dezembro referem-se ao indivíduo e ao espiritual como campos de atuação do novo movimento. O homem falangista era profundamente romantizado, posto como portador de valores eternos, como uma união de corpo e alma e possuidor de um destino eterno. O máximo respeito que lhe é atribuído passa pela valorização da dignidade humana, sua integridade e liberdade. A liberdade, no entanto, só poderia ser alcançada através de uma nação forte e livre e encontrava-se regida pelos princípios da organização política, da autoridade, da hierarquia e da ordem. O homem deveria buscar sua função dentro da vida política nacional e participar ativamente no novo Estado.

Mas a vida do homem não está restrita ao econômico ou ao político. O espiritual é tido como um aspecto decisivo da humanidade. O espiritual não é unicamente um conjunto de formalizações abstratas, estando intrinsecamente relacionado ao religioso. Para a Falange, o homem deve interrogar-se sobre os mistérios da vida e da morte, mas somente a interpretação católica é a verdadeira resposta. Foi por seu sentido de “catolicidade”, de universalidade, que a Espanha pudera conquistar o mar, lutar contra a barbárie desconhecida e incorporar diversos povos numa “empresa universal de salvação”. Por isso, toda reconstrução da Espanha deve ter um “sentido católico”. Isso não significa dizer que aqueles que não partilham de tal crença serão perseguidos como outrora, tão pouco que o Estado assumiria funções religiosas que correspondam a Igreja. Ao contrário, é sublinhado o rechaço a quaisquer intervenções da

Igreja no Estado ou na integridade nacional. Suas intenções buscam dizer apenas que “o novo Estado se inspira no sentido católico tradicional na Espanha e concordará com a Igreja nas considerações e no amparo que lhe são devidos”.¹²⁹ O projeto é concluído com um chamado e uma exposição de condutas básicas aos futuros associados:

Esto es lo que quiere Falange Española. Para conseguirlo llama a una cruzada cuantos españoles quieran el resurgimiento de una España grande, libre, justa e genuina. Los que lleguen a esta cruzada habrán de aprestar el espíritu para el servicio y para el sacrificio. Habrán de considerar la vida como milicia, disciplina y peligro, abnegación y renuncia a toda vanidad, a la envidia, a la pereza y a la maledicencia; y al mismo tiempo servirán ese espíritu de una manera alegre y deportiva.¹³⁰

E não descartam a violência como meio de ação em caso de conflitos diretos:

La violencia pode ser lícita cuando se emplea por un ideal que la justifique. La razón, la justicia y la Patria serán defendidas por la violencia cuando por la violencia – o por la insidia – se las ataque. Pero Falange Española nunca empleará violencia como instrumento de opresión. Mienten quienes anuncian, por ejemplo, a los obreros, una tiranía fascista. Todo lo que es haz, o falange, es unión, cooperación animosa y fraterna, amor.¹³¹

Entretanto, ainda que acreditasse esboçar uma nova alternativa no campo ideológico, o movimento sofreu poucas adesões. O tímido apoio mostrado por alguns setores da direita foi desaparecendo de um lado porque não necessitavam de qualquer tipo de concorrência, como demonstrava atuar a Falange, e de outro porque se mantinham alerta diante das exaltadas críticas dirigidas às “classes ociosas” que governavam o país por parte de José Antonio. Era antiga a admiração que José Antonio mantinha pelas JONS e pela atuação política de Ledesma Ramos. Ainda que não tivesse sido possível um acordo quando da criação da Falange Espanhola, em 1933, mas ambos pareciam compartilhar elementos de oposição e o modelo organizacional do nacional-sindicalismo, base ideológica amplamente defendida por Ledesma em *La Conquista Del Estado*, periódico de propaganda das JONS.

A união entre a Falange Espanhola e as JONS, em fevereiro de 1934, gerou uma nova vivacidade ao movimento que manteve acordadas as bases de congregação entre os grupos. Primeiramente, afirmaram a necessidade de afastar a nova Falange Espanhola das JONS de qualquer personalidade que a confundisse com os grupos direitistas em disputa.

¹²⁹ F.E, *op. cit.*, pp. 6-7.

¹³⁰ F.E, *op. cit.*, pp. 6-7.

¹³¹ F.E, *op. cit.*, pp. 6-7.

Estabeleceram-se os princípios hierárquicos de mando, além da afirmação do nacional-sindicalismo como eixo revolucionário de atuação política. A expectativa de José Antonio era a de que a união com as JONS aumentasse consideravelmente o número de associados e a incorporação de núcleos políticos de influência fundamentais nas diversas regiões onde as JONS possuíam influência considerável, especialmente entre os grupos universitários. Em artigo publicado no periódico F.E poucos dias após a fusão, José Antonio reconhece o surgimento de uma irmandade resultante da intensa parceria conquistada:

Falange Española y JONS eran dos movimientos idénticos, procedentes de un mismo estado de espíritu ético y patético, con raíces intelectuales comunes, nacidos de una misma escueta autenticidad española. Uno y otro estaban y están puestos al servicio de las mismas grandes invariantes de la historia patria y nutridos de la misma actualidad técnica y universal frente a la vicisitud de los tiempos. Además, las gentes de FE y de las JONS estaban ligadas por amistades verdaderas y por un exacto y mutuo conocimiento, que tenía que sobreponerse de una vez para siempre a toda superficial diferencia y a toda competencia circunstancial.¹³²

No documento redigido em fevereiro e onde foram estabelecidas as bases de acordo entre Falange Espanhola e JONS era patente a necessidade de elaboração de um programa concreto, cujas bases estariam ancoradas pelo nacional-sindicalismo e onde apareceriam defendidos e justificados os princípios ideológicos fundamentais do novo movimento. Somente meses depois, em novembro de 1934, a Falange Espanhola das JONS apresentava seus 27 pontos programáticos, influenciados em grande medida pelo projeto inicial da Falange Espanhola de 33 e os planos políticos de ação delineados por Ledesma em *La Conquista Del Estado*. As temáticas centrais norteadoras do projeto e incessantemente defendidas por José Antonio em seus escritos políticos até sua morte, em 1936, serão esboçadas sistematicamente a seguir.

2.3 O projeto político falangista à luz dos escritos políticos de José Antonio Primo de Rivera

2.3.1 O Novo Estado Espanhol

Dentre as questões apresentadas no projeto normativo da Falange Espanhola das JONS vemos uma série de referências aos princípios formadores do Estado. Tais alusões não são

¹³² FE, número 7, ano II, 22 de fevereiro de 1934.

evidentes somente no projeto político formulado através dos seus 27 pontos programáticos fundamentais, mas também em diversos discursos políticos realizados posteriormente.

O Estado desenhado pelos falangistas é imaginado como um condutor da vida nacional a serviço de sua missão e doutrina específicas, não estando subordinado a nenhuma exigência de classe. Ao contrário, todos os interesses particulares deveriam ser minimizados em prol dos interesses gerais da nação. Nesse sentido é essencial a eliminação das instâncias mediadoras das relações sociais e trabalhistas, mantendo ativos os espaços de convivência cotidianos, pensados como os verdadeiros espaços de comunhão de interesses e de efetiva ação política. Como apresentam no sexto, sétimo e oitavo pontos de seu projeto político:

6. Nuestro Estado será un instrumento totalitario al servicio de la integridad patria. Todos los españoles participarán en él a través de su función familiar, municipal y sindical. Nadie participará a través de los partidos políticos. Se abolirá implacablemente el sistema de los partidos políticos con todas sus consecuencias: sufragio inorgánico, representación por bandos en lucha y Parlamento del tipo conocido (...) 7. La dignidad humana, la integridad del hombre y su libertad son valores eternos e intangibles. Pero sólo es de veras libre quien forma parte de una nación fuerte y libre. A nadie le será lícito usar su libertad contra la unión, la fortaleza y la libertad de la Patria. Una disciplina rigurosa impedirá todo intento dirigido a envenenar, a desunir a los españoles o a moverlos contra el destino de la Patria (...) 8. El Estado nacionalsindicalista permitirá toda iniciativa privada compatible con el interés colectivo, y aun protegerá y estimulará las beneficiosas.¹³³

O Estado é concebido como uma norma permanente cuja principal missão refere-se à realização do destino histórico da pátria e o resguardo da unidade nacional. E, por isso, tanto as esquerdas quanto as direitas, com seus critérios parciais de configuração da vida política, são um empecilho para a realização de um Estado total capaz de sanar com as possíveis ameaças de surgimento de regimes ditatoriais. Contra qualquer modelo guiado pela parcialidade, o sistema capitalista engendrado pelo liberalismo foi, sem dúvida, o eixo de repúdio da Falange. Não só por possuir uma instabilidade econômica avassaladora, como provaram os anos de 1930, mas por ser o grande propulsor da desintegração social. Se a luta de classes é um dos empecilhos à obtenção da unidade e coesão, o capitalismo é o motor dos conflitos internos.

As disputas parlamentares ofereciam um amplo pano de fundo para as contendas partidárias. José Antonio pensava o momento político como o momento no qual a Espanha encontrava-se em seu mais perfeito estado de decadência e como propício ao desenvolvimento de propostas alternativas diante do enfraquecimento do Estado espanhol:

¹³³ 27 Pontos Programáticos da Falange, novembro de 1934. Pontos 6, 7 e 8.

No podemos aceptar que se establezca como orden precisamente este momento de decadencia. Estamos, en efecto, al final de un proceso de decadencia. España perdió primero su misión imperial; perdió después, al caer la Monarquía, el instrumento con que había realizado esta misión imperial. Hoy no tiene ninguna misión que cumplir, ni un Estado fuerte que la realice.¹³⁴

É evidente o antiparlamentarismo, o antiliberalismo e o antimarxismo presentes em seu projeto político. A ineficácia do Parlamento espanhol, inclusive, era vista como resultado da disseminação da ideologia liberal já desde o século XVIII na Espanha, fator que possibilitou o evidente desenvolvimento de uma classe política ociosa e inteiramente desvinculada de propostas de transformação social que permitiram, em longo prazo, o enraizamento do caciquismo local. A desumanização do sistema é posta às claras no décimo ponto do programa:

10. Repudiamos el sistema capitalista, que se desentiende de las necesidades populares, deshumaniza la propiedad privada y aglomera a los trabajadores en masas informes propicias a la miseria y a la desesperación. Nuestro sentido espiritual y nacional repudia también al marxismo. Orientaremos el ímpetu de las clases laboriosas, hoy descarriadas por el marxismo, en el sentido de exigir su participación directa en la gran tarea del Estado nacional.¹³⁵

A solução era a efetiva realização do Estado Nacional-Sindicalista, guardião da individualidade do trabalhador e dos valores da pátria e da família. O objetivo central era uma melhor distribuição da riqueza nacional e o incentivo à participação dos espanhóis na construção de um país socialmente harmônico:

11. El Estado nacionalsindicalista no se inhibirá cruelmente de las luchas económicas entre los hombres, ni asistirá impasible a la dominación de la clase más débil por la más fuerte. Nuestro régimen hará radicalmente imposible la lucha de clases, por cuanto todos los que cooperan a la producción constituyen en él una totalidad orgánica. Reprobamos e impediremos a toda costa los abusos de un interés parcial sobre otro y la anarquía en el régimen del trabajo. (...) 12. La riqueza tiene como primer destino –y así lo afirmará nuestro Estado– mejorar las condiciones de vida de cuantos integran el pueblo. No es tolerable que masas enormes vivan miserablemente mientras unos cuantos disfrutan de todos los lujos.¹³⁶

O campo trabalhista seria um dos maiores focos de ação do Estado. Podemos observar nos pontos 15 e 16 do programa falangista a preocupação em atender às novas exigências disseminadas pelas intervenções dos movimentos operários em prol da transformação das leis sociais e trabalhistas vigentes. Uma das propostas da Falange é a configuração de sindicatos verticais, cuja direção e gestão estariam intimamente interligadas ao Estado. É evidente que a ordenação social proposta tem como influência máxima o molde corporativo:

¹³⁴ *Arriba*, número 9, 16 de maio de 1935.

¹³⁵ *27 Pontos Programáticos da Falange*, novembro de 1934. Ponto 10.

¹³⁶ *27 Pontos Programáticos da Falange*, novembro de 1934. Pontos 11 e 12.

9. Concebimos a España, en lo económico, como un gigantesco sindicato de productores. Organizaremos corporativamente a la sociedad española mediante un sistema de sindicatos verticales por ramas de la producción, al servicio de la integridad económica nacional.¹³⁷

Os sindicatos verticais, defendidos em diversas ocasiões por José Antonio, encontravam-se em estreita referência aos grêmios e associações medievais, ainda que os conflitos a serem sanados fossem extremamente contemporâneos. Eram pensados como um corpo estruturado verticalmente a partir das categorias profissionais dos indivíduos. Seriam regidos pelo princípio de unidade já que os corpos patronais e operários estariam vinculados aos interesses da produção e não mais divididos em categorias classistas. Assim, os problemas decorrentes da produção interna de uma determinada categoria, seja econômico ou social, seriam solucionados a partir das resoluções acordadas entre patrões e empregados no interior do sindicato ou, em situações de discordância absoluta, pela intervenção do Estado. Nenhuma decisão deveria estar fundamentada em medidas parciais, mas subordinada aos interesses nacionais. A riqueza acumulada pelo desenvolvimento da produção seria repartida entre operários, patrões e técnicos de forma a evitar a acumulação indevida de capital e a miséria do operariado espanhol.

A atuação do Estado não estava restrita ao meio sindical, mas ampliava-se ao município e à família. A família era elevada à condição de primeira célula de organização da sociedade, como depositária da tradição e dos valores nacionais e como primeiro elemento de convivência dos indivíduos. Conservar a família era a forma mais eficaz de conservar não somente a tradição cristã, mas uma eficaz base de apoio do Estado. O município, por sua vez, era a primeira célula de organização política, espaço onde os homens se relacionam entre si, seja em seu movimento cotidiano, nas horas de lazer ou no local de trabalho. Por isso, para a Falange, o município deveria ser um dos elementos de atuação do Estado já que, ainda que territorialmente diminuto, ele preservava as principais relações sociais, econômicas, culturais e políticas dos cidadãos.

Visando a angariar apoio dos trabalhadores através de sua propaganda política, a Falange expunha as iniciativas pretendidas pelo novo Estado e dentre as promessas estava a tentativa de buscar a intervenção direta dos operários na legislação trabalhista e na economia, deslocando sua confiança dos partidos políticos para as instâncias sindicais. O decréscimo do desemprego e a criação de uma espécie de seguro em casos de afastamento, seja ele

¹³⁷ *op. cit.* Ponto 9.

consequência de doença ou acidente, além da elevação da qualidade de vida do trabalhador eram outras iniciativas almejadas.¹³⁸

Esse modelo de Estado global, interventor e gerenciador de todas as instâncias da vida dos indivíduos era projetado como a única saída possível para a decadência nacional. Ainda que esse processo tenha sido consequência do atraso econômico espanhol e dos atribulados e instáveis projetos políticos que, desde o século XIX, não só não levavam a cabo reformas sociais e políticas fundamentais, como foram diversas vezes interrompidos por mudanças importantes na direção e administração estatais. É importante observar que os discursos antiliberais de José Antonio estão influenciados não apenas por uma agitada conjuntura internacional, mas possuem raízes no próprio desenvolvimento do liberalismo espanhol, que tivemos oportunidade de analisar no capítulo anterior.

O antiliberalismo esteve presente na Espanha desde o fim século XIX. O tradicionalismo espanhol, ligado em grande parte à vertente católica, colocou-se em oposição às idéias Ilustradas justamente no que tange às noções de racionalidade e progresso. O ideário tradicional e conservador espanhol entram em choque direto com o liberalismo e o parlamentarismo, já que esses são incompatíveis com a própria estrutura da sociedade, tanto no âmbito político (permanência da monarquia ancorada sob a égide do direito divino) quanto econômico (país de bases profundamente agrárias) e social (onde as relações de poder se estabelecem através de laços de sujeição entre Rei e nobreza fundiária versus súditos). O movimento carlista é um exemplo ilustrativo.¹³⁹ Ainda que tenhamos o cuidado de evitar qualquer determinismo, não podemos esquecer que algumas das influências acumuladas por José Antonio são resultado de sua convivência, ainda que parcial, com indivíduos pertencentes a grupos conservadores e tradicionais, principalmente aqueles que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração de seu pai. Não podemos esquecer, inclusive, que sua participação na UMN permitiu alguma intensificação desses laços sociais já existentes, colocando José Antonio em contato com algumas das vertentes do tradicionalismo espanhol.

¹³⁸ FE, número 2, 11 de janeiro de 1934.

¹³⁹ GUERRERO, Andrés de Blas (org.). *Enciclopedia del Nacionalismo*. Editorial Tecnos: Madri, 1997. Observar tópicos sobre o tradicionalismo e o conservadorismo. O carlismo foi um movimento político de caráter antiliberal e anti-revolucionário que representava uma das alas do conservadorismo espanhol. Em termos gerais, pretendiam o restabelecimento da dinastia dos Bourbons e eram defensores do Antigo Regime e da influência da Igreja Católica na sociedade e no Estado. Em suma, suas propostas estavam focadas na defesa da monarquia, do catolicismo e sua influência social, cultural e política, e da tradição espanhola.

Embora o modelo estatal ansiado pela Falange tenha sido diversas vezes acusado de aproximações com alguns dos grupos tradicionalistas, conservadores e direitistas espanhóis, também atuantes no interior da política parlamentar da II República, o partido buscou se distanciar das possíveis qualificações pejorativas advindas das nascentes relações. Quando, em 1934, uma direção centro-direitista ganhou espaço na arena parlamentar, José Antonio buscou afastar-se das inevitáveis associações. Em entrevista ao jornal *L'Opinio*, reafirmou sua distância em relação ao projeto ideológico da direita:

Yo no soy de derechas, como la gente cree, en absoluto. Tanto es así, que puesto a escoger entre la obra reaccionaria y la obra revolucionaria actuales en España, prefiero, sin ningún asomo de dudas, a los sindicalistas.

Alcalá-Zamora, então presidente, havia delegado o poder a Alejandro Lerroux, do Partido Radical. Seu governo, cujo mandato durou poucos meses, entre novembro de 1933 e abril de 1934, esteve caracterizado pela imprescindível necessidade de pacificação. As medidas governistas haviam implementado um súbito processo de mudanças, principalmente os referentes à legislação trabalhista e às leis anticlericais. No entanto, se a II República possibilitou o crescimento das esquerdas espanholas, o ano de 1934 foi marcado por uma discreta, porém atuante, reação das direitas. O governo de Lerroux dependia dos votos da CEDA e dos monárquicos, o que de fato foi um dos elementos de instabilidade política dentre os membros republicanos que temiam possíveis retrocessos.

José Antonio observava resabiado todo este processo que alimentava sua recusa pelas divisões ideológicas entre esquerdas e direitas. As esquerdas, afirmava, possuíam um maior vigor revolucionário, abarcavam a maioria do proletariado espanhol e conservavam maior capacidade política, embora estivessem concentradas não somente entre os trabalhadores, mas também entre uma burguesia predominantemente intelectual. As esquerdas, cujo referencial ideológico estava ancorado no marxismo, permitiam a intensificação das tendências desagregadoras, somando-se como ideologia antinacional. Em contrapartida, as direitas, ainda que adornadas pelo decoro à pátria, a tradição e ao princípio de autoridade, também se colocavam como antinacionais na medida em que permitiam a evolução dos níveis de pobreza através da concentração das riquezas e da abstenção do sentido de solidariedade nacional. Foram inúmeras as publicações que apontam uma insistente rejeição às analogias entre a Falange e indivíduos e grupos ligados às direitas. Numa dessas ocasiões, José Antonio redige um parecer cuja publicação deu-se no jornal ABC, de Madri:

José Antonio Primo de Rivera quiere hacer constar, sin mengua de todas las consideraciones afectivas que le unen al señor Calvo Sotelo como eminente colaborador de su padre, que Falange Española de las JONS no piensa fundirse con ningún otro partido de los existentes ni de los que se preparen, por entender que la tarea de infundir el sentido nacional en las masas más numerosas y enérgicas del país exige precisamente el ritmo y el estilo de la Falange Española de las JONS. Esta, sin embargo, bien lejos como está de ser un partido de derechas, se felicita de que los grupos conservadores tiendan a nutrir sus programas de contenido nacional en lugar de caracterizarse, como era frecuente hasta ahora, por el propósito de defender intereses de clase.¹⁴⁰

Entretanto, as negativas de José Antonio não cessariam tão rapidamente. Desde a criação da Falange Espanhola, em 1933, com a posterior incorporação das JONS, em 1934, o partido sofria com as acusações de que representava o braço do fascismo na Espanha. As acusações não partiam unicamente das semelhanças observadas entre os projetos políticos, mas por conta das enérgicas defesas do Estado fascista desferidas por José Antonio em diversas ocasiões, tanto em discursos parlamentares como nas notas impressas em distintos jornais de considerável circulação.

Em 1933, quando sua atuação política já era evidente, José Antonio já tecia algumas considerações sobre o movimento europeu. Para ele, tal movimento não tinha somente a força como eixo de ação, ao contrário, sua tática estava aquém da violência. O fascismo havia nascido como reação às deficiências do Estado Liberal pregando uma nova “fé civil”¹⁴¹, cuja iniciativa estava ancorada na valorização da pátria e na busca pela unidade. José Antonio projetava a ideologia fascista como uma ideologia permanente, não somente limitada a implantação pelo governo italiano, mas produtora de um sentido total da vida:

El fascismo no es sólo un movimiento italiano: es un total, universal, sentido de la vida. Italia fue la primera en aplicarlo. Pero ¿no vale fuera de Italia la concepción del Estado como instrumento al servicio de una misión histórica permanente? ¿Ni la visión del trabajo y el capital como piezas integrantes del empeño nacional de la producción? ¿Ni la voluntad de disciplina y de imperio? ¿Ni la superación de las discordias de partido en una apretada, fervorosa, unanimidad nacional? ¿Quién puede decir que esas aspiraciones sólo tienen interés para los italianos?¹⁴²

O fascismo não era uma moda estrangeira apenas; tampouco anticatólico, como acreditava ser o nazismo. O fascismo carregava um sentimento tradicionalista guiado pela exaltação dos sentimentos nacionais, onde o objetivo não era a divinização do Estado, mas

¹⁴⁰ ABC, 30 de novembro de 1934. Calvo Sotelo foi político espanhol, cuja inclinação direitista rendeu-lhe o cargo de Ministro da Fazenda entre os anos de 1925 e 1930. Foi exilado nos primeiros anos da II República, foi eleito deputado e atuou durante o biênio radical-cedista em 1934. Destacou-se como líder monárquico através do partido *Renovación Española* e manteve relações não só com a Falange, mas também com a CEDA.

¹⁴¹ Termo usado em carta publicada no ABC, em 22 de março de 1933.

¹⁴² *La Nación*, 23 de outubro de 1933.

sua atuação como servidor ativo, interventor e totalizante de todos os aspectos da vida diária. As perseguições a Falange não tardaram a começar. Não só os militantes sofriam represálias, mas toda a imprensa de propaganda falangista, através dos jornais *El Fascio* e *FE*, sofriam constantes sanções do governo republicano. As acusações eram diversas, dentre elas as de executar propaganda fascista em território espanhol, confabular e infamar o governo. As respostas de José Antonio à imprensa passaram, então, a tornarem-se cada vez mais constantes. Em discurso pronunciado no Teatro Calderón, em 4 de março de 1934, José Antonio organizou sua defesa:

Nos dicen que somos imitadores. Onésimo Redondo ya ha contestado a eso. Nos dicen que somos imitadores porque este movimiento nuestro, este movimiento de vuelta hacia las entrañas genuínas de España, es un movimiento que se ha producido entes en otros sitios. Italia, Alemania, se han vueltos hacia sí mismas en una actitud de desesperación para los mitos con que trataron de esterilizarlas; pero porque Italia y Alemania se haya vuelto hacia sí mismas y se hayan encontrado enteramente a sí mismas, ¿diremos que las imita España al buscarse a sí propia? Estos países dieron la vuelta sobre su autenticidad, y al hacerlo nosotros, también la autenticidad que encontraremos será la nuestra, no será la de Alemania ni la de Italia y, por tanto, al reproducir lo hecho por los italianos o los alemanes seremos más españoles que lo hemos sido nunca (...) Dejemos que nos digan que imitamos a los fascistas. Después de todo, en el fascismo como en los movimientos de todas las épocas, hay por debajo de las características locales, unas constantes, que son patrimonio de todo espíritu humano y que en todas partes son las mismas.¹⁴³

E prossegue em nota publicada na imprensa, em dezembro do mesmo ano:

La noticia de que José Antonio Primo de Rivera, jefe de Falange Española de las J.O.N.S., se disponía acudir a cierto Congreso internacional fascista que está celebrándose en Montreux es totalmente falsa. El jefe de la Falange fue requerido para asistir; pero rehusó terminantemente la invitación por entender que el genuino carácter nacional del Movimiento que acaudilla repugna incluso la apariencia de una dirección internacional. Por otra parte, la Falange Española de las JONS no es un movimiento fascista, tiene con el fascismo algunas coincidencias en puntos esenciales de volar universal; pero va perfilándose cada día con caracteres peculiares y está segura de encontrar precisamente por ese camino sus posibilidades más fecundas.¹⁴⁴

A reconstrução do Estado espanhol era, sem dúvida, uma das grandes preocupações não só da Falange e de José Antonio Primo de Rivera, mas da maioria dos políticos inseridos na atribulada conjuntura histórica daqueles anos. Desde os tempos da monarquia hispânica imperava um modelo imperial marcado por um sentido universalista e ortodoxo, cujo domínio público esteve profundamente perpassado pelo catolicismo e pela ausência da nação como conceito político, o que de fato só se modificou com a difusão das idéias debatidas nas Cortes de Cádiz. Somente após a Constituição de Cádiz, em 1812, o Estado passa a ser pensado

¹⁴³ PRIMO DE RIVERA, J., *op.cit.*, p. 67.

¹⁴⁴ Nota publicada na imprensa espanhola em 19 de dezembro de 1934.

como Estado-nação, caracterizado não somente pelos limites impostos pela geografia territorial, mas também pela nação política constituinte desse mesmo território. Como afirma Dalmacio Negro, “para abordar o tema do Estado na Espanha há, pois, que insistir na falta de percepção da natureza do Estado e de seu caráter estritamente moderno e mecanicista”.¹⁴⁵

Em suma, trata-se de observar a debilidade do sentimento nacional e do sentimento político vinculado em torno da estatalidade. A questão fundamental do século XIX era a construção do Estado, porém compreender o Estado espanhol não presume um olhar apenas às atribuições sofridas pela monarquia, mas também às deficiências que permitiram com que esse se tornasse um problema que perpassou tempos e regimes políticos e que, sem dúvida, não foi superado pela guerra civil de 1936.

Nesse sentido, analisar a Falange como uma transposição de idéias fascistas em solo espanhol nos permite compreender somente até que ponto seu projeto político buscou projetar algumas das perspectivas já aplicadas por Mussolini ao Estado italiano, não nos permitindo examinar de que forma o estudo da Falange apresenta-se como uma ferramenta de análise da própria história espanhola, tornando-os inevitavelmente inseparáveis.

A construção ideológica do novo Estado almejado pela Falange esteve permeada por uma recusa assaz tanto do materialismo quanto do liberalismo. Para além das influências fascistas, o antimaterialismo esteve presente desde os séculos XVI e XVII no pensamento político espanhol influenciado, em grande medida, pela teologia política. A vida, a arte, a literatura e a política são alguns dentre os diversos ramos nos quais a Igreja fez-se presente enquanto instituição e mentalidade. O liberalismo, como pudemos analisar no capítulo anterior, mostrou sua completa debilidade diante do Estado da Restauração e frente à força e persistência do tradicionalismo espanhol.

É importante observar, ainda, que o corporativismo, frontalmente oposto à atomização do indivíduo provocada pelo liberalismo político, configurou-se como importante vertente do pensamento social na Espanha. Miguel Ángel Perfecto analisou com maestria as origens e desenvolvimento do corporativismo na Espanha, abordagem que nos permite afirmar que as perspectivas globalizantes e corporativas proposta por José Antonio e pela Falange estiveram influenciadas pelas peculiaridades do pensamento corporativo espanhol.

O corporativismo, em suas raízes ideológicas, objetivava uma estruturação da sociedade através de instâncias intermediárias, pensadas como alternativas à questão da

¹⁴⁵ NEGRO, Dalmacio. *Sobre el Estado em España*. Madri: Marcial Pons, 2007, p. 27.

ordem e do equilíbrio social no interior de sociedades marcadas pelas aceleradas mudanças provocadas pela Revolução Industrial e pelo modelo liberal, mas também como forma de sanar com as deficiências do Estado Liberal que, além de prever a mínima intervenção como ação estatal, gerava novos laços sociais incomparavelmente mais destoantes dos modelos vigentes em sociedades tradicionais. A auto-regulação das relações sociais provocava, em contrapartida, a existência de grupos sociais com interesses marcadamente antagônicos, provocando instabilidade política, social e econômica.

Segundo Perfecto García, já nos escritores neo-românticos do final do século XIX podemos observar a perspectiva de construção de um Estado interventor, racionalizador das estruturas produtivas, cuja organização estaria direcionada a uma moral superior identificada com o próprio Estado. Em sua origem, o corporativismo surgiu como uma resposta da sociedade tradicional às conseqüências da revolução liberal e do capitalismo, através da defesa de um modelo hierárquico de associações intermediárias formadas, em seu eixo central, pela família, pelo município e pelas corporações. Em termos gerais, a noção corporativa enxergava a sociedade como um complexo orgânico em estreita ligação com o Estado concentrador da máxima missão histórica e moral.¹⁴⁶

O pensamento corporativo não pretendia uma volta à sociedade característica do Antigo Regime, exceto algumas vertentes do corporativismo católico, mas apenas frear a desintegração social decorrente das mudanças advindas do progresso econômico e do crescimento do movimento operário. Ainda no século XIX, podemos observar dois modelos que confluem visivelmente na Espanha, sendo eles o modelo católico e o modelo de corporativismo baseado na recusa do modelo democrático-igualitário, colocando-se como proposta alternativa. Respeitando a pluralidade do conceito, o corporativismo possuiu momentos diferentes que permitem diferenciar os princípios ideológicos propostos entre os séculos XIX e XX. Após a Primeira Guerra Mundial, com o aguçamento da luta de classes e do individualismo liberal, os modelos corporativos de gerenciamento do Estado sofrem diversas metamorfoses, sendo o modelo fascista um exemplo notório. Todavia, ainda que o fascismo seja impreterivelmente corporativo, o corporativismo não é inevitavelmente fascista.

A concepção corporativa, nascida no desenrolar do romantismo político alemão do século XIX, cuja recusa do contrato social e a elevação dos laços geracionais de união entre os indivíduos permitia a valorização da tradição, dos costumes, da língua, da raça e da

¹⁴⁶ PERFECTO GARCÍA, Miguel Angel. *El Corporativismo em Espanha: desde los orígenes a la década de 1930*. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, n. 5., 2006, pp. 185-218.

religião, também recebeu características peculiares na Espanha. Como mostra o autor, o reformismo liberal defendido pelo movimento krausista tinha como base ideológica a noção de organicismo social, cuja missão tutelar encontrava-se nas mãos do Estado. Seus debates em torno do âmbito social permitiram-lhes organizar um conjunto de idéias baseadas numa concepção harmônica das relações sociais a partir de uma perspectiva reformadora e transformadora das instituições.

Alguns de seus pensadores, como o caso de Eduardo Pérez Pujol, desejavam uma restauração modernizada dos grêmios medievais como alternativa aos conflitos classistas e como forma de estabelecer uma sociedade baseada em moldes cooperativos de produção e de relação entre patrões e empregados. Pujol não foi somente influente pensador das reformas sociais dos anos 80 e 90 do século XIX, mas participou como Ministro do Trabalho durante a ditadura do general Primo de Rivera.¹⁴⁷

Na mesma medida, o conservadorismo espanhol, representado especialmente pelas figuras de Antonio Cánovas e dos chamados regeneracionistas conservadores, dedicaram-se a revisar algumas das diretrizes do liberalismo europeu, em grande medida influenciados pelas discussões em voga na Europa. Segundo Perfecto García, dentre as prerrogativas existentes no modelo intervencionista de Cánovas, podemos apontar a aprovação de um protecionismo econômico e de medidas de contenção das ações revolucionárias através da regulamentação de uma legislação social operária. O objetivo central era defender a ordem pública e conter a revolução socialista através de um modelo reformista.

Outros pensadores inseridos nesta corrente, como Francisco Silvela, Eduardo Dato e Antonio Maura, também almejavam reformar o sistema político espanhol, influenciado pelo caciquismo, ao mesmo tempo em que apontavam a necessidade de uma política social do Estado que limitasse as posições revolucionárias.¹⁴⁸ É importante ressaltar que a maioria dos conservadores espanhóis não tendia à democratização, ao contrário, eram partidários de um sufrágio corporativo como medida última de contenção da corrupção. Mais uma vez, a reordenação social é pensada em referência às políticas municipais e aos grêmios.

Sem dúvida, as iniciativas de reforma social baseadas no modelo corporativo não permaneceram reservadas ao campo teórico-ideológico. Durante a ditadura do general Primo de Rivera foram traçadas diversas tentativas nesse sentido, a começar pelo Conselho de

¹⁴⁷ PERFECTO, *op. cit.*, p. 199.

¹⁴⁸ PERFECTO, *op. cit.*, pp. 201-202.

Trabalho criado em 1924, cuja principal ação consistia no gerenciamento da representação patronal e operária, e pela construção dos Comitês Paritários em 1926.

A última vertente influenciada pelo modelo corporativo e exposta por Perfecto faz referência às alternativas esboçadas pelo catolicismo espanhol, tendo como principal palco de discussões os Congressos Católicos de fins do século XIX. A ação do catolicismo espanhol voltava-se para a necessidade de criação, por parte do Estado, de uma legislação protetora da família, de construção de grêmios como medida de harmonização social, a defesa da propriedade, inclusive a agrária, e da organização corporativa.¹⁴⁹ A propriedade era vista como direito natural, ao mesmo tempo em que era naturalizada a desigualdade humana. Frente ao avanço da industrialização e da laicização da sociedade, estes grupos não escondiam seu saudosismo em relação a determinados modelos de organização medieval.

A ação social católica preocupou-se, tendência que avançava rapidamente, em repensar sua relação com o sindicalismo e com a classe operária, preocupação que a levou a projetar um modelo sindical, cuja organização pressupunha a integração entre patrões e empregados de mesmo ofício. O objetivo inicial era o extermínio dos conflitos entre as classes sociais opostas e a configuração de uma nova legislação que ancorasse os mais necessitados, o que lhe rendeu uma série de adeptos entre a classe trabalhadora.¹⁵⁰

Em termos gerais, e compreendendo a diversidade presente nos diferentes núcleos doutrinários, o corporativismo buscou a reorganização da coletividade a partir da criação de laços de solidariedade orgânicos que evidenciavam sua rejeição ao processo de modernização do sistema político, com seu modelo representativo-democrático, e da economia de mercado. Sua rígida ordenação impedia a formação de elementos de conflito através da destruição das forças de desintegração nacional. Considerando as especificidades existentes na apreensão do próprio termo, Ludovico Incisa, responsável pela análise do conceito no *Dicionário de Política*, afirma que o corporativismo na Espanha esteve amparado pelo conservadorismo, sendo o *carlismo* um caso emblemático. Afirma o autor que tanto “em Portugal como na Espanha, a adoção de uma política de rápida industrialização levou a uma progressiva redução e fragmentação da organização corporativa”¹⁵¹ que, distante do seu desaparecimento, fez-se presente em sucessivos ensaios e ideologias corporativistas.

¹⁴⁹ PERFECTO, *op. cit.*, p. 205.

¹⁵⁰ PERFECTO, *op. cit.*, p. 208.

¹⁵¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986, pp. 287-291.

É inevitável e instigante observar o quanto a Falange Espanhola das JONS e José Antonio Primo de Rivera possuem de análogo às diversas correntes do corporativismo espanhol, fato que nos faz observar que as tendências externas são apenas uma dentre as influências visíveis e apropriáveis.

2.3.2 “Somos revolucionários”: a revolução falangista e sua proposta de justiça social

“A revolução, temos de fazê-la todos juntos, e assim nos levará à liberdade de todos, não a da classe ou do partido triunfante; nos fará livres ao fazer livre e grande e forte a Espanha”.¹⁵² Assim José Antonio contemplava o que considerava ser o princípio norteador do projeto político falangista: seu sentido revolucionário de justiça social. Aquém da revolução proporcionada pelo Estado Liberal, que apenas submeteu os indivíduos às pressões econômicas que em nada modificaram sua vida material, a verdadeira revolução deveria aplacar a desigualdade social não apenas em setores devastados pela corrupção, como o setor agrário, mas também recuperar e revalorizar os campos cultural e religioso com a afirmação da tradição e do sentido católico historicamente inerente ao povo espanhol.

Para José Antonio, a tão esperada República, considerada como o repositório das esperanças de mudança, não concretizou suas repetidas promessas de justiça social. Ainda que o 14 de abril de 1931 tenha representado o início de uma nova luz na Espanha, em três anos de governo republicano pouco havia sido feito para empreender uma verdadeira transformação econômica e social. O governo de Lerroux retratava apenas a permanência dos conflitos parlamentares que emperravam a concretização de projetos políticos de efetiva mudança, aguçando o ódio, a desunião e a instabilidade do Estado.

No entanto, longe de se igualar às tentativas de revolução socialista, José Antonio deixava nítido que seu modelo de revolução estaria inteiramente desvinculado de qualquer manifestação de perturbação da ordem. Ao afirmar suas incessantes menções ao caráter revolucionário de seu movimento, fazia questão de enfatizar que sua revolução não se assemelhava ao motim desordenado ou à revolta. A revolução, ao contrário, estaria intimamente atrelada à edificação política e a subversão do *status quo* vigente sem, no entanto, agredir a ordem social. Seu apelo é evidente no artigo publicado no jornal *La Nación*, em abril de 1934:

¹⁵² FE, número 8, 25 de fevereiro de 1934.

El que echa de menos una revolución suele tener prefigurada en su espíritu una arquitectura política nueva, y precisamente para implantarla necesita ser sueño en cada instante, sin la menor concesión a la histeria o a la embriaguez, de todos los instrumentos de edificar. Es decir: que la revolución bien hecha, la que de veras subvierte duramente las cosas, tiene como característica formal "el orden". Ahora que el orden, por sí mismo no es bastante para entusiasmar a una generación. Nuestra generación quiere un "orden nuevo". No está conforme con el orden establecido. Por eso es revolucionaria.¹⁵³

A ditadura, iniciada em 1923, e a instauração da II República, em 1931, representam dois momentos distintos de inauguração de um processo revolucionário na Espanha. Ambas, porém, naufragaram em suas tentativas de alteração dos costumes intrínsecos às instituições políticas espanholas. Diante de dois momentos históricos e políticos distintos, José Antonio igualava as forças da direita e da esquerda como forças contra-revolucionárias porque em suas realizações políticas pretendiam a manutenção da ordem vigente. Para ele, todas as frações políticas da direita dedicavam um especial empenho em mostrar seu caráter contra-revolucionário. Apesar desta coincidência que as une, não iniciavam qualquer movimento no sentido de construção de uma frente única direitista. Contudo, não eram apenas os partidos de direita contra-revolucionários, mas os também chamados “partidos de orden”, identificados a partir da esquerda republicana e da figura de Azaña:

¿Y es sólo son contrarrevolucionarios los de derechas? Los partidos de ‘orden’, Acción Popular, Agrarios, Renovación Española, Bloque, Tradicionalistas, son contrarrevolucionarios, porque son de ‘orden’. Es decir, porque su fundamental aspiración es conservar el orden. Y no un orden abstracto, sino el orden actual. Y las izquierdas, hasta Azaña ¿quieren subvertir el orden actual? ¿Quieren establecer un orden nuevo, por ejemplo, en lo económico sobre las astillas del régimen burgués? De ninguna manera. Ellos son esencialmente burgueses, partidarios de mantener el orden capitalista. Si las derechas son contrarrevolucionarias porque quieren este orden, y las izquierdas también defienden a capa y espada este orden de cosas, ¿por qué no se hacen las cosas en serio y se va a constituir un bloque contrarrevolucionario que comprendiese desde la Acción Popular, pasando por Renovación Española, hasta Azaña? Esto sería lógico, sería la unión de todas las fuerzas de la contrarrevolución.¹⁵⁴

Não era somente o contexto histórico de efervescência política que inspirava um furor revolucionário, mas o próprio processo de degeneração histórica sofrida pela sociedade espanhola:

La revolución es necesaria, no precisamente cuando el pueblo está corrompido, sino cuando sus instituciones, sus ideas, sus gustos, han llegado a la esterilidad o están próximos a alcanzarla. En estos momentos se produce la degeneración histórica. A nadie que medite unos minutos puede ocultársela esta verdad: al final de un periodo histórico estéril, cuando un

¹⁵³ Artigo *Revolución*, publicado no jornal *La Nación*, de Madri, em 28 de abril de 1934.

¹⁵⁴ *Arriba*, número 2, 28 de março de 1935.

pueblo, por culpa suya o por culpa ajena, ha dejado enmohecer todos los grandes resortes, ¿cómo va a llevar a cabo por sí mismo la inmensa tarea de regenerarse?¹⁵⁵

Entretanto, apesar do ardente incentivo à transformação, o projeto político falangista não se colocava oposto à preservação da propriedade privada, o que tornava sua defesa da Reforma Agrária um discurso pouco aplicável à realidade espanhola. Como muitas vezes defendeu José Antonio, a propriedade privada era entendida como elemento contrário ao capitalismo e entendida como projeção direta do homem sobre seus bens pessoais, um atributo essencial do ser humano. O capitalismo havia modificado profundamente esta relação, transformando a propriedade privada em propriedade do capital e instrumento técnico de dominação econômica e destruindo, pouco a pouco, o artesanato, a pequena indústria e a pequena agricultura. Com o crescimento da produção em massa, a propriedade tornou-se veículo de reprodução evolutiva do capital, instância passível de especulação e figurativa da exclusão social.

José Antonio defendia a propriedade feudal, afirmando que ela permitia melhor relacionamento entre trabalhadores e patrões na medida em que o senhor possuía uma série de deveres que incluíam a defesa e a manutenção de seus súditos, ao contrário da propriedade capitalista, responsável pela miséria e penúria do operariado espanhol. Seu principal objetivo não era incitar qualquer tentativa de retorno, nem propor uma nova regulamentação da propriedade privada, mas apenas reafirmar sua licitude e a perspectiva de possível intervenção do Estado na questão da propriedade individual. Tais propostas ficam evidentes nos pontos 10, 13 e 14, sendo este último referente à nacionalização de serviços bancários:

10. Repudiamos el sistema capitalista, que se desentiende de las necesidades populares, *deshumaniza la propiedad privada* y aglomera a los trabajadores en masas informes propicias a la miseria y a la desesperación. Nuestro sentido espiritual y nacional repudia también al marxismo. Orientaremos el ímpetu de las clases laboriosas, hoy descariadas por el marxismo, en el sentido de exigir su participación directa en la gran tarea del Estado nacional. 13. El Estado reconocerá la propiedad privada como medio lícito para el cumplimiento de los fines individuales, familiares y sociales y la protegerá contra los abusos del gran capital financiero, de los especuladores y de los prestamistas. 14. Defendemos la tendencia a la nacionalización del servicio de Banca y, mediante las corporaciones, a la de los grandes servicios públicos.¹⁵⁶

É necessário frisar que a revolução falangista defendia uma tríplice revolução perpassada por uma transformação política, econômica e moral. A revolução política encontrava-se em referência à construção de um novo Estado, substituto do Estado Liberal e instrumento de renovação nacional. A relação entre Estado e sociedade e entre os grupos

¹⁵⁵ *Haz*, número 9, 12 de outubro de 1935.

¹⁵⁶ *27 Pontos Programáticos da Falange*, novembro de 1934. Pontos 10, 13 e 14.

classistas envolvidos nos diversos ramos de produção estariam ordenados através de sindicatos verticais, cuja função mediadora seria submetida à intervenção estatal. Os sindicatos verticais eram pensados como grandes centros de apoio e de atuação do Estado e como cenários de resolução de conflitos políticos, econômicos e sociais, como pudemos analisar acima.

No entanto, no interior de sua revolução econômica, uma proposta peculiar à Falange, que certamente estava mais próxima às propostas das direitas espanholas. Se a reforma agrária era um projeto já amplamente defendido pelas esquerdas espanholas, quase nulos eram aqueles que desejavam uma profunda modificação da propriedade da terra e das relações no meio rural. Era evidente que qualquer tentativa de transformação social deveria abarcar projetos de reestruturação das terras. Não havia qualquer ineditismo na tentativa, já que no século XIX o processo de *desamortização das terras*, em grande medida impulsionado pelo liberalismo espanhol, buscou uma liberação da propriedade agrária que, em consequência do seu fracasso, acabou por converter a terra em um produto de mercado, possibilitando novas formas de concentração fundiária. Esse tema perpassou as sucessivas transformações políticas, mantendo-se como grande elemento de debate e conflito no seio da II República.¹⁵⁷

O regime republicano proporcionou a configuração de projetos reformistas no núcleo legislativo. Se por um lado era necessário frear o avanço da concentração da propriedade agrária, por outro era terminantemente custoso arcar com as dívidas resultantes de possíveis expropriações. Na medida em que avançavam, tinham de lidar com os grupos políticos de pressão profundamente insatisfeitos com a intromissão do Estado nos direitos à propriedade. Num patamar diverso estava a oligarquia agrária, minoria proprietária das terras e elite reguladora e dominadora dos aspectos gerais da vida regional, que passado os sobressaltos do antigo processo de desamortização, encontrava-se novamente ameaçada pelo projeto de reforma agrária republicano. Em termos gerais, os fatores que proporcionavam a concentração fundiária eram os mesmos que permitiam sua análoga dominação política e social. Essas eram não somente as características de reprodução do sistema cacequil, como os verdadeiros instrumentos de coerção social, política, econômica e, por que não, cultural. Ao lado do poder inerente à administração central estavam os desmandos do poder territorial.

Outra questão perturbadora inquietava os reformistas agrários republicanos. Muitas das terras espanholas encontravam-se incultiváveis e não havia iniciativas de ordenação das

¹⁵⁷ RIESCO, Sergio. *La reforma agraria y los orígenes de la Guerra Civil, 1931-1940*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2006.

superfícies cultiváveis e não-cultiváveis. Passados os projetos de desamortização, em 1855, de estudos sobre os efeitos da concentração fundiária, em 1904, somente a Lei de Bases, debatida em 1932, estabeleceu uma ampla discussão sobre o tema e a tentativa de estruturação de um projeto de reforma agrária efetiva que, apesar das múltiplas expectativas, padeceu ao desenrolar das discordâncias políticas e do início da guerra civil.¹⁵⁸

No projeto político falangista, a questão agrária mereceu relevante abordagem, ainda que boa parte das propostas tencionadas já estivessem sendo debatidas e arquitetadas dentro de uma ação social mais ampla do governo republicano. Para José Antonio, a vida rural espanhola era absolutamente intolerável. Porém, acreditava que uma profunda inversão do sistema de arrendamentos, que subordinava o campesinato às más condições de vida e trabalho, e de concentração fundiária só poderia ser realizado mediante uma conjuntura revolucionária:

Pues bien: esto, que en una excursión de cien kilómetros se encuentra repetido por todas las tierras de España, nos convence, creo yo que nos convence a todos, de que en España se necesita una Reforma agraria. Ahora, entiendo que, evidentemente, la Reforma agraria es algo más extenso que ir a la parcelación, a la división de los latifundios, a la agregación de los minifundios. La Reforma agraria es una cosa mucho más grande, mucho más ambiciosa, mucho más completa; es una empresa atrayente y magnífica, que probablemente sólo se puede realizar en coyunturas revolucionarias (...).¹⁵⁹

Nos pontos 17, 18 e 19 de seu projeto político localizamos suas primeiras intenções:

17. Hay que elevar a todo trance el nivel de vida del campo, vivero permanente de España. Para ello adquirimos el compromiso de llevar a cabo sin contemplaciones la reforma económica y la reforma social de la agricultura. 18. Enriqueceremos la producción agrícola (reforma económica) por los medios siguientes: asegurando a todos los productos de la tierra un precio mínimo remunerador. Exigiendo que se devuelva al campo, para dotarlo suficientemente, gran parte de lo que hoy absorbe la ciudad en pago de sus servicios intelectuales y comerciales. Organizando un verdadero Crédito Agrícola Nacional, que al prestar dinero al labrador a bajo interés, con la garantía de sus bienes y de sus cosechas, le redima de la usura y del caciquismo. Difundiendo la enseñanza agrícola y pecuaria. Ordenando la dedicación de las tierras por razón de sus condiciones y de la posible colocación de los productos. Orientando la política arancelaria en sentido protector de la agricultura y de la ganadería. Acelerando las obras hidráulicas. Racionalizando las unidades de cultivo para suprimir tanto los latifundios desperdiciados como los minifundios antieconómicos por su exiguo rendimiento. 19. Organizaremos socialmente la agricultura por los medios siguientes: distribuyendo de nuevo la tierra cultivable para instituir la propiedad familiar y estimular enérgicamente la sindicación de labores. Redimiendo de la miseria de que viven a las masas humanas que hoy se extenuan en arañar suelos estériles, y que serán trasladadas a las nuevas tierras cultivables.¹⁶⁰

¹⁵⁸ RIESCO, Sergio. *La indefinición en el movimiento ¿Qué hacer con la Reforma Agraria durante la Guerra Civil?* Artigo apresentado no Congresso Internacional A Guerra Civil Espanhola 1936-1939, que se celebrou em Madri entre os dias 27 e 29 de novembro de 2006 na Universidade Nacional de Educação à Distância e no Círculo de Belas Artes de Madri. Disponível em http://www.secc.es/media/docs/12_5_Sergio_Riesco.pdf

¹⁵⁹ *Sobre la Reforma Agraria*. Discurso pronunciado no Parlamento nos dias 23 e 24 de julho de 1935. C.f PRIMO DE RIVERA, José Antonio. *Textos Revolucionarios*. Madri, Ediciones 29, 1984, p. 117.

¹⁶⁰ 27 Pontos Programáticos da Falange, novembro de 1934. Pontos 17, 18 e 19.

A reforma agrária seria parcializada em dois momentos distintos. Em primeiro lugar, era necessário reorganizar economicamente o solo espanhol. Havia terras absolutamente incultiváveis e pobres, sendo o assentamento camponês nestas regiões uma insana medida de perpetuação da vigente miséria. As ações consistiriam em uma série de avaliações e designações das terras cultiváveis e habitáveis do território nacional que pudessem ser convertidas em unidades econômicas de cultivo. Na mesma proporção, deveriam ser avaliados os tipos de cultivo onde o latifúndio era primordial e os sítios propensos ao estabelecimento frutífero dos minifúndios. Após esta extensa reorganização, seriam introduzidas as unidades econômicas de cultivo em áreas habitáveis e cultiváveis, acompanhada da resoluta instalação da população campesina.

O objetivo central do empreendimento era dotar o campo de maiores recursos econômicos, associando cultivo adequado e remuneração satisfatória. Nesse sentido, foram pensadas cinco ações de atuação direta. Em primeiro lugar, tornava-se indispensável a organização de um verdadeiro crédito agrícola, afastando dos especuladores a exclusiva função de empréstimo bancário e dotando o Estado de recursos capazes de atender às demandas existentes. Em segundo lugar, e paralelo à necessidade de potencializar os resultados da produção, havia a necessidade de difusão do ensino agrícola e pecuário que disponibilizasse meios de especialização da mão de obra rural. Assim, e projetando um terceiro fator de ação, seriam executados projetos de ordenação das terras que impedissem o agricultor, por ausência de conhecimentos técnicos, de se dedicar erroneamente a determinados modelos de cultivo, criando sistemas de produção agrícola sustentáveis e permitindo, em consequência, preços mais remuneradores pelos resultados obtidos. Por último, e não menos fundamental, seriam implantadas medidas de aceleração das obras hidráulicas, permitindo formas mais elaboradas de fertilização.

Apesar de não defender os meios através dos quais realizaria um projeto de tais proporções, o projeto de reforma agrária falangista mostrava-se, ao menos em teoria, revolucionário. Pretendia-se uma verdadeira revolução nacional agrária, energicamente defendida por José Antonio:

Hay que llevar a cabo, a fondo, la verdadera revolución nacional agraria. Todavía, pese a las reformas agrarias que se hicieron pasar ante vuestros ojos, hay muchísima gente en España que vive del campo sin trabajar, que vive de las rentas del campo sin contribuir en nada a que el campo produzca: cobrando la renta como quien cobra un impuesto. Hay, por otro lado, muchísima gente que se ve obligada a labrar durante años, a falta de otra cosa, un terruño seco que apenas le da para sostener su hambre. Y muchísimas tierras que por su mala distribución, por mal cultivo o por avaricia de sus dueños, sostienen a mucha menos gente de la que

podrían sostener. Hay que acabar con eso. Pese a quien pese, sobre la tierra de España tiene que vivir el pueblo español. Y no sobre toda la tierra de España, porque una grandísima parte de ella es inhabitable e incultivable. Es una burla para el campesino elevarle a propietario de un trozo de tierra pedregosa y estéril. No: donde hay que instalar al pueblo labrador de España es sobre las tierras buenas, sobre las que hoy existen y sobre las que se pueden fertilizar con los riegos. España tiene tierras suficientes para mantener a todos los españoles y a quince millones más. Sólo faltan hombres enérgicos que lleven a cabo la bella y magnífica revolución agraria: el traslado de masas enteras, hambrientas de siglos, agotadas en arañar tierras míseras, a los anchos campos feraces. Para esto habrá que sacrificar unas cuantas familias. No de grandes labradores, sino de capitalistas del campo, de rentistas del campo; es decir, de gente que, sin riesgo ni esfuerzo, saca cantidades enormes por alquilar sus tierras al labrador. No importa. Se las sacrificará. El pueblo español tiene que vivir. Y no tiene dinero para comprar todas las tierras que necesita. El Estado no puede ni debe sacar de ningún sitio, si no es arruinándose, el dinero preciso para comprar las tierras en que instalar al pueblo. Hay que hacer la reforma agraria revolucionariamente; es decir, imponiendo a los que tienen grandes tierras el sacrificio de entregar a los campesinos la parte que les haga falta. Las reformas agrarias como la que rige ahora, a base de pagar a los dueños el precio entero de sus tierras, son una bafa para los labradores. Habrán pasado doscientos años y la reforma agraria estará por hacer.¹⁶¹

As funções delegadas ao Estado não estavam unicamente vinculadas às ações reformistas, mas a própria intervenção do Estado na execução dos projetos de redistribuição e possível expropriação de terras desfrutadas ilegitimamente (porém não apresenta nenhuma referência às categorias de ilegitimidade aplicadas) como exposto nos pontos 20, 21 e 22, igualmente introduzidos no projeto de elaboração da reforma agrária:

20. Empezaremos una campaña infatigable de repoblación ganadera y forestal, sancionando con severas medidas a quienes la entorpezcan e incluso acudiendo a la forzosa movilización temporal de toda la juventud española para esta histórica tarea de reconstruir la riqueza patria.
21. *El Estado podrá expropiar sin indemnización las tierras cuya propiedad haya sido adquirida o disfrutada ilegítimamente.* 22. Será designio preferente del Estado nacionalsindicalista la reconstrucción de los patrimonios comunales de los pueblos.¹⁶²

José Antonio criticou inúmeras vezes a reforma proposta pelo ministro da agricultura, afirmando que sua intenção reformista estava baseada num longuíssimo prazo, produzindo dois inconvenientes. Além da ausência de projetos de adaptação funcionais dos lavradores às terras. Ao invés de favorecer a exploração de minifúndios familiares economicamente sustentáveis, o governo somente investia em organizações coletivas da terra. Dados os valores necessários às expropriações e à execução da reforma, somar-se-iam demasiados anos até a total reorganização fundiária. José Antonio defendia sua imediata aplicação e sua perspectiva em curto prazo, mesmo que tais medidas agissem em prejuízo dos proprietários rurais. Sem dúvida alguma, uma interessante e ousada defesa da, secularmente aguardada, reestruturação das terras espanholas. Sua raiz revolucionária esconde a repulsa de José Antonio a um modelo

¹⁶¹ *Arriba*, número 18, 7 de novembro de 1935 ou *C.f* PRIMO DE RIVERA, José Antonio. *Textos Revolucionários*. Madri, Ediciones 29, 1984, pp. 137-138.

¹⁶² *27 Pontos Programáticos da Falange*, novembro de 1934. Pontos 20, 21 e 22.

agrário cujas implicações políticas desenhavam as relações de força entre as elites dominantes no regime monárquico.

Mas a revolução falangista não previa apenas intervenções nas estruturas sociais, econômicas e políticas, mas também incorporava uma perspectiva de reestruturação moral e valorização de elementos espirituais intrínsecos à tradição e aos indivíduos, sendo a religião católica sua norma suprema. Um país com características tão singulares onde ao longo dos séculos foi disputada a presença do cristianismo, do judaísmo e do islamismo, a Espanha compartilha com a religião laços culturais representativos da própria identidade espanhola.¹⁶³ As disputas entre as comunidades árabes, judias e cristãs ao longo das Idades Média e Moderna aguçaram não só as hostilidades, mas permitiram a progressiva afirmação da Igreja Católica no âmbito cultural e das mentalidades. Foram inúmeras as instituições religiosas criadas no decorrer do século XIX, cujas atividades direcionavam-se para a formação religiosa, para atividades internas e externas e para o ensino.

Já tivemos oportunidade de analisar a influência da Igreja Católica na sociedade espanhola, bem como as implicações decorrentes das transformações impulsionadas pelo governo espanhol. As disputas em torno da permanência da influência ideológica, cultural e social da Igreja excederam os limites do debate político e desembocaram numa das semanas mais trágicas de toda a história da Igreja Católica na Espanha. Em 1907, na cidade de Barcelona, diversos prédios, monumentos, conventos e instituições religiosas foram incendiados. Em algumas regiões, como Málaga, quase a totalidade do patrimônio da Igreja viu-se dizimado.

O exemplo mais notável dos enfrentamentos durante os anos de 1936 e 1939 foi o grande número de vítimas da Igreja, mortos principalmente no primeiro ano de guerra civil. Foram um total de 6.832 mortos, compreendendo desde sacerdotes seculares, padres, freiras e monges até religiosos dedicados ao ensino e à assistência social.¹⁶⁴ Os dados resultantes da contagem das perdas patrimoniais e humanas são impressionantes e revelam que dentre os fatores motivadores da guerra civil está incluso o âmago da religião.¹⁶⁵

As tensões alcançaram maiores proporções quando promulgados os artigos da nova Constituição republicana. Dentre eles, imperava o artigo 26, cujo alcance e polêmica

¹⁶³ RODRÍGUEZ-MOÑINO SORIANO, Rafael. *Breve Historia de la Religión en España*. Madri: Editorial Castalia, 2002.

¹⁶⁴ RODRÍGUEZ-MOÑINO SORIANO, Rafael. *op. cit.*, p. 115.

¹⁶⁵ CÁRCEL ORTÍ, Vicente. *La persecución religiosa en España durante la Segunda República*. Madri: Ediciones Rialp, 1990. O autor expõe um minucioso quadro com as estatísticas referentes às regiões mais afetadas, apresentando os principais aspectos da conjuntura histórica de repressão dos anos de 1930.

atingiram os círculos de debates políticos e intelectuais, causando a ira dos defensores do catolicismo e da tradicional influência da Igreja Católica na sociedade espanhola. Grande parte das proposições busca delimitar a atuação religiosa em instâncias consideradas de verdadeiro interesse estatal, como o caso da educação, e aniquilar os laços de poder que uniram, durante séculos, as duas instituições:

(...) El Estado, las regiones, las provincias y los municipios no mantendrán, favorecerán ni auxiliarán económicamente a las iglesias, asociaciones e instituciones religiosas.
 Una ley especial regulará la total extinción, en un plazo máximo de dos años, del presupuesto del clero.
 Quedan disueltas aquellas órdenes religiosas que estatutariamente impongan, además de los tres votos canónicos, outro especial de obediencia y autoridad distinta de la legítima del Estado. Sus bienes serán nacionalizados y afectados a fines benéficos y docentes.
 (...) Disolución de las que, por sus actividades, constituyan un peligro para la seguridad del Estado.
 Inscripción de las que deben subsistir, en un registro especial dependiente del Ministerio de Justicia.
 (...) Prohibición de ejercer la industria, el comercio o la enseñanza.
 (...) Obligación de rendir anualmente cuentas al Estado de la inversión de sus bienes en relación con los fines de la asociación.
 Los bienes de las órdenes religiosas podrán ser nacionalizados.¹⁶⁶

As ações prosseguem, culminando no decreto de dissolução da Companhia de Jesus, em 1932:

Artículo 1.º Queda disuelta en territorio español la Compañía de Jesús. El Estado no reconoce personalidad jurídica al mencionado instituto religioso ni sus provincias canónicas, casa, residencias, colegios o cualquiera otros organismos directa o indirectamente dependientes de la Compañía.¹⁶⁷

A crise estava decretada. O caráter revolucionário do decreto e dos artigos constitucionais e a necessidade de implantação de uma República laica e democrática chocavam-se diretamente com os privilégios especiais gozados pela Igreja. Enquanto Azaña acreditava serem as medidas emergenciais e essenciais para o desenvolvimento dos projetos de reforma social, Alcalá-Zamora e o ministro do Interior, Miguel Maurra, ambos católicos, intensificaram a perigosa conjuntura ao apresentar suas cartas de demissão. Muitas e intensas foram as manifestações clericais, procissões e debates políticos que evidenciavam o início de uma verdadeira guerra político-religiosa.

A predominância religiosa nos diferentes espaços de sociabilidade dos espanhóis esteve tradicionalmente permeada pelo poder secular e simbólico exercido pela Igreja enquanto elemento de fundamental estruturação e classificação do mundo. Sua função

¹⁶⁶ RODRÍGUEZ-MOÑINO SORIANO, Rafael. *op. cit.*, pp. 163-164.

¹⁶⁷ *op. cit.*, p. 165.

religiosa unia-se à social, propiciando a organização do mundo natural a partir de ordenações que impunham categorias de inclusão e exclusão. De suas funções sociais, deriva sua função política de legitimação das divisões sociais, cujo cerne mascara a tentativa de conservação da ordem social e de legitimação do poder dominante. Ao mesmo tempo em que domina as determinações mundanas, possui o monopólio dos bens de salvação.

Sua atuação simbólica é imposta não só a partir da construção de esquemas de pensamento objetivamente racionalizados e naturalizados, mas também através de ações sistematicamente projetadas. A religião ocupa um espaço fundamental na medida em que permite a consagração de uma visão de mundo singular que, muitas vezes, caminha em sintonia com interesses sociais e políticos.¹⁶⁸ A religião é, acima de tudo, um sistema de regulação da vida, do comportamento prático dos indivíduos, que desemboca em sistematizações do mundo material, cujo campo de dominação está marcado pelos diversos modos de exercício do poder religioso derivados, em sua maioria, da crença na legitimidade dos costumes tradicionalmente conservados. Tal perspectiva permite-nos observar não só o interessante papel do sentimento religioso nas sociedades modernas, como seus diferentes espaços de sociabilidade.¹⁶⁹

A ascensão dos grupos esquerdistas, especialmente engajados no projeto republicano, impôs um momento de transformação diverso, onde o princípio reformista estava norteado pela construção de um novo modelo de comunidade humana a partir da renovação dos laços econômicos e identitários entre os indivíduos. Sem dúvida, nesse sentido, os princípios de hierarquização e organização dogmática perpetrados pela Igreja através de modelos éticos viram-se intimamente afetados diante do decréscimo de seu poder e autoridade religiosa. Assim, a República acabou por imprimir um radical momento de questionamento da real legitimidade de seu monopólio religioso e dos malefícios dele advindos.

José Antonio, que acompanhava atento os rumores desencadeados pelas ações republicanas durante sua campanha para deputado nas Cortes Constituintes, em 1933, abordava o lema da religião, da unidade e da família como elementos constitutivos do indivíduo e, portanto, posicionou-se contrariamente às tentativas de laicização promovidas pelo governo republicano. Considerava-as um anticlericalismo maléfico, blasfemador e

¹⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *Gênese e Estrutura do Campo Religioso*. “A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer”. São Paulo: EDUSP, 1996, pp. 27-78.

¹⁶⁹ Observar interessante debate sobre as principais abordagens de Weber sobre a religião, ensaiados por Jean-Paul Willaime. Cf. HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia e Religião*. São Paulo: Ed. Idéias e Letras, 2009, pp. 71-123.

instigador das perseguições às idéias religiosas. Não eram apenas o sentido católico que se via profundamente afetado, mas os elementos básicos norteadores da história e da cultura espanhola. Entre as iniciativas republicanas mais criticadas por José Antonio, a questão religiosa ocupa espaço inquestionável.¹⁷⁰

Por isso, foi reservado um lugar importante para a religião no projeto político da Falange. Por ocasião de sua fundação, José Antonio traçou uma ligação essencialmente vital entre o sentido católico e a própria constituição da cultura espanhola, mostrando a inevitabilidade de recuperação da catolicidade como medida de alargamento do sentimento patriótico e realização da missão histórica da Espanha:

Queremos que el espíritu religioso, clave de los mejores arcos de nuestra Historia, sea respetado y amparado como merece, sin que por eso el Estado se inmiscuya en funciones que no le son propias ni comparte – como lo hacía, tal vez por otros intereses que los de la verdadera Religión – funciones que si le corresponde realizar por sí mismo. Queremos que España recobre resueltamente el sentido universal de su cultura y de su Historia.¹⁷¹

Apesar das máximas defendidas e de incorporar o sentido católico como componente indispensável do projeto nacional, a Falange desejava evitar qualquer ligação estreita entre Estado e Igreja, evitando qualquer caráter dúbio de suas afirmações e aproximações com um projeto de recuperação da influência institucional da Igreja no Estado, como outrora se havia dado nos governos monárquicos antecedentes. Consequentemente, em seu projeto político as referências são postas tomando-se as necessárias precauções:

Nuestro Movimiento incorpora el sentido católico –de gloriosa tradición y predominante en España– a la reconstrucción nacional. La Iglesia y el Estado concordarán sus facultades respectivas, sin que se admita intromisión o actividad alguna que menoscabe la dignidad del Estado o la integridad nacional.¹⁷²

O polêmico ponto 25 resguardava a autonomia estatal, diferenciando ambas as instituições como pertencentes a esferas de ação distintas. Enquanto o Estado detinha uma soberania temporal, com suas funções próprias no interior da sociedade, a Igreja perdurava sua missão religiosa através do campo espiritual. A harmonização entre religião e política dependeria, doravante, de uma total sintonia entre os projetos católico e nacional.

2.3.3 La gaita y la lira: o imperativo da nação

¹⁷⁰ José Antonio analisa o que considera alguns dos problemas do governo da II República. Cf. *Arriba*, 21 de março de 1935.

¹⁷¹ PRIMO DE RIVERA, J., *op.cit.*, p. 43.

¹⁷² 27 Pontos Programáticos da Falange, novembro de 1934. Ponto 25.

No agitado ano de 1934, após haver detalhadamente formulado os pressupostos políticos organizadores do projeto político falangista, José Antonio atribuiria à nação e aos espanhóis a grandiosa tarefa de reestruturação de um espaço de convivência tão largamente alterado pelas novas idéias políticas do século XX e pelo sentimento de decadência já sentido no quadro dos debates políticos do século XIX:

Así, pues, no veamos en la patria el arroyo y el césped, la canción y la gaita; veamos un destino, una empresa. La patria es aquello que, en el mundo, configuro una empresa colectiva. Sin empresa no hay patria; sin la presencia de la fe en un destino común, todo se disuelve en comarcas nativas, en sabores y colores locales. Calla la lira y suena la gaita.¹⁷³

O apelo nacionalista derivava do lastimável cenário social e da necessidade de eliminar as divisões internas. Tratava-se de reduzir ou ao menos limitar o espaço de atuação das vontades individuais, pensando a nação como uma empresa coletiva, de sacrifício, empregada na exigente missão de reabilitação da Espanha. A percussão violenta opunha em pólos distintos as prerrogativas do indivíduo e da nação:

Nosotros no podemos tolerar ni estamos conformes con la actual vida española. Hemos de terminarla, transformándola totalmente, cambiando no sólo su armadura externa, sino también el modo de ser de los españoles. No queremos que triunfe un partido ni una clase sobre las demás; queremos que triunfe España, considerada como unidad, con un fin universal que cumplir, con una empresa futura que realizar y en la que se fundan todas las voluntades individuales. Y ello tenemos que conseguirlo, cueste lo que cueste, a cambio de los mayores sacrificios, pues es mil veces preferible caer en servicio de tal empresa que llevar una vida lánguida, vacía de ideales, donde no haya más afán ni otra meta que llegar al día siguiente. La vida es para vivirla, y sólo se vive cuando se realiza o se intenta realizar una obra grande, y nosotros no comprendemos obra mejor que la de rehacer España.¹⁷⁴

A pretendida unidade assemelhava-se a uma *unidade de destino*, exposta diversas vezes por José Antonio como um conjunto de características amplamente identitárias, como a terra, a língua e a raça, e como um espaço temporalmente fundado e perpassado por uma singular trajetória histórica. Um patrimônio geracional, depósito sagrado de séculos, “uma entidade histórica diferenciada das demais no universal por uma própria unidade de destino”.¹⁷⁵

Para ele, havia uma distinção fundamental entre nação e povo determinada em função do que costumava delinear como a existência de uma universalidade. A nação não se

¹⁷³ “La gaita y la lira” é o título de um dos textos escritos por José Antonio em 1934, onde descreve, poeticamente, sua compreensão sobre o significado de pátria e patriotismo. PRIMO DE RIVERA, J., *op.cit.*, p. 54.

¹⁷⁴ *FE*, número 12, 26 de abril de 1934.

¹⁷⁵ *FE*, número 5, 19 de julho de 1934.

constituiria apenas a partir de caracteres locais particularizados, mas através de uma missão e destino específicos frente às demais nações. Diante das tentativas separatistas e das discussões acerca do estatuto de autonomia catalã, defendia que apenas esta noção de nação poderia superar o efeito desagregador dos nacionalismos locais. À Espanha cabia recuperar um espaço proeminente no jogo político europeu, readquirindo a influência outrora exercida pelas monarquias hispânicas. Deveria tornar-se novamente um brilhante império, como havia sido sua empresa ultramarina, livrando-se do isolamento internacional e da influência estrangeira em solo nacional a partir da reestruturação da Marinha e do Exército.

A realização da pátria era reconhecida como aquém dos espanhóis. Sua existência, ao constituir-se a partir da herança de infindáveis gerações, mantinha-se independente da vontade e decisão de seus conterrâneos. Ainda que estivessem de acordo em suprimi-la, ela seguiria existindo como uma realidade inesgotável. Aos espanhóis cabia apenas optar por formas variadas de governo ou organização econômica, mas nunca estariam imbuídos de decidir sobre a legitimidade de existência da nação.

No projeto político falangista, principalmente em seus primeiros pontos de destaque, é possível localizar suas crenças vinculadas ao imperativo da nação. Ao referir-se à construção de uma Nova Espanha, José Antonio utiliza-se do termo “império” justamente por denotar um sentido de missão, de tarefa coletiva, de delimitação de objetivos e de ação:

1. Creemos en la suprema realidad de España. Fortalecerla, elevarla y engrandecerla es la apremiante tarea colectiva de todos los españoles. A la realización de esta tarea habrán de plegarse inexorablemente los intereses de los individuos, de los grupos y de las clases. 2. España es una unidad de destino en lo universal. Toda conspiración contra esa unidad es repulsiva. Todo separatismo es un crimen que no perdonaremos. La constitución vigente, en cuanto incita a las disgregaciones, atenta contra la unidad de destino de España. Por eso exigimos su anulación fulminante. 3. Tenemos voluntad de Imperio. Afirmamos que la plenitud histórica de España es el Imperio. Reclamamos para España un puesto preeminente en Europa. No soportamos ni el aislamiento internacional ni la mediatización extranjera. Respecto de los países de Hispanoamérica, tendemos a la unificación de cultura, de intereses económicos y de Poder. España alega su condición de eje espiritual del mundo hispánico como título de preeminencia en las empresas universales. 4. Nuestras fuerzas armadas –en la tierra, en el mar y en el aire– habrán de ser tan capaces y numerosas como sea preciso para asegurar a España en todo instante la completa independencia y la jerarquía mundial que le corresponde. Devolveremos al Ejército de Tierra, Mar y Aire toda la dignidad pública que merece, y haremos, a su imagen, que un sentido militar de la vida informe toda existencia española. 5. España volverá a buscar su gloria y su riqueza por las rutas del mar. España ha de aspirar a ser una gran potencia marítima, para el peligro y para el comercio. Exigimos para la Patria igual jerarquía en las flotas y en los rumbos del aire.

O momento histórico, sem dúvida, estimulava o discurso patriótico falangista. Havia um debate referente não só ao estatuto de autonomia da Catalunha, mas também às tentativas de consolidação da liberdade basca. Os movimentos separatistas alcançaram um importante

espaço de atuação política durante a II República, deixando às claras a diversidade cultural, econômica e social existente entre as regiões e causando a ira dos defensores da unidade nacional. José Antonio admitia as realidades culturalmente heterogêneas da Catalunha e do País Basco e enfatizava que, ainda que apresentassem características diversas, estavam inclusas na trajetória histórica singular da Espanha e, portanto, possuíam vínculos nacionais superiores aos regionais:

(...) Cuando el pueblo vasco, así unido a España, se ha incorporado definitivamente a la Historia, surgen unos tutores del pueblo vasco que deciden hacerle renegar de esa unidad histórica, de ese signo bajo cuyo poder mágico logró entrar en la Historia unido a España, integrando a España, y quieren desglosarlo otra vez de España y devolverlo a lo nativo, a lo espontáneo, al cultivo de su tierra, de sus costumbres y de su música. Y este designio es antivasco, este designio es ponerse otra vez a las puertas de lo nativo, a las puertas de lo espontáneo, contra el logro universal, histórico, ingente y difícil que ha sido la Historia del pueblo vasco unido a la Historia de España.¹⁷⁶

Ao adepto que desejasse vincular-se ao novo movimento, estavam claros os espaços de ação delimitados e o apreço incondicional à nação. Cabia-os mostrar dedicação, ainda que a morte o alcançasse diante da intensa luta. A morte era um “ato de serviço”¹⁷⁷, acreditava José Antonio. Aos caídos, restava honrá-los e torná-los contentes de seu padecimento. Essa fé nacional, enfatizada através da obediência aos chefes e as diminutas lideranças, geria as relações entre os grupos de mando nacional e a jovem militância falangista.

2.3.3.1 A construção da Nova Espanha como re-criação de uma comunidade nacional

Em seu caráter moderno e político, a nação é historicamente recente. Como sugere Hobsbawm, a melhor maneira de entender o conceito moderno de nação é observá-lo em sua operacionalidade no discurso político e social a partir da “Era das Revoluções” ou, mais especificamente, após 1830. Os Estados, com suas ambições territoriais, atrelaram a nação ao território, principalmente ao formular a ligação intrínseca entre Estado, povo e nação, concebendo a língua e a nacionalidade como referenciais associados à cidadania.¹⁷⁸

Podemos pensar a nação sob diversos prismas, mas especialmente a partir da modernidade, da noção de desenvolvimento e da formação de uma consciência envolta pela perspectiva de um destino histórico. De fato, a crise do modelo liberal possibilitou um novo

¹⁷⁶ Discurso proferido por José Antonio no Parlamento em 28 de fevereiro de 1934.

¹⁷⁷ A morte como um “ato de serviço” mereceu um artigo de José Antonio em 1934. Cf. *FE*, número 5, 1 de fevereiro de 1934.

¹⁷⁸ HOBBSAWM, E. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

embate entre o indivíduo e a coletividade, marcando a necessidade de recriação de novos espaços de projeção da comunidade. Nesse sentido, o Estado ergueu-se como um espaço de formulação ideológica, como provedor de uma comunidade cultural e lingüística construída sob a égide do nacionalismo.

Seguindo as hipóteses do autor, podemos observar uma mudança na configuração de um modelo de identidade que esteve, antes de 1840, relacionada à busca por uma cultura de base tradicional, circunscrita no campesinato ou nos costumes de tradição popular. Todavia, o século XX proporcionou mudanças consideráveis, principalmente após a Primeira Guerra Mundial onde a “questão nacional” torna-se matéria-prima para a política interna da maioria dos países europeus. Não se trata de um modelo único de análise, ao contrário. Os movimentos nacionais apresentavam-se heterogêneos em suas perspectivas políticas e culturais. Tanto os movimentos de tipo reivindicatório, quanto àqueles identificados a partir da direita, estão ingressos nesse longo período de afirmação das aspirações nacionais. Em suma, o nacionalismo esteve intimamente relacionado às mudanças sociais e políticas desse período.

A língua tornou-se um fator imprescindível nesse processo, não só por sua inevitável união com as noções de comunicação e cultura, mas por possuir um caráter simbólico e ideológico já que pressupunha escolhas políticas influentes na iniciativa de padronização das línguas culturais e literárias existentes. Ela não é a base da consciência nacional, mas um “artefato cultural” importantíssimo.¹⁷⁹ Acompanhando essa trajetória, o poder estatal tornou-se eixo de execução da padronização no campo público e atuou não somente nos setores administrativo e público, mas também na educação.

Seja através dos campos cultural, político, ou em sua coexistência, a consciência nacional não se manteve separada de outras formas de consciência social e política. Por isso, devemos estar atentos às dificuldades de assimilar o significado da questão nacional, inclusive diante das diferentes apreensões realizadas pelas classes envolvidas. E se, de fato, o nacionalismo revela-se como um aspecto da modernidade, qual sua relação com o desenvolvimento do Estado Moderno?

Artigo permeado de interessante abordagem, John Breuilly aponta a necessidade de buscarmos definições e conceitos capazes de alcançar as possíveis designações do termo “nacionalismo”. Observado pelo autor a partir de três perspectivas diversas, como doutrina,

¹⁷⁹ HOBBSAWM, E., *op. cit.*, pp.134-135.

como política e como sentimento, o nacionalismo reclama uma história não teorizada. Como doutrina, apareceu como um conjunto de idéias geridas por uma intelectualidade, mais um dentre o extenso corpo de “ismos”. Avesso às outras duas abordagens, o autor afirma a pouca validade de considerar o nacionalismo como conquista de movimentos políticos embasados por doutrinas nacionalistas ou relacionar o crescimento do sentimento nacional como resultado das mudanças complexas da sociedade já que, claramente, permanece um questionamento inquietante: todos os indivíduos partilham desses sentimentos ou ele se encontra limitado a grupos que conjugam esse sentimento de identidade nacional?¹⁸⁰

Apreender a reação dos indivíduos frente às transformações oriundas do processo de homogeneização cultural, das relações de mercado e das mudanças da vida em geral proporcionadas pela modernidade, é um trabalho árduo para o historiador. Dentre as inimagináveis aspirações e buscando contemplar nosso tema de análise, interessa-nos observar as possíveis apreensões que esses movimentos políticos fazem da comunidade nacional. Essas apreensões podem variar desde a comunhão a partir de uma comunidade racial projetada ou, como no caso falangista, um compromisso ativo entre os indivíduos.

John Breuilly acrescenta em vários aspectos a análise ao esboçar algumas das relações entre Estado e nação e, mais propriamente, nas relações entre a questão nacional e o campo político. Em primeiro lugar, a nação aparece como espaço construtor de identidade, onde os grupos distinguem-se perante os demais. A nação, portanto, aparece como espaço real, delimitado e produtor de identidade distintiva. Em segundo lugar, a identidade política e, respectivamente, a fidelidade que pressupõe passam pelo crivo da nação e dá-se em direção a ela. Em terceiro e último lugar, a nação necessita de considerável autonomia política, não prescindindo de um Estado soberano.¹⁸¹ Em termos gerais, e como confirma o próprio autor, o “nacionalismo como política” é um dado moderno e exigiu uma unidade jurídica, política e econômica, muitas delas assentadas somente a partir das transformações advindas da modernidade.

A abordagem primordialista, fornecida em grande medida pelos próprios nacionalistas, esteve focada no entendimento da nação como um espaço de convivência delimitado, apropriando-se do que, de fato, caracterizava-a como peculiar frente às demais nações: a história. A história revela-se como um resgate com verdadeiros e extensos períodos de

¹⁸⁰ BREUILLY, John. *Abordagens do Nacionalismo*. In: Balakrishnan, Gopal e Anderson, Benedict. “Um mapa da questão nacional”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

¹⁸¹ BREUILLY, J. *op. cit.*, p. 158.

grandeza, guardados por tempos áureos e inscritos, muitas vezes, num passado longínquo e arbitrariamente recortado. É importante observar como os intelectuais e políticos utilizam-se de um complexo mitológico-simbólico a fim de promover a identidade nacional e justificar suas reivindicações.

O que inquieta-nos, e assim compartilhamos das angústias do autor, é compreender de que forma as idéias nacionalistas tornaram-se politicamente importantes e constituíram-se como parte do processo político. Devemos, indubitavelmente, nos questionar como e até que ponto os movimentos nacionalistas mobilizam uma ampla base de apoio e que papel o sentimento nacional desempenha nessa mobilização. E mais, como a identidade cultural pôde tornar-se projeto político, como podemos observar no projeto de construção da Nova Espanha, afirmado nos escritos de José Antonio e no projeto político falangista. Seus objetivos estavam direcionados para a formulação de interesses comuns entre os indivíduos, na atribuição de um papel mobilizador ao projeto nacional e na legitimação desse projeto através da criação de metas e na crença de uma identidade sócio-cultural compartilhada.

A nação é constantemente posta como uma comunidade imaginada, como descrevia Benedict Anderson, limitada e soberana, onde os indivíduos, apesar da distância espacial ou temporal e ainda que jamais se encontrassem e mantivessem-se equidistantes, colocam-se em comunhão diante dela.¹⁸² É imaginada com suas fronteiras limítrofes e soberana em seu espaço de comunhão. É, sobretudo, imaginada como comunidade.¹⁸³

Contudo, as extensas relações estabelecidas entre língua e sentimento nacional não produzem uma resolução aceitável da questão. As inúmeras relações expostas não explicam a incrível motivação à ação desenvolvida pelo nacionalismo, já que posso identificar-me como brasileira, reconhecer um específico complexo identitário, sem que isso provoque qualquer impulso em direção ao apoio a projetos nacionais determinados. Diante de tal contraponto, Gopal Balakrishnan sugere que “as afinidades culturais moldadas pelo capitalismo de imprensa não parecem suficientemente ressonantes, em si mesmas, para gerar os sacrifícios colossais que os povos modernos à vezes se dispõem a fazer por suas nações”.¹⁸⁴

Pensar a preponderância do nacionalismo exige uma análise do ambiente social, cultural e político que proporcionou sua emergência e predomínio. Analisar, portanto, as

¹⁸² ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁸³ *Idem*. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁸⁴ Para o autor, o capitalismo de imprensa padronizou as normas e aumentou a densidade das relações sociais dentro de línguas vernáculas específicas. C.f. BALAKRISHNAN, Gopal. *A imaginação nacional*. In: Balakrishnan, Gopal e Anderson, Benedict. “Um mapa da questão nacional”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 219.

mudanças na condição da humanidade torna-se indispensável, principalmente quando observados os contextos de transição de uma sociedade agro-letrada para uma sociedade industrial, sociedades que estabelecem papéis diversos para o elemento cultural.

As sociedades agro-letradas, com sua tecnologia estável, não estiveram guiadas por um processo contínuo de inovação. A relação estável entre ser humano e natureza distanciava-se de um modelo de exploração material do ambiente natural. O poder estava baseado na coerção e na hierarquia, tornando o posto ou o status o modelo de identidade predominante. A cultura, transmitida na prática, era um dentre os diversos símbolos de distinção e marcava os conflitos diretos entre uma cultura “superior” e “inferior”. Como analisou Gellner, não há nessa sociedade nenhuma, ou quase nenhuma, ligação entre cultura, legitimidade política e as fronteiras dos Estados. A homogeneidade cultural possuía pouca ou nenhuma função, ao contrário, a diversidade era um elemento distintivo dos nichos sociais e geográficos. A nação era um “conjunto corporativo frouxo” e as redes culturais e as hierarquias políticas não estavam regidas pela noção de nacionalidade.¹⁸⁵

O que modifica tal conjuntura é a ascensão da sociedade industrial avançada. Sua base econômica diversa baseada no crescimento contínuo e econômico como princípios de legitimidade permitiu, também diante das mudanças experimentadas pelo âmbito do trabalho, uma nova operacionalidade da cultura. A iniciativa de escolarização formal, em partes na busca e na necessidade de promover a padronização de um modelo cultural, surge em decorrência das mudanças na relação entre Estado e sociedade. Cada Estado exigiria, doravante, uma cultura particular que o identificasse à nação. As hierarquias tornaram-se mutáveis e baseadas no aperfeiçoamento de habilidades, permitindo alguma mobilidade. A idéia de progresso, afirma o autor, passa a ser “sua expressão filosófica”.¹⁸⁶No entanto, o modelo de comunidade nacionalista almejada pelo Estado e colocada em prática a partir de uma organização política mobilizadora exigiu a intensificação da alfabetização. A educação ocupa, nesse sentido, especial destaque.

Gellner contribui, indiscutivelmente, no quadro de análise do contexto sócio-cultural de consolidação de formas de sociabilidade perpassadas por novas relações entre identidade e cultura. Ainda assim, encontramos-nos diante de limitações reais. Atenta-nos Breuilly que as origens do sistema de educação em massa guiado em grande medida pela necessidade de

¹⁸⁵ GELLNER, Ernst. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. In: Balakrishnan, Gopal e Anderson, Benedict. “Um mapa da questão nacional”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 114.

¹⁸⁶ *Op. cit.*, p. 117.

mão-de-obra especializada não confirmam uma regularidade entre escolarização em massa e oferta dessa escolarização. Há, sem dúvida, uma ligação entre sociedades industriais e culturais nacionais padronizadas, mas permanece um abismo crucial quando observamos esse cenário tendo o nacionalismo como alicerce. O autor afirma que movimentos nacionalistas podem disseminar-se em sociedades que não experimentaram as transformações do industrialismo e, seguindo o mesmo percurso, o nacionalismo mostrou-se muitas vezes rarefeito em sociedades industriais culturalmente homogêneas.¹⁸⁷ Com isso, imaginar a cultura nacional como um novo modelo de identidade advindo do processo geral e intenso de industrialização não explica os verdadeiros limites impostos à escolarização, especialmente no caso espanhol onde, em 1920, 45,44% da população adulta espanhola não sabiam ler.¹⁸⁸

Também devem ser analisados os contextos históricos que permitem a consolidação do nacionalismo. Esses contextos podem variar consideravelmente, mas são as dúvidas decorrentes dos períodos de incerteza e guerra que permitiram, em grande medida, o despertar do sentimento nacional. Certamente seriam poucos aqueles que, na Espanha, morreriam pela nação em tempos de paz. A Espanha eterna, imaginada pelos falangistas, não sobreviveria diante de uma conjuntura estável e próspera.¹⁸⁹ Treitschke apostava na guerra como ciência política por excelência, mostrando que “muitas e muitas vezes se tem provado que só nela um povo se torna um povo de verdade. É apenas na realização comum de feitos heróicos pela causa da pátria que uma nação se torna verdadeira e espiritualmente unida”.¹⁹⁰

Em termos gerais, e diante das questões expostas, podemos apontar algumas conclusões. Em primeiro lugar, é importante observar o papel crucial do nacionalismo no discurso moderno de legitimidade política. E mais, a partir do projeto político falangista e do pensamento político de José Antonio, podemos perceber uma série de apropriações de símbolos, crenças e mitos reunidos em torno da configuração de uma comunidade construída através da afirmação de uma identidade cultural, em grande medida moldada por componentes tradicionais. Para além da vontade de decidir sobre um destino político e histórico comum, a Falange desejava construir uma Nova Espanha tendo como base a história

¹⁸⁷ BREUILLY, J. *op. cit.*, pp. 170-172.

¹⁸⁸ O censo do mesmo ano aponta um total de 52,23% de analfabetos. C.f. TUÑÓN DE LARA, Manuel. *La España del siglo XX*. Barcelona: Editorial LAIA, 1974, p.128.

¹⁸⁹ Balakrishnan faz uma interessante relação entre guerra e o espírito de pertencimento à nação, não reduzindo o debate a um simples militarismo. C.f. BALAKRISHNAN, G. *op. cit.*, pp. 219-224.

¹⁹⁰ Heinrich Von Treitschke *apud* GUIBERNAU, M. Montserrat. *Nacionalismos: O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 16.

espanhola. A unidade e os valores nacionais eram apelos cruciais no direcionamento de sua empresa histórica.

Em segundo lugar, os projetos nacionais apresentam uma série de objetivos como a recriação do Estado, da nação, o desenvolvimento e o estímulo à cultura e aos interesses nacionais, mas, assim como no caso falangista, não indicam métodos e políticas bem determinados.¹⁹¹ Entender o projeto falangista exige, sim, uma distinção entre o período de chefia de José Antonio e o período em que a Falange se tornou participante da burocracia franquista. Somente essa distinção poderia elucidar diferentes modelos de consolidação de um projeto nacional.

Por último, não podemos negligenciar o papel da cultura e o conteúdo simbólico do nacionalismo. O complexo simbólico só ganha sentido dentro de um campo mais amplo de reinterpretação das tradições. Foram estas que permitiram a supressão das diferenças e a mascarada aparência de similaridade, criando um efeito comunitário amplamente concebido.

O complexo simbólico é formulado e manipulado através da referência a um conjunto de eventos e representações unidos em aparatos de construção da tradição que trazem como marca a busca por uma originalidade e continuidade revestidas pela história nacional. Tal dinâmica é observável, principalmente, em situações de mudança social, onde a reconstrução da tradição esteve ancorada no desenvolvimento de novos símbolos de identidade coletiva e cultural e sua incorporação como uma “resposta tradicionalista organizada que tenta impor pelo menos alguns dos antigos valores no novo cenário”.¹⁹²

No entanto, é importante frisar que não há qualquer referência ou desejo de retorno por parte dos falangistas. Apesar das referências tradicionais expostas em seu projeto, os governos monárquicos não são jamais requisitados como base de inspiração, nem como modelos políticos apreensíveis. A radical proposta de reforma agrária falangista reflete sua aversão ao cenário político-social resultante das relações aristocráticas predominantes durante os áureos tempos da monarquia hispânica e revela que, mais do que uma simples recusa das inovações impostas pelo novo governo republicano, a Falange utilizava-se da tradição como forma de buscar respostas para novos problemas no âmbito das esferas da ordem social e cultural e como motivação para pôr em prática novos objetivos, tarefas e atividades concretas. Esse processo de apreensão de diversos padrões de reconstrução da tradição, como no caso

¹⁹¹ GUIBERNAU, M. Montserrat. *Nacionalismos: O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

¹⁹² EISENSTADT, Shmuel Noah. *A dinâmica das civilizações: tradição e modernidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1991, p. 356.

falangista, permite-nos observar o crescimento da dimensão da política na vida humana e a recriação de diversos aspectos da tradição como parte indispensável de cristalização das ordens sócio-políticas modernas.

Já tivemos oportunidade de analisar algumas referências a elementos nacionais e tradicionais utilizados tanto no projeto falangista, quanto nos discursos políticos de José Antonio. Podemos, no entanto, nos apropriar de um exemplo ilustrativo. Trata-se do próprio símbolo do partido cujo desenho revela, entre o colorido vermelho e preto, o *yugo* e as *flechas*, ambos inspirados nas obras de Virgílio, poeta romano, cujo simbolismo está relacionado à guerra e a agricultura e foram assimilados pelos reis católicos quando da união dos reinos de Castela e Aragão, no século XV.

A tradição não completamente inventada, mas profundamente instrumentalizada pelos falangistas, buscou a história como legitimadora das suas ações políticas e como arcabouço de estruturação de uma coesão interna.¹⁹³ Ela buscou compartilhar o presente através do compartilhamento do passado, utilizando-se de mitos históricos inteligíveis frente aos atores nacionais. Nesse sentido, o mito apresenta-se como narrativa do passado que conserva no presente valores eminentemente explicativos. Ao contrário de uma simples mistificação ou ilusão, o mito aparece como chave para a compreensão do presente, adquirindo papel mobilizador e contribuindo na compreensão de determinadas organizações sociais.¹⁹⁴

¹⁹³ HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

¹⁹⁴ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

3 FALANGE ESPANHOLA DAS JONS: UNIDADE OU DIVERSIDADE?

3.1 A Falange e a necessidade de consolidação do novo partido

Com o crescimento do fascismo na Itália e a circulação das primeiras impressões de difusão das propostas de Mussolini na Espanha, surgem não poucos intelectuais e políticos dispostos a promover um debate sobre o corpo ideológico que compunha o projeto fascista, colocando, ainda que de forma velada, uma possível competição em busca daquele que seria, assim como Mussolini e Hitler, o responsável pela condução e concretização dos principais eixos de ação e de construção de um novo Estado à luz do Estado corporativo fascista. Antonio Goicoechea, fundador em 1931 do partido Renovación Española, José María Gil Robles e Ramiro de Meztu, principal liderança do grupo Acción Española, foram alguns dos vários defensores da proposta fascista, ainda que diante de determinadas conjunturas houvessem mostrado um recuo quanto à radicalidade de suas defesas. Enquanto alguns buscaram aproximar-se de fascistas italianos em busca de apoio logístico e financeiro, como no caso de Goicoechea, outros, apesar das iniciais simpatias, manifestaram sua descrença em relação a uma possível transposição das idéias fascista na Espanha, como o fez Gil Robles.

Não obstante à intensificação dos debates em torno da aplicabilidade do modelo fascista, pouco se exploravam as formas reais de sua adoção e adequação no interior da conturbada política espanhola e sua lenta burocracia estatal. Gil Robles é um exemplo das visíveis indefinições que permearam esses políticos e intelectuais simpatizantes que, após algumas defesas, buscaram mostrar a incapacidade de introdução do projeto fascista em solo espanhol, afirmando que o fascismo configurava-se como uma moda estrangeira, tendo as idéias de raça e suas referências ao Império Romano pouco ou nada de similar às tradições espanholas.

As opiniões positivas acerca do partido de Mussolini não foram resultado apenas das indefinições existentes nos anos 30. A partir de aproximadamente 1922, ano da Marcha sobre Roma, é possível observar mobilizações iniciais que buscavam responder não só às incertezas do momento, mas também ao avanço da Revolução Russa e da ação dos bolcheviques. O medo generalizado de uma revolução comunista na Espanha colocava-se, em diversos momentos, como o principal móbil das ações políticas dos dirigentes atuantes nos grupos

direitistas, conservadores e monárquicos. A ascensão do fascismo representava uma alternativa concreta de retenção da onda comunista como podemos observar em algumas das referências feitas pelo diário *ABC*, principal representante da imprensa monárquica. Antonio Azpeitua, colaborador do jornal que havia sido enviado como correspondente à Alemanha, expõe com entusiasmo o nascimento das milícias fascistas:

El proyecto consistía en atacar con la violencia a la violencia. Así nació el fascismo, organización debida a la iniciativa privada de cuantos tenían algo que defender, para atacar a los comunistas allí donde se reuniesen, destruir sus organizaciones, sus centros de asociación, sus periódicos (...).¹⁹⁵

Com o desenrolar das discussões, não eram poucos aqueles que buscaram aproximar o ideário fascista do ideário tradicional espanhol. Dentre os valores possíveis de aplicação à especificidade nacional, tornava-se fundamental pensar a compatibilidade entre a nova doutrina e a religião. A profunda identificação com o catolicismo existente entre os principais grupos direitistas, em especial entre conservadores e monárquicos, tornava essencial legitimar a possibilidade de convivência entre o fascismo e o catolicismo. Sánchez Mazas, também colaborador do jornal *ABC*, entendia que o fascismo possuía uma profunda religiosidade e afirmou, em um artigo publicado no próprio jornal que “no coração e no programa do partido está escrito com letras católicas o nome de Deus”.¹⁹⁶ Tal perspectiva mostrou-se cada vez mais evidente, principalmente após dois importantes eventos internacionais concretizados no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930: o *Pacto de Latrão* e a encíclica *Quadragesimo Anno*.

O Pacto de Latrão, firmado em 1929 entre a Igreja e o governo italiano, gerou repercussões não só morais, mas principalmente políticas. Através do pacto, Mussolini reconheceu o estatuto de Estado soberano referente à Santa Sé, atribuindo à Igreja poderes inerentes ao matrimônio e findando qualquer possibilidade de divórcio. Além disso, comprometeu-se a introduzir o ensino da religião católica em todas as escolas, acabando com encargos fiscais e doando momentaneamente uma relevante quantia à Igreja como forma de ratificar o pacto. Em retribuição, não foram poucas as vezes em que a Igreja Católica reconheceu Mussolini como um homem enviado pela Providência.

A encíclica *Quadragesimo Anno*, publicada em 1931, foi apresentada como uma atualização da *Rerum Novarum* de Leão XIII. O papa expressa no documento que a liberdade

¹⁹⁵ Antonio Azpeitua, em “Cartas Italianas”, *apud* RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis. *Historia de Falange Española de las JONS*. Madri: Alianza Editorial, 2000, p. 30.

¹⁹⁶ Sánchez Mazas *apud* RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis. *Historia de Falange Española de las JONS*. Madri: Alianza Editorial, 2000, p. 31.

humana, traço profundamente exaltado pelo liberalismo, era funesta e que a atual situação do proletariado mundial era mantida como resultado do vício do individualismo. A solução final para a construção de uma unidade entre patrões e empregados dar-se-ia somente através da sua integração em corporações profissionais regidas pelo Estado, cuja ação central estaria voltada para a introdução do “bem comum”. Concomitante à colaboração pacífica entre as diversas classes era necessária a supressão das organizações socialistas e das desordens provocadas por sua ação revolucionária.

Como expõe Manuel Penella, estes dois eventos são de fundamental importância para entendermos a positiva recepção das idéias fascistas na Espanha. Segundo o autor, o Pacto de Latrão e, posteriormente, a encíclica *Quadragesimo Anno* facilitaram consideravelmente a aceitação e penetração do fascismo no campo da direita espanhola, inclusive entre homens como José Antonio, católico praticante.¹⁹⁷

A contar de suas primeiras aparições como líder da Falange, especialmente após o discurso no *Teatro de la Comédia* onde expôs os pontos iniciais do movimento, José Antonio passa a ser identificado como um possível candidato ao posto de líder fascista. Não era somente sua retórica permeada de nacionalidade e valorização da tradição nacional que o tornava simpático aos políticos da época, mas também suas incansáveis defesas do ideário fascista, principalmente em relação ao modelo corporativo de Estado. A seu lado, figurava um importante concorrente, Ramiro Ledesma Ramos, líder das JONS e posterior militante do movimento falangista após a união entre Falange Espanhola e as JONS em 1934.

Através do periódico *La Conquista del Estado*, cuja direção encontrava-se a seu cargo, Ledesma passa então a ser considerado como um dos principais ideólogos do fascismo espanhol. No primeiro número do periódico, acompanhado de um subtítulo que guarda a exposição do exemplar como um manifesto político, é possível observar as principais idéias defendidas por Ledesma, cujo arcabouço ideológico será profundamente transplantado ao projeto político falangista após a união dos movimentos de Ledesma e José Antonio. O manifesto apresenta o grupo de Ledesma Ramos como uma união entre jovens que se propõe intervir na política de modo intenso e eficaz, adotando uma postura particular frente às dificuldades do momento. A circunstância crítica atravessada pela Espanha e pelo povo espanhol, bem como a crise política e social na qual convivia eram consideradas fruto da própria crise que envolvia a concepção de Estado, fato que tornaria urgente a imposição de

¹⁹⁷ PENELLA, Manuel Antonio. *La Falange Teórica*. Barcelona: Editorial Planeta, 2006, p. 77.

um novo Estado e o abandono completo dos “mitos fracassados”. A supremacia do Estado deveria impor-se através de múltiplas finalidades que residiriam, em suma, na valorização das peculiaridades hispânicas, na conquista dos meios técnicos e na mobilização dos meios econômicos, na vitória sobre interesses materiais e, finalmente, na justiça social.

Para Ledesma, o Estado deveria transformar-se em um Estado construtivo e criador, portador de essências universais e da soberania, único agente capaz de suprimir os embates infundáveis entre indivíduos e grupos de interesses diversos. O Estado aparece como máximo valor político, como pleno portador da índole política, cultural e econômica de um povo e, portanto, como instância que se sobrepõe às demais. Sua proposta gira em torno da afirmação nacional, da valorização de uma estrutura sindical da economia e da articulação administrativa e econômica das diversas províncias da Espanha, propostas que fazem parte do que convencionou chamar de nacional-sindicalismo.

A reorganização da estrutura social espanhola demandaria, inclusive, uma potencialização do trabalho através da eliminação das injustiças sociais provocadas pelo Estado Liberal e pela intensa concentração de terras na Espanha, missão que deveria ser dada ao Estado como forma de resolução da luta de classes e do problema agrário. Em termos gerais, podemos afirmar que a proposta de Ledesma focava nos seguintes aspectos: o maior valor político residente no homem seria sua capacidade de convivência civil no Estado, instância posta acima dos indivíduos e onde, portanto, a liberdade política estaria limitada ao seu desenvolvimento no interior do Estado e não sobre o Estado, nem frente ao Estado; a superação radical, teórica e prática do marxismo através da exaltação dos valores hierárquicos e nacionais; eliminação dos focos regionais que almejassem qualquer autonomia política; estruturação sindical da economia; justiça e disciplina sociais; afirmação da Espanha como potência internacional; métodos de ação direta sobre o velho Estado e os velhos grupos sociais e a exaltação da ação da juventude, das minorias audazes e valiosas representadas através de jovens equipes militantes.¹⁹⁸ O grupo de Ledesma, as JONS, e a recém-criada Falange Espanhola, de José Antonio pareciam concretizar o nascimento de novas organizações de signo fascista, atraindo atenção de diversos grupos da direita espanhola que buscavam novos associados na luta contra a República, vista como representante direta da esquerda e dos grupos socialistas. Dentre os possíveis concorrentes, José Antonio aparecia

¹⁹⁸ É interessante ressaltar que eram desejadas apenas as vinculações de militantes na faixa etária entre os 18 e 45 anos, princípio acordado por Ledesma sob a justificativa que os homens de maior idade não poderiam intervir de modo ativo nas fileiras do movimento. In: *La Conquista del Estado*, “Nuestro Manifiesto político”, número 1, 14 de março de 1931.

como favorito ao posto de caudillo espanhol, já que a radicalidade de Ledesma deixava apreensivos grande parte dos monárquicos e conservadores.

Desde sua fundação, a Falange se deparou com uma série de inconvenientes. Inicialmente, diante da escassa recepção provocada pelas primeiras aparições de José Antonio após a apresentação do movimento falangista, houve a urgente necessidade de atrair fundos financeiros capazes de suprir os gastos fundamentais para a própria expansão do movimento, como investimentos em propagandas de rua, imprensa militante, uniformes, aluguéis das principais sedes do partido, comícios e etc. No entanto, a precocidade do movimento e sua proposta pouco definida geraram receios não só entre os principais grupos direitistas, mas inclusive dentre os que até então o havia apoiado, em especial os indivíduos que atuaram durante o governo ditatorial ou que mantinham simpatias pelo general Primo de Rivera.

Inicialmente, o partido era incapaz de alcançar por si só uma posição influente nas estruturas de poder da sociedade espanhola. Era recebido com entusiasmo pelas direitas, mas não era visto como um partido apto a trazer inovações nos quadros políticos, tão pouco representava uma ameaça de fato. A consolidação do novo partido e sua evolução, como nos atenta Sheelagh Ellwood, esteve baseada em sucessivas alianças com pequenos grupos cujas origens sócio-políticas condiziam com seus valores, ideologia e práticas.¹⁹⁹ Durante o ano de 1933, fica evidente a José Antonio a incapacidade de prosseguir com o movimento sem angariar apoios financeiros, iniciativa que o colocaria diretamente em contradição por conta de sua insistente proposta de não vinculação a quaisquer grupos de direita. Outro importante fator de consolidação do partido fazia referência às tentativas de crescimento das filas militantes, o que novamente colocava a Falange em contradição em decorrência de alguns filiados e simpatizantes que reinavam em suas fileiras, muitos saídos de grupos monárquicos e conservadores, grande parte deles velhos admiradores de seu pai, antigos simpatizantes da Unión Patriótica e ex-partidários da Unión Monárquica Nacional. Ambos os grupos, em graus diversos, viviam um dilema inicial: como manter a autonomia dos novos movimentos diante da necessidade de crescimento de seu corpo militante e de subsídios financeiros? Tornava-se cada vez mais clara a impossibilidade de desenvolvimento unilateral frente às tentações de expansão dos núcleos ideológicos em âmbito nacional.

Em decorrência das urgentes necessidades, os primeiros acordos foram firmados no início de 1933. Os monárquicos afonsinos sofriam igualmente com o descrédito das direitas

¹⁹⁹ ELLWOOD, Sheelagh. *Historia de Falange Española*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

após as eleições de 1931 e buscavam não somente mobilizar os sentimentos monárquicos, mas frear o crescimento da esquerda através de coligações de ação, ainda que as discordâncias entre Renovación Española, a CEDA (Confederación Española de Derechas Autónomas) e a Acción Española mostrassem impossíveis quaisquer acordos neste sentido.

A aproximação com os monárquicos, em grande medida atraídos pela fidelidade dinástica e representantes do conservadorismo autoritário, era indubitavelmente mais penosa a Ledesma que a José Antonio. Ledesma nutria um profundo desprezo pela monarquia e pelo conservadorismo, ao contrário de José Antonio, que apesar das constantes afirmações de distanciamento partidário e ideológico, parecia aceitá-los como medida única de concretização de seus propósitos subversivos. Após uma série de negociações, celebrou-se, finalmente, um pacto conhecido como *Pacto de El Escorial*, que incluía uma série de compromissos entre José Antonio e os monárquicos afonsinos, subscritos por ele e Goicoechea. Sem dúvida, interessava aos monárquicos menos as propostas revolucionárias de José Antonio e mais propriamente a formação de um braço miliciano com características fascistas que estivessem de acordo com suas pretensões autoritárias e, portanto, tal acordo esteve amparado no tácito compromisso de não ataque às instituições monárquicas e de intensa troca de informações entre ambos os grupos, prerrogativas que condicionavam a ajuda econômica destinada ao novo movimento, ao mesmo tempo em que delimitava sua real autonomia.

Entre os dez pontos acordados é possível observar a defesa de um Estado corporativo fundamentado na ausência de interesses classistas e partidários e na obtenção de uma unidade interna das regiões espanholas, fatores que apontam para a consolidação do Estado como condutor da vida nacional, onde a liberdade individual seria salvaguardada através de um sistema de autoridade, disciplina e ordem:

1°. El Estado no es un testigo de la vida de la nación ni un guardián de su cauce; es el conductor de la vida nacional al servicio de su doctrina.

2°. La variedad tradicional de las regiones españolas se integrará en una unidad armónica al servicio de la continuidad histórica nacional.

3°. El Estado español no estará subordinado a ninguna exigencia de clase. Las aspiraciones de clase serán amparadas condicionándolas al interés total de la nación.

4°. La libertad es una categoría permanente que ha de respetarse. El liberalismo es una actitud errónea, ya superada, del sentido de la libertad. Las libertades tradicionales de los españoles serán conjugadas en un sistema de autoridad, jerarquía y orden.

5°.- La condición política del individuo se justifica solamente cuando cumple una función dentro de la vida nacional. Por tanto, se proscribieron el sufragio inorgánico y la necesidad de los partidos políticos como instrumentos de intervención en la vida pública.²⁰⁰

O princípio de representação popular ficaria condicionada à atuação nos municípios e corporações, elementos que somados às propostas construtoras de um Estado corporativo se assemelham, em grande medida, a algumas das até então esboçadas por José Antonio e por Ledesma em seus manifestos políticos. Dois pontos, no entanto, ganham destaque pela ênfase dedicada à religião e ao uso da violência como meio lícito de ação política:

6°. La representación popular se establecerá sobre la base de los municipios y de las corporaciones.

7°. Todo español podrá exigir que se le asegure mediante su trabajo una vida humana y digna.

8°. Ante la realidad histórica de que el régimen religioso y el sentido de la catolicidad son elementos sustantivos de la formación de la nacionalidad española, el Estado incorpora a sus filas el amparo a la religión católica, mediante pactos previamente concordados con la iglesia.

9°. Será fin primordial del Estado recobrar para España el sentido universal de su cultura y de su historia.

10°. La violencia es lícita al servicio de la razón y de la justicia.²⁰¹

Em contrapartida, não há qualquer referência ou ataque à monarquia e sua trajetória hispânica, nem às ambições de justiça social ou reforma agrária defendidas amplamente por José Antonio e Ledesma em seus projetos políticos, fatores que demonstram os limites impostos às afinidades doutrinárias.

Tais aproximações renderam a José Antonio a oportunidade de candidatar-se a deputado por Cádiz na companhia de cedistas e monárquicos e na qual se integrou na tentativa de ampliar sua rede de atuação política e concretizar a iniciativa de formação de um movimento político alternativo. Sua vitória eleitoral coincide em grande medida com a divulgação do movimento falangista, grupo que incorporou, desde sua fundação, uma heterogeneidade de indivíduos cuja diversidade política imprimiu uma feição diversificada ao partido.

A diversidade ideológica dos indivíduos que compunham a Falange sempre foi uma característica evidente. Suas filas incluíram desde monárquicos autoritários até uma juventude originária, principalmente, das universidades e da classe média espanhola. Como aponta Manuel del Castillo, militante falangista, muitos dos homens atraídos por sua retórica compartilhavam das idéias radicais de justiça social, ao mesmo tempo em que buscavam exaltar os sentimentos patrióticos e religiosos. Outros, menos radicais, viam na Falange uma

²⁰⁰ *Los diez puntos de El Escorial*. In: GIL ROBLES, José María. *No fue posible la paz*. Madrid: Ediciones Ariel, 1968, p. 442.

²⁰¹ *op. cit.*

espécie de “guarda de ferro” capaz de resguardar os valores tradicionais e mostrar-se como alternativa viável ante o decréscimo dos grupos direitistas.²⁰² Apesar dos esforços empregados na tentativa de atrair a simpatia da juventude, do proletariado urbano e do campesinato, a Falange mantinha-se marginal diante do crescimento dos movimentos esquerdistas e dos sindicatos urbanos.

O partido abrangia uma extensa heterogeneidade entre as lideranças responsáveis pelo desenvolvimento de diferentes setores internos. Julio Ruiz de Alda, aviador e ex-combatente, era visto como um dos principais homens de ação, cuja iniciativa esteve direcionada no constante distanciamento entre a Falange e as direitas reacionárias. Junto a ele, ingressaram ao grupo outros indivíduos saídos das fileiras militares, como o caso de Emilio Alvargonzález, que se tornou responsável pelas relações de mando entre os núcleos provinciais; Emilio Rodríguez Tarduchy, responsável pelo setor propagandístico e Luis Arredondo, cuja tarefa esteve reservada a organização das milícias falangistas. Segundo Manuel Penella, estes indivíduos eram, acima de tudo, monárquicos, autoritários e conservadores. Muitos, inclusive, militavam duplamente nos núcleos da Falange e do monarquismo autoritário, como o foi Juan Antonio Ansaldo e o coronel Rada, que pouco tempo depois retornaram às filas do carlismo.²⁰³

Agregam-se aos demais a chamada “corte literária” de José Antonio. Eram homens pouco inclinados à ação que, em sua maioria, participavam como “colaboradores” diretos do novo movimento. Entre eles estavam Rafael Sánchez Mazas, Eugenio Montes e Agustín de Foxá. Enquanto Mazas não escondia seu monarquismo autoritário e suas raízes católicas, Foxá e Montes, ambos reacionários, estavam mais próximos à solidariedade aristocrática que a defesa dos interesses dos trabalhadores e da grande maioria do povo espanhol.²⁰⁴ Por outro lado, os grupos universitários foram organizados para atuarem como centros de atração da juventude e como eixo principal de ação do partido, logo se transformando em milícias que tinham como principais objetivos não só a busca de novas adesões, mas também o combate ao crescimento da esquerda no interior das universidades.

Em novembro de 1933 foi criado o SEU, Sindicato Espanhol Universitário, cujos principais dirigentes foram Alejandro Salazar e Manuel Valdés. Dentre seus propósitos estava a intenção de colocar-se como principal concorrente e obstáculo à esquerdista FEU,

²⁰² CANTARERO DEL CASTILLO, Manuel. *Falange y socialismo*. Barcelona: DOPESA, 1973, p. 31.

²⁰³ PENELLA, Manuel Antonio, *op. cit.*, p. 136.

²⁰⁴ *op. cit.*, pp. 136-137.

Federação Escolar Universitária. O SEU mostrou-se uma iniciativa satisfatória ao movimento, apesar de sua ineficaz tentativa de sobrepor-se à FEU, oferecendo à Falange sua principal base militante formada por jovens e estudantes. O sindicato estudantil foi encomendado a Ruiz de Alda e entre os agentes de recrutamento de novos elementos estavam os jovens Manuel Valdés Larrañaga e Matías Montero, estudante de Medicina que havia sido militante da FEU e, posteriormente, das JONS.

O Estatuto do SEU, redigido por Alejandro Allanegui e Matías Montero, não foi aprovado pela Direção Geral de Segurança do governo republicano, mantendo-se na clandestinidade até 1934 e tendo sua legalização aprovada somente em 5 de março de 1934 após a fusão entre a Falange e as JONS. Em seu estatuto, colocava-se como organismo de representação estudantil autônomo sem nenhum vínculo direto com partidos políticos. Essa era uma medida que tentava evitar que as perseguições dirigidas à Falange, às suas lideranças e militantes pudessem afetar diretamente o funcionamento do sindicato estudantil que alimentava às milícias falangistas e que protagonizou diversos confrontos com a juventude socialista.

A tipologia heterogênea dos militantes da Falange mostrou-se um fator que deteriorou as relações entre as principais lideranças do partido, permitindo sua consolidação apenas parcialmente e gerando a inevitável instabilidade observada no período de eclosão da guerra civil de 1936. Em primeiro lugar, temos o apoio financeiro oferecido pelos monárquicos que, sem dúvida, não era de todo apreciado pela grande maioria militante e dirigente, mas avaliado como um recurso necessário para o desenvolvimento de instâncias básicas de atuação do partido. As intervenções produzidas pela extensão do acordo incomodavam àqueles que desejavam distanciar-se de um projeto político direitista e atuar mais próximos às fileiras operárias. Em segundo lugar, temos as divergências doutrinárias entre as principais lideranças falangistas, José Antonio e Ledesma, elemento que revela discrepâncias entre suas estratégias políticas imediatas.

3.2 As divergências internas

A fusão com as JONS de Ledesma proporcionou uma série de vantagens à Falange, permitindo não só o crescimento das fileiras do partido e a atração de apoios financeiros, mas a própria consolidação de um projeto político unificado. No entanto, a união entre os

movimentos tornou necessária a incorporação e convivência dos princípios ideológicos que norteavam ambos os movimentos, tornando-os harmônicos. Enquanto alguns falangistas temiam o radicalismo jonsista, os adeptos de Ledesma previam que a união os colocaria mais próximos à direita e mais dependentes dos monárquicos. José Antonio e Ledesma, aquém das oposições como a de Santiago Montero, jonsista que se colocou contra a fusão e afastou-se do movimento, previam as vantagens que a união proporcionaria, dentre elas a maior competitividade do partido nas disputas eleitorais.

O Congresso Nacional das JONS, previsto para os dias 12 e 13 de fevereiro de 1934, possuía dentre suas pautas de discussão a atitude das JONS frente à Falange. Santiago Montero advertiu na ocasião que os elementos norteadores do projeto falangista eram os menos adequados para um movimento que desejasse articular um conteúdo nacional e sindicalista. Indicou, inclusive, a necessidade de redigir um manifesto de repulsa à Falange por sua aproximação com a direita e suas limitações doutrinárias. Por outro lado, Giménez Caballero desejava um maior desenvolvimento das JONS em parceria com a Falange, apesar da futura possibilidade de dissolução das JONS e sua total incorporação ao novo movimento. Ledesma acreditava que a Falange possuía qualidades positivas e outros elementos que deveriam ser completamente extirpados e, caso fossem aceitos estes princípios, seria possível um acordo. Assim, em 1934, formou-se a Falange Espanhola das JONS tendo como corpo dirigente um triunvirato formado por José Antonio, Ruiz de Alda e Ledesma Ramos.

O ideário falangista esteve diretamente marcado pelos princípios ideológicos já defendidos por Ledesma e pelas JONS em *La Conquista del Estado*. Além da incorporação de alguns dos aspectos do discurso jonsista, visivelmente mais radical, foi transportado ao novo movimento todo aparato simbólico característico das JONS, além das fórmulas doutrinárias do nacional-sindicalismo, que buscava defender uma aproximação cada vez mais intensa com o proletariado, à juventude e à ação direta. Todavia, apesar das evidentes aproximações, a desarmonia de interesses entre as lideranças não tardaria a revelar-se um fator de insuportável convivência.

As diferenças davam-se, inicialmente, no campo das idéias. Como expõe em sua obra José Luis Rodríguez Jiménez, várias foram as leituras que possivelmente influenciaram a formação ideológica de José Antonio. A começar pelos *regeneracionistas* ou *geração de 98*, da qual se viu profundamente estimulado pelas obras de Miguel de Unamuno e de José Ortega y Gasset. Deste último, pôde apoderar-se de uma nova percepção da vida nacional, da

necessidade de construção de uma espécie de vida comum sustentada por uma direção autoritária da sociedade e a direta oposição ao protagonismo das massas. Outra influência central, segundo o autor, é de José María Pemán, que se referia à pátria como uma sociedade natural e orgânica, sendo a religião a alma constituinte desse organismo cujo vértice estaria completamente distanciado de qualquer tipo de representação individual e onde o Estado deveria constituir-se enquanto Estado orgânico e hierarquizado.

Por último, temos as obras de Ramiro de Maeztu, intelectual que motivou a organização da revista *Acción Española* e que promovia, além da defesa da ditadura, a reconstrução política da sociedade espanhola a partir de algumas das idéias formadoras do nacional catolicismo, cujos símbolos básicos referiam-se a revalorização da “hispanidad”, do exército como instituição de valores morais permanentes, responsável por garantir a unidade e continuidade da pátria através do avivamento constante da contra-revolução.²⁰⁵

Por outro lado, Ledesma estava muito mais próximo do radicalismo revolucionário do que do espírito reacionário e católico das direitas. Por isso, não foram somente seu radicalismo e sua aproximação com a juventude elementos apropriados e introduzidos nos pontos doutrinários da Falange Espanhola das JONS, mas também sua repulsa por quaisquer associações entre o Estado e a Igreja. O ponto 25 do projeto político da Falange, ponto no qual fica evidente o sentido de catolicidade do movimento, causou direta polêmica por distanciar-se de uma estreita participação da Igreja no plano ou no espaço destinado ao Estado e à política. Por conta desta abordagem, inclusive, muitos foram os que se desligaram da Falange, principalmente os que haviam acompanhado José Antonio desde 1933. Caso emblemático foi o do Marquês de Eliseda, que rechaçou publicamente tais referências e declarou não mais participar ou colaborar com o movimento.

Não eram somente as referências intelectuais e ideológicas que os distanciavam. A diferença mais evidente estava no plano da ação. Desde a construção das milícias falangistas e do SEU, constantes eram os embates entre a Falange e os grupos esquerdistas. Muitos foram os desencontros que ocasionaram uma série de mortos e feridos em ambos os lados. Com o caminhar dos meses e com a tentativa de expansão do sindicato universitário e do número de filiados entre a juventude, as disputas intensificaram-se até a morte das primeiras vítimas. Do lado falangista, a morte de Matías Montero, um dos fundadores do SEU, proporcionou ao partido não apenas um símbolo de dedicação incondicional e de redenção, mas um novo fator

²⁰⁵ RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, *op. cit.*, pp. 156-158.

de crise. Montero foi morto a tiros em janeiro de 1934 num ato de vingança pela violenta invasão promovida por falangistas à sede da FEU. Prontamente, a maioria dos militantes exigiram imediata represália aos responsáveis pelo atentado, pedido que foi aceito pela maioria dirigente do partido. Entretanto, o que havia sido um dos emblemas iniciais da Falange, o uso da violência como medida legítima na busca por seus ideais, foi negado como plano de ação por José Antonio.

Sua atitude apaziguadora não tardaria a formar opositores. O primeiro deles foi Ansaldo, membro que possuía uma importante influência entre a militância madrilenha, em especial entre os membros da *Primeira Línea*, principal formação das milícias falangistas. O plano de Ansaldo, que tinha como colaboradores alguns membros da ala monárquica, principalmente os militares que ocupavam setores organizativos importantes, era reagir violentamente denunciando o posicionamento passivo de José Antonio como fator maléfico ao desenvolvimento do partido, particularmente no que dizia respeito ao enfrentamento direto com a esquerda operária. Diante da proposta, Ledesma colocou-se como mediador apesar de também opor-se ao direcionamento dado à violência por José Antonio. No lugar de Ansaldo, afastado do partido, coube ao coronel Rada, mais moderado, a organização das milícias.

Em 1934 era evidente o fracasso da Falange. Impossibilitada de constituir-se como movimento capaz de alcançar um lugar proeminente nas disputas eleitorais, viu a ascensão da CEDA e o fortalecimento da direita que, provisoriamente, havia se organizado em uma frente cujo objetivo central era a tomada do poder, a implantação de um Estado corporativo e a anulação imediata de algumas das medidas reformistas iniciadas pelo governo republicano, em especial as referentes à educação, à reforma agrária e à questão religiosa. Soma-se a isso, sua incapacidade para atrair militantes do meio operário e dos sindicatos de esquerda, que se ampliavam em grande medida nos anos 30.

Ledesma, então, mostrava-se profundamente insatisfeito com o desenvolvimento do partido e com as orientações desenhadas por José Antonio. Acreditava, à época, ser o único representante do nacionalismo revolucionário dentre as principais lideranças e começou a expressar seu descontentamento afirmando ser a condição social do filho do ditador um dos fatores de rechaço público ao movimento. Para ele tornava-se impossível atrair as massas trabalhadoras para um partido sem expressão na imprensa e no parlamento, cujo principal dirigente estava mais próximo à elite e a retórica literária que propriamente à ação revolucionária e aos operários.

Ledesma discordava, inclusive, quanto aos direcionamentos e espaços a serem privilegiados nas organizações dos comícios celebrados pelo partido. Enquanto achava que a atenção dada ao proletariado urbano devia ser intensificada, José Antonio mantinha seu especial direcionamento ao mundo agrário e tradicional, fator comprovado pela quantidade de pequenos povos e aldeias visitadas por parte dos dirigentes falangistas. Em janeiro de 1935, com o apoio de Onésimo Redondo e Álvarez de Sotomayor y Mateo, fez público seu distanciamento da chefiatura nacional através de um documento publicado nos periódicos *ABC* e *Heraldo de Madrid*. Neste documento, deixa evidente sua ambição de reconstruir as JONS, distanciando-a da Falange e da disciplina de José Antonio.

No entanto, José Antonio não encontrou dificuldades em manter o controle sobre o partido, expulsando Ledesma e os outros rebeldes, qualificando-os como traidores e justificando sua expulsão como medida essencialmente necessária para manter vivos os ideais do partido, declaração logo combatida por Ledesma que passou a acusá-lo de representante do falangismo primoriverista, de “señorito” e exímio representante da elite espanhola que desejava passar-se por proletário. Com Ledesma foram alguns antigos jonsistas já desacreditados da vitória falangista. Restou-lhe a organização de um novo seminário *La Patria Libre*, que possuiu somente sete números publicados entre fevereiro e março de 1935 e no qual expôs os motivos de sua separação, buscando qualificar o falangismo como movimento sem impulso revolucionário e carente de apelo popular. Nos meses seguintes, dedicou-se a elaboração de suas principais obras, *¿Fascismo en España?* e *Discurso a las juventudes de España*, obras que deixam evidentes suas pretensões políticas, suas frustrações e suas perspectivas quanto à construção de uma nova Espanha.

José Antonio se viu só e com a clara missão de reestruturar o partido. Os meses seguintes mostrariam, no entanto, que a intensificação das disputas políticas faria da Espanha palco de uma das mais sangrentas guerras civis da história mundial e tornaria a revolução nacional-sindicalista um sonho distante e mortal.

3.3 O agravamento da crise e a radicalização de José Antonio

O primeiro contato entre José Antonio e os militares ocorreu em novembro de 1934. A crise vivida pela República proporcionava um momento único de reação e tomada do poder. Ciente de que a Falange contava com poucos meios de atuação e apoio, José Antonio redigiu

o texto conhecido como *Carta a un militar español*, onde alertava sobre a necessidade de intervenção imediata do exército no sentido de evitar a concretização do que chamava “revolução antinacional”, motivada por desejos separatistas. Na carta, caracterizava àqueles que consideravam pertencentes às esquerdas e direitas espanholas. Quanto às esquerdas, colocava-as como grupo mais numeroso, que compreendia quase a totalidade da massa proletária espanhola e que possuía maior capacidade política. Porém, sua impetuosidade, considerada uma qualidade, via-se contrastada com sua natureza antinacional. Formavam-se, segundo ele, a partir de duas associações distintas:

a) Una burguesía predominantemente intelectual. De formación extranjera, penetrada en gran parte por la influencia de instituciones internacionales, esta parte de las izquierdas es incapaz de sentir a España entrañablemente. Así, todas las tendencias disgregadoras de la unidad nacional han sido aceptadas sin repugnancia en los medios izquierdistas.

b) Una masa proletaria completamente ganada por el marxismo. La política socialista, extremadamente pertinaz y hábil, casi ha llegado a raer de esa masa la emoción española. Las multitudes marxistas no alojan en su espíritu sino una torva concepción de la vida como lucha de clases. Lo que no es proletario no les interesa; no pueden, por consiguiente, sentirse solidarias de ningún valor nacional que exceda lo estrictamente proletario. El marxismo, si triunfa, aniquilará incluso a la burguesía izquierdista que le sirve de aliada. En esto la experiencia rusa es bien expresiva.²⁰⁶

No documento, José Antonio expunha suas impressões sobre a atuação política das direitas. Afirmava que, apesar de suas incansáveis referências à pátria, à tradição e a autoridade, não se mostravam autenticamente nacionais porque insistiam em defender posições econômicas injustas. Nesse sentido, tornava-se impossível reconstruir socialmente a Espanha sobre bases sólidas na medida em que os privilegiados não desejavam sacrificar suas fortunas em prol da grande maioria pobre. Para ele, se as direitas possuíssem um verdadeiro sentimento de solidariedade nacional, sacrificariam algumas de suas vantagens materiais. No entanto, assim como as esquerdas, estavam ancoradas pelas divisões classistas e pelos interesses que as moviam. Como solução, apresenta somente a busca pela unidade:

Ni en la derecha ni en la izquierda está el remedio. La victoria de cualquiera de las dos implica la derrota y la humillación de la otra. No puede haber vida nacional en una patria escindido en dos mitades inconciliables: la de los vencidos, rencorosos en su derrota, y la de los vencedores, embriagados con su triunfo. No cabe convivencia fecunda sino a la sombra de una política que no se deba a ningún partido ni a ninguna clase; que sirva únicamente al destino integrador y supremo de España; que resuelva los problemas entre los españoles sin otra mira que la justicia y la conveniencia patria.²⁰⁷

²⁰⁶ *Carta a un militar español*, redigida por José Antonio em novembro de 1934, c.f. www.rumbos.net/ocja

²⁰⁷ *Carta a un militar español*, op. cit.

Contrariando suas expectativas, a carta não motivou qualquer resposta. No mesmo ano de 1934, a Falange perde o patrocínio dos monárquicos. Diante da possibilidade de formação de uma frente de coligação entre as direitas e da recusa expressa de participação exposta por José Antonio, a Falange viu-se completamente isolada. O recém formado *Bloque Nacional* exigiu investimentos financeiros e os monárquicos prontamente o desviaram da Falange para a nova formação. Somados à expulsão de Ledesma, a deserção de lideranças importantes e a aparente rejeição dos militares, o partido necessitava de uma nova reorientação.

A partir de 1935, podemos observar que José Antonio apresenta-se mais radicalizado. Além de uma maior aproximação com a juventude, já que muitos dos velhos militantes haviam deixado o partido, buscou reavivar os laços que os uniam, mostrando-se comprometido com um impulso revolucionário que a partir de então o caracterizaria. O partido contava à época com pouquíssimos recursos financeiros, fato que os obrigou a reduzir variados custos, inclusive com a manutenção de suas instalações. José Antonio, agora em maior medida, colaborava materialmente com o movimento, incitando os militantes a também colaborarem com doações mensais ou de todo tipo.

Segundo Rodríguez Jiménez, o partido passa a receber, a partir de 1935 e da visita de José Antonio a Roma, quantias mensais que garantiam um compromisso de financiamento acordado por representantes do governo italiano. Se tal financiamento foi, de fato, corrente, não colaborou em grande medida para alavancar o partido, nem o tornou mais competitivo frente às demais organizações.

A radicalização de José Antonio apareceu, segundo o autor, como consequência de uma mudança na orientação ideológica do partido. Tal reorientação esteve baseada na intensificação das críticas às direitas e a uma aproximação com ideais característicos das esquerdas. Tal aproximação é notável em seus discursos políticos que passam a exaltar propostas de mudança nos campos social e econômico, marcando claramente o distanciamento entre o programa falangista e o projeto defendido pelos cedistas e monárquicos.

Suas referências à concretização de uma reforma agrária e de reformas de alcance social passam a permear sua retórica que, ao contrário dos anos anteriores, torna-se mais objetiva.²⁰⁸ Em *Discurso sobre la Revolución Española* afirma que a verdadeira revolução, a

²⁰⁸ Já tivemos oportunidade, no capítulo anterior, de analisar as diversas propostas de caráter social nos discursos de José Antonio e no projeto político falangistas. Alguns foram publicados em periódicos ou fizeram parte do conjunto de comícios executados por ele no ano de 1934 e, principalmente, de 1935.

que chamou de *revolución pendiente*, jamais foi posta em prática pelos republicanos de 1931, nem encontrava-se nos planos da CEDA. Neste documento, de considerável importância na compreensão de seus princípios ideológicos, podemos observar sua percepção acerca da conjuntura histórica dos anos 30, da crise do capitalismo e suas consequências imediatas, do fracasso dos republicanos e das propostas das direitas, além da trajetória do partido e suas perspectivas futuras.

O advento da República é pensado como momento propício para a execução de uma verdadeira revolução capaz de subverter a ordem econômica e social perdurada pelos governos monárquicos anteriores. O espírito propagado pelo 14 de abril de 1931, ano de instauração da II República, no entanto, serviu apenas para aguçar as críticas, impulsionar a luta entre os interesses dos grupos políticos opositores e frear o projeto de reformas sociais:

Pero ¿qué advino entonces? Pocas veces habrá habido un instante más propicio para iniciar, concluido uno, un nuevo y gran capítulo de la Historia patria. Cabalmente, aquel sentido incruento del 14 de abril, aquello de que se hubiera desprendido una situación sin sangre y sin daño, casi sin duelo, colocaba de cara a una ancha llanura histórica donde galopar. No había que sustanciar resentimientos, no había que ejecutar justicias, no había apenas que enjugar lágrimas. Se abría por delante una clara esperanza para todo un pueblo; vosotros recordáis la alegría del 14 de abril, y seguramente muchos de vosotros tomasteis parte en aquella alegría. Como todas las alegrías populares, era imprecisa, no percibía su propia explicación; pero tenía debajo, como todos los movimientos populares, muy exactas y muy hondas precisiones. La alegría del 14 de abril, una vez más, era el reencuentro del pueblo español con la vieja nostalgia de su revolución pendiente. El pueblo español necesita su revolución y creyó que la había conseguido el 14 de abril de 1931; creyó que la había conseguido porque le pareció que esa fecha le prometía sus dos grandes cosas, largamente anheladas: primero, la devolución de un espíritu nacional colectivo; después, la implantación de una base material, humana, de convivencia entre los españoles.

¿Era mucho que se esperase un sentido nacional colectivo de los hombres del 14 de abril? Muchas cosas podrían decirse en contra suya; pero acaso algunas de esas mismas cosas fueran la mejor fianza de su fecundidad. Los hombres del 14 de abril pareció que llegaban de vuelta al patriotismo y llegaban por el camino mejor: por el amargo camino de la crítica. Esta era su promesa de fecundidad (...). La base de convivencia humana, la base material para el asentamiento del pueblo español, también está pendiente desde hace siglos.²⁰⁹

José Antonio prossegue, apontando aqueles que seriam os principais projetos não realizados pela república, em especial os que envolviam a realização da reforma agrária e creditícia:

¿Y en lo social? ¿Se hizo la reforma agraria? ¿Se hizo la reforma crediticia? Ya sabéis que la reforma agraria que presentaron los hombres del 14 de abril, en vez de ir, como la que nosotros apetecemos, a rellenar de sustancia al hombre, a volver a dotar al hombre de su integridad humana, social, occidental, cristiana, española; en vez de hacer eso, tendió a la colectivización del campo, es decir, a proletarizar también el campo, a convertir a los campesinos en masa gregaria, como los obreros de la ciudad. A eso tendían, y ni siquiera eso han hecho. Esta es la hora en que no han dado apenas un trozo de tierra a los campesinos. De

²⁰⁹ Discurso pronunciado no Cine Madrid, de Madri, em 19 de maio de 1935. C.f. PRIMO DE RIVERA, José Antonio. *Textos Revolucionários*. Madri, Ediciones 29, 1984, pp. 102-104.

la Ley de Reforma Agraria, lo único que empezaron a cumplir fue un precepto añadido a última hora por un puro propósito de represalia. Y la reforma financiera, ¿se ha hecho? ¿Han ganado acaso con alguna medida sabia los productores, los obreros los empresarios, los que participan de veras en esta obra total de la producción? Estos han perdido; bien sabéis la época de crisis que aún están viviendo. En cambio, no han disminuido ni las ganancias de las grandes empresas industriales ni las ganancias de los Bancos. Los hombres del 14 de abril tienen en la Historia la responsabilidad terrible de haber defraudado otra vez la revolución española. Los hombres del 14 de abril no hicieron lo que el 14 de abril prometía, y por eso ya empiezan a desplegarse frente a ellos, frente a su obra, frente al sentido prometedor de su fecha inicial, las fuerzas antiguas.²¹⁰

O documento também evidencia sua percepção sobre a crise do capitalismo mundial e, novamente, José Antonio mostra sua defesa da propriedade privada como meio e bem legítimo. É interessante observar que mesmo em 1935, ano em que intensifica suas referências à impossibilidade de expansão dos grandes latifúndios e à necessidade de execução imediata da reforma agrária, ele mantém o posicionamento já esboçado nos pontos programáticos iniciais. Isso ocorre, em grande medida, porque não condena a manutenção da propriedade em si, mas seu uso destinado à dominação econômica. Nesse sentido, a pequena e média propriedade sofrem em concorrência com o grande capital, fator que impossibilita o desenvolvimento da agricultura em pequena escala e a existência de um crédito agrícola que beneficie diretamente o campesinato:

Cuando hablamos del capitalismo –ya lo sabéis todos– no hablamos de la propiedad. La propiedad privada es lo contrario del capitalismo; la propiedad es la proyección directa del hombre sobre sus cosas: es un atributo elemental humano. El capitalismo ha ido sustituyendo esta propiedad del hombre por la propiedad del capital, del instrumento técnico de dominación económica. El capitalismo, mediante la competencia terrible y desigual del capital grande contra la propiedad pequeña, ha ido anulando el artesanado, la pequeña industria, la pequeña agricultura: ha ido colocando todo –y va colocándolo cada vez más– en poder de los grandes *trusts*, de los grandes grupos bancarios. El capitalismo reduce el final a la misma situación de angustia, a la misma situación inhumana del hombre desprendido de todos sus atributos, de todo el contenido de su existencia, a los patronos y a los obreros, a los trabajadores y a los empresarios. (...) Los obreros, los empresarios, los técnicos, los organizadores, forman la trama total de la producción, y hay un sistema capitalista que con el crédito caro, que con los privilegios abusivos de accionistas y obligacionistas, se lleva, sin trabajar, la mejor parte de la producción, y hunde y empobrece por igual a los patronos, a los empresarios, a los organizadores y a los obreros. (...) Gran parte de la tierra española, ancha, triste, seca, destartada, huesuda, como sus pobladores, parece no tener otro destino que el de esperar a que esos huesos de sus habitantes se le entreguen definitivamente en la sepultura. Este suelo nuestro, en que se pasa del verano al invierno sin otoño ni primavera; este suelo nuestro, con los montes sin árboles, con los pueblos sin agua ni jardines; este suelo inmenso donde hay tanto por hacer y sobre el que se mueren de hambre setecientos mil parados y sus familias, porque no se les da nada en qué trabajar; este suelo nuestro, en el que es un conflicto que haya una cosecha buena de trigo, cuando, con ser el pan el único alimento, comen las gentes menos pan que en todo el occidente de Europa; este pueblo nuestro necesita que se hiciera la transformación más de prisa que en ninguna parte.²¹¹

Ao final, expõe seu distanciamento em relação aos grupos em disputa e, mais uma vez, exalta seu objetivo de edificar um regime político calcado na valorização da pátria como

²¹⁰ PRIMO DE RIVERA, *op. cit.*, p. 110.

²¹¹ PRIMO DE RIVERA, *op. cit.*, pp. 104-108.

elemento construtor de uma comunidade de destino, termo citado diversas vezes em outras ocasiões, e tendo como prerrogativa a execução efetiva de um plano de justiça social:

Por eso, camaradas, ni estamos en el grupo de reacción monárquica, ni estamos en el grupo de reacción populista. Nosotros, frente a la defraudación del 14 de abril, frente al escamoteo del 14 de abril, no podemos estar en ningún grupo que tenga, más o menos oculto, un propósito reaccionario, un propósito contrarrevolucionario, porque nosotros precisamente alegamos contra el 14 de abril, no el que fuese violento, no el que fuese incómodo, sino el que fuese estéril, el que frustrase una vez más la revolución pendiente española. Y por eso nosotros, contra todas las injurias, contra todas las deformaciones, lo que hacemos es recoger de en medio de la calle, de entre aquellos que lo tuvieron y abandonaron, y aquellos que no lo quieren recoger, el sentido, el espíritu revolucionario español que, más tarde o más pronto, por las buenas o por las malas, nos devolverá la comunidad de nuestro destino histórico y la justicia social profunda que nos está haciendo falta. Por eso nuestro régimen, que tendrá de común con todos los regímenes revolucionarios el venir así del descontento, de a protesta, del amor amargo por la Patria, será un régimen nacional del todo, sin patrioterías, sin faramallas de decadencia, sino empalmado con la España exacta, difícil y eterna que esconde la vena de la verdadera tradición española; y será social en lo profundo, sin demagogias, porque no harán falta, pero implacablemente anticapitalista, implacablemente anticomunista. Ya veréis cómo rehacemos la dignidad del hombre para sobre ella rehacer la dignidad de todas las instituciones que, juntas, componen la Patria.²¹²

O distanciamento cada vez mais claro com a direita e a apropriação de elementos do discurso esquerdista, ainda que alguns já estivessem presentes nos projetos do partido em 1933 e 1934, marcam um redirecionamento resultante não somente das mudanças provocadas pela saída de lideranças importantes, mas pela própria conjuntura dos anos de 1935, ano de preparação para as eleições seguintes.

Nesse mesmo ano foi realizado o segundo Conselho Nacional da Falange, tendo como pauta central a discussão sobre o papel do partido nas eleições do ano seguinte. Como já exposto, houve uma negativa de José Antonio quanto a possíveis coligações com as direitas, fato explicado não somente por sua tentativa de afastamento conhecida desde a execução dos pontos programáticos.²¹³ Como analisa Stanley Payne, cogitava-se a formação de uma coligação entre a Falange e as direitas como forma de combater a Frente Popular, formada pelas esquerdas. Ao mesmo tempo, as direitas possuíam certo receio de incluir o partido, visto sua pouca força eleitoral e radicalidade, fato que incomodava alguns conservadores. Segundo o autor, em um discurso nas Cortes, José Antonio teria dito que, caso a reforma agrária fosse realizada a partir do projeto exposto pelo governo, demoraria cerca de 160 anos para ser

²¹² PRIMO DE RIVERA, *op. cit.*, pp. 112-113.

²¹³ Observar o ponto 27: “Nos afanaremos por triunfar en la lucha con sólo las fuerzas sujetas a nuestra disciplina. Pactaremos muy poco. Sólo en el empuje final por la conquista del Estado, gestionará el mando las colaboraciones necesarias, siempre que quede asegurado nuestro predominio”.

completamente executada. Como resultado de sua análise, foi acusado de “bolchevique” pelas direitas e pelo jornal ABC e replicou, acusando-os de manter uma atitude privilegiada:

El bolchevismo es en la raíz una actitud materialista ante el mundo;...llega al bolchevismo quien parte de una interpretación puramente económica de la Historia. De donde el antibolchevismo es, cabalmente, la posición que contempla al mundo bajo el signo de lo espiritual... Los que hoy... sacrificamos comodidades y ventajas para lograr un reajuste del mundo, sin que naufrague lo espiritual, somos la negación del bolchevismo... En cambio, los que se aferran al goce sin término de opulencias gratuitas, los que reputan más y más urgentemente la satisfacción de sus últimas superfluidades que el socorro de hambre de un pueblo, éstos, intérpretes materialistas del mundo, son los verdaderos bolcheviques. Y con un bolchevismo de espantoso refinamiento: el bolchevismo de los privilegiados.²¹⁴

Não é evidente que José Antonio tenha se mostrado inabalável quanto às possíveis uniões propostas no ano de 1935. Os encontros com representantes das direitas ocorreram sem, no entanto, o estabelecimento de acordos que fossem vantajosos para o partido. A coligação direitista não possuía interesse em dar a Falange candidaturas importantes, ao contrário, interessava-lhes apenas sua força miliciana e sua capacidade de atração das juventudes. Alguns conservadores, inclusive, temiam que a Falange pudesse roubar alguns dos votos direcionados às direitas, beneficiando diretamente às esquerdas.

Seria impossível, frente à radicalização dos discursos, um acordo imediato. Em dezembro de 1935, quando perguntado por um jornalista sobre a possibilidade de constituição de uma frente nacional anti-revolucionária, José Antonio traça as bases sobre as quais tal movimento estaria assentado:

(...) II. Exigencias. El Frente Nacional habrá de proponerse:
 a) La devolución al pueblo español de una nueva fe en su unidad de destino y de una resuelta voluntad de resurgimiento. b) La elevación a términos humanos de la vida material del pueblo español. Lo primero exige una revitalización de los valores espirituales, sistemáticamente relegados o deformados durante mucho tiempo, y, sobre todo, la insistencia en esta concepción de España como expresión de una comunidad popular con un destino propio, diferente del de cada individuo, clase o grupo, y superior a ellos. Lo segundo –es decir, la reconstrucción económica de la vida popular, impuesta con doble motivo en esta época de liquidación del orden capitalista– exige urgentemente:
 a) Una reforma crediticia que llegue incluso a la nacionalización del servicio de crédito, en beneficio de la economía total. b) Una reforma agraria que determine, en primer lugar, las áreas cultivables de España (las actuales y las posibles, mediante una preparación técnica), entregue al bosque o al pasto todo lo que quede fuera de esas áreas cultivables e instale en ellas *revolucionariamente* (es decir, indemnizando o no) a la población campesina de España, bien en unidades familiares de cultivo, bien en grandes cultivos de régimen sindical, según lo exija la naturaleza de las tierras. Lo que no sea la aceptación sincera y austera de un programa así, con todo lo que implica de sacrificio, no tendrá nada de una verdadera posición contraria al bolchevismo –que descansa, sobre todo, en una interpretación materialista del mundo–,

²¹⁴ José Antonio *apud* PAYNE, Stanley G. *Falange. Historia Del fascismo español*. Madri: SARPE, 1985, p. 108.

sino que será un intento igualmente materialista, y además inútil, por conservar un orden social, económico e histórico, ya herido de muerte.²¹⁵

Em ocasião diversa, quando entrevistado pelo jornalista Ortega Lisson e já definitivamente inclinado a não alinhar-se com outros movimentos políticos, José Antonio defende seu completo afastamento e a autonomia do partido frente às eleições que se avizinhavam:

La Falange aún no ha adoptado una actitud definitiva ante las próximas elecciones. Desde luego, no se alineará ninguna alianza que se constituya con un sentido de "unión de derechas". La Falange no es un partido de derechas, como tampoco lo es de izquierdas. Entiende que estos valores de derechas e izquierdas están caducados, por descansar sobre concepciones laterales, incompletas, de lo que es España. (...) Nosotros entendemos que lo nacional y lo social han de integrarse en una síntesis superior, que para nosotros cuaja en la fórmula nacionalsindicalista. Con este sentido integrador hemos propugnado un frente nacional. Y no entraremos en coalición alguna que nos exija el apartamiento de nuestra doctrina.²¹⁶

No mesmo ano, ele viaja à Itália em busca de novos apoios. Segundo Manuel Penella, alguns fascistas italianos resolveram financiar a Falange. No entanto, como forma de selar o acordo, José Antonio deveria explicar sua negativa em comparecer ao primeiro congresso da organização, convite recusado publicamente, e os motivos pelos quais insistia em afirmar que seu partido não se configurava como um partido fascista. Como resposta, José Antonio limitou-se a afirmar que os espanhóis não estavam preparados para o fascismo e que não queria mostrar-se vinculado a uma Internacional, fator que sempre motivou suas críticas às esquerdas. Apesar de não entrevistar-se com Mussolini, conseguiu um financiamento que seria entregue ao próprio José Antonio mensalmente.²¹⁷

No entanto, a despeito dos possíveis financiamentos, a Falange buscou sua independência diante da união das forças da direita e da esquerda, encontrando-se, em contrapartida, completamente isolada do jogo eleitoral e cada vez mais distante de qualquer possibilidade de vitória. Os antigos aliados dos anos iniciais viam-na, agora, como uma ameaça à vitória das forças reacionárias. O discurso falangista, permeado pelo apelo à justiça social e a elevação da vida material do homem espanhol, contrapunha-se a sua aproximação com os fascistas italianos e ao desejo de contenção das esquerdas revolucionárias. Sua *revolución pendiente*, ao mesmo tempo em que preconizava a construção de uma Nova Espanha, deixava claro os limites impostos pela valorização da tradição e pelo desejo de construção de um Estado interventor e limitador das liberdades individuais. Somente com o

²¹⁵ *Arriba*, número 22, 5 de dezembro de 1935.

²¹⁶ *Blanco y Negro*, 25 de dezembro de 1935.

²¹⁷ PENELLA, *op. cit.*, p. 278.

início da guerra civil, em 1936, ficariam evidentes os novos direcionamentos dados ao partido.

3.4 As eleições de 1936 e o advento da guerra civil

As eleições foram organizadas através de um governo de transição sob a direção do moderado Portela Valladares. O então presidente, Alcalá Zamora, acreditava que Valladares poderia evitar que a República sofresse com a intensificação das disputas entre as direitas e as esquerdas. José Antonio prosseguia com sua campanha eleitoral, assistindo o crescente desprestígio das direitas e o avanço das esquerdas. Buscou acordar entre a militância dirigente as posições a serem adotadas nas eleições de 1936. Entre as discussões, é possível observar que havia uma dupla preocupação: ao mesmo tempo em que recusavam possíveis acordos com outros grupos políticos, mantendo, portanto, determinada autonomia, mantinham-se à margem das disputas políticas e sem grandes possibilidades de eleger um número considerável de representantes nas Cortes.

Os resultados não tardaram em evidenciar o fracasso. Após as eleições de fevereiro de 1936, a Frente Popular sai vitoriosa e Manuel Azaña volta ao poder. José Antonio acreditava na possível vitória das esquerdas, mas não imaginava um sucesso de tamanha proporção. A Falange havia recebido menos de 5000 votos em Madri e, aproximadamente, 4000 em Valladolid, menos de dois e quatro por cento, respectivamente, do quadro eleitoral. Em Cádiz, província para a qual buscava uma reeleição, José Antonio obteve somente 6.965 votos. Em suma, o partido totalizou 40.000 votos, mas não elegeu nenhum militante, nem mesmo José Antonio que agora perdia sua condição de parlamentar.²¹⁸

Mesmo diante do indesejado resultado das eleições, José Antonio escreve aos chefes territoriais e provinciais instruções a serem seguidas pelo partido após as eleições. Neste documento, afirma que a derrota falangista era esperada, principalmente após a decisão de manterem-se independentes, atitude que valoriza como medida essencial para preservar seu aparato doutrinal. Busca, ainda, alertar sobre a possibilidade de ingresso de militantes direitistas na Falange, fator que ocasionaria possíveis desvios na linha ideológica do partido. De forma conclusiva, ratifica sua recusa em apoiar as direitas e cuida para que a militância não mostre rechaço pelo novo governo:

²¹⁸ Números trabalhados por Stanley Payne. C.f. PAYNE, Stanley G. *Falange. Historia Del fascismo español*. Madri: SARPE, 1985, p. 111.

El resultado de la contienda electoral no debe, ni mucho menos, desalentarnos. La Falange luchaba simplemente, como ya sabéis todos, para aprovechar la magnífica ocasión de propaganda y ejercicios que se le ofrecía. No esperaba obtener puesto alguno, inasequible con una ley electoral que sólo los asigna a las dos candidaturas más fuertes; pero le urgía señalar con una clara actitud de independencia su falta de todo compromiso, y aun de toda semejanza, con los partidos de derecha. Esta finalidad ha sido conseguida con creces; nuestras candidaturas han sido perseguidas; no pocos votos nos han sido robados; hasta última hora se han puesto en circulación, de mala fe, rumores de retirada; pero, a costa de tales adversidades, hemos podido afirmar, con más limpidez que nunca, la línea inconfundible nacionalsindicalista, anticapitalista y revolucionaria de nuestro Movimiento. (...) Una de las consecuencias más previsibles de la nueva situación política es la llegada en masa a nuestras filas de personas procedentes de otros partidos, señaladamente de los de derecha. Este incremento, por una parte apetecible, nos pone en peligro de deformación si permitimos que los nuevos núcleos formados en doctrina y estilo bien diferentes a los nuestros, aneguen nuestros cuadros. Todos los jefes territoriales, provinciales y de las J.O.N.S. cuidarán, ahora más que nunca, de mantener la línea ideológica y política del Movimiento, en forma de impedir a todo trance su confusión con los grupos de derecha. (...) Los jefes cuidarán de que por nadie se adopte actitud alguna de hostilidad hacia el nuevo Gobierno ni de solidaridad con las fuerzas derechistas derrotadas. Nuestros centros seguirán presentando el aspecto sereno y alegre de los días normales.²¹⁹

No entanto, José Antonio planejava, concretizada a vitória da Frente Popular, unir suas forças milicianas ao exército, organizando uma insurreição capaz de conter as forças revolucionárias. O plano passou a primeiro plano quando as perseguições sofridas pela Falange começam a intensificar-se. As crescentes mortes e represálias ocasionaram uma intensa disputa armada. Não tardou até que o novo governo limitasse a ação do partido e, para isso, buscaram minar todo o seu aparato organizativo. Em fevereiro de 1936, a polícia promove uma visita à sede central da Falange, em Madri, onde encontra armas e outros objetos considerados ilegais. Em consequência, a sede foi provisoriamente interditada. O jornal *Arriba*, meio de propaganda do partido, também foi suspenso em março do mesmo ano.

Os enfrentamentos entre as militâncias falangista e esquerdista se intensificaram até que foram ordenadas, pela Direção Geral de Segurança do novo governo, as prisões de vários dirigentes falangistas em 14 de março, dentre eles José Antonio. O partido sobreviveria na ilegalidade, isento de suas principais lideranças, funcionando na clandestinidade e sem nenhum direcionamento imediato.

Com o avanço das esquerdas, os militares passam a considerar possíveis ofensivas ao novo governo. Inicialmente, as tentativas de organização de um grupo insurgente foram ineficazes. Emilio Mola, último diretor de segurança da Monarquia e comandante militar de Marrocos, buscou reunir adeptos e, dentre os que já presumiam a imediata reação do exército, juntou-se o general Sanjurjo, que retornava do exílio. A maioria dos oficiais que mostravam

²¹⁹ Circular apresentada aos chefes territoriais, provinciais e das JONS, 21 de fevereiro de 1936.

apoio à insurreição eram mais jovens e Emilio Mola encontrava cada vez mais dificuldades em convencer o generalato a participar da rebelião militar. Os militares não desejavam uma mudança na forma de governo republicana, mas o estabelecimento de um diretório militar que coibisse a ação dos republicanos, obrigando-os a adotar medidas mais conservadoras.

A Falange, isenta de qualquer participação relevante na contenda, aguardava as instruções enviadas por José Antonio do cárcere Modelo, em Madri. Contudo, apesar das reais possibilidades de desmantelamento total do movimento, a Falange vivenciou um crescimento numérico vertiginoso. As JAPs, Juventudes de Acción Popular, grupo de extrema direita liderado por Gil Robles, reunia entre sua militância uma gama de militantes fascistizados que se mostravam cada vez mais radicalizados e propensos a tomada do poder. Sua aproximação com a militância falangista resultou no abandono de cerca de 15000 militantes das JAPs, que passaram imediatamente às fileiras falangistas. O crescimento momentâneo era visto de forma positiva por José Antonio que, não obstante, mantinha-se apreensivo com a aliança entre os movimentos. Tinha receio de que o desenvolvimento do partido ocorresse à custa do abandono do verdadeiro propósito da Falange: a construção do Estado Nacional-Sindicalista. A atual circunstância tornava impossível estabelecer limites ou criar pré-requisitos para a aceitação dos jovens das JAPs. A convivência foi inevitável.

Considerando improvável qualquer êxito na tentativa de contenção das forças políticas em disputa, José Antonio recorre novamente aos militares. Desejava que, caso o golpe militar fosse inevitável, a Falange participasse oferecendo como apoio suas milícias. Em contrapartida, desejava que, ao alcançar a vitória, fossem dados aos dirigentes do partido postos de direção política importantes e que fossem levados a cabo parte dos pontos programáticos da Falange. No entanto, era dado ao partido apenas tarefas e postos secundários pelos militares e direitistas envolvidos no golpe.

Antes de fixar tais direcionamentos, alguns dos principais dirigentes falangistas seguiam as determinações de José Antonio e delimitavam as ações a serem adotadas pelo partido diante de qualquer solicitação por parte dos militares. Frente às indagações de grande parte dos chefes provinciais, Alejandro Salazar, secretário geral interino, atenta para a conservação dos mandos internos e da independência da Falange frente às organizações inclusas no levantamento militar:

Nuestra actitud en este caso, ordenada por el Jefe Nacional, ha de ser la completa y leal ayuda en los servicios que se les encomienden. Sin embargo, se señalará como imprescindible para esta actuación la de que nuestra fuerza intervendrá en todo momento con absoluta independencia del resto de las fuerzas civiles que para estos servicios se utilicen. Los

milитantes de la Falange deberán actuar en todo momento bajo las órdenes inmediatas de sus jefes regulares, sin permitir intromisiones de mando que no provengan de las fuerzas militares e Institutos armados.²²⁰

No mesmo período, o partido passa a distribuir, de forma clandestina, a publicação nomeada como *No Importa. Boletín de los días de la persecución*, que contou com apenas três números escritos, em sua maioria, na prisão. Outras publicações surgiram no mesmo período, mas destacamos esta pela participação de José Antonio em alguns dos textos publicados. Como aponta Rodríguez Jiménez, grande parte dos textos expressa sua inquietação quanto à possibilidade de que os militantes falangistas fossem utilizados pela direita contra-revolucionária no golpe militar e, mais à frente, enquadrados em suas organizações, aproveitando-se de sua instável situação.²²¹ Por isso ordenou, repetidas vezes, que nenhuma liderança local pactuasse com as forças direitistas sem seu prévio consentimento. É possível notar que apesar do irrestrito auxílio dado às tentativas de sublevação militar e dos constantes chamados dirigidos ao exército, José Antonio passa a cogitar a possibilidade de fracasso de suas iniciais intenções de participação em postos relevantes de direção política do novo governo, por conta da desarticulação de sua estrutura interna e das crescentes dificuldades de comunicação. Passado o eufórico apoio, os discursos aparecem permeados de sucessivas desconfianças e de apreensão quanto à possibilidade de desaparecimento da Falange após a almejada vitória:

De aquí que los proyectos políticos de los militares (salvo, naturalmente, los que se elaboran por una minoría muy preparada que en el Ejército existe) no suelen estar adornados por el acierto. Esos proyectos arrancan casi siempre de un error inicial: el de creer que los males de España responden a simples desarreglos de orden interior y desembocan en la entrega del Poder a los antes aludidos, charlatanes faltos de toda conciencia histórica, de toda auténtica formación y de todo brío para la irrupción de la Patria en las grandes rutas de su destino. La participación de la Falange en uno de esos proyectos prematuros y candorosos constituida una gravísima responsabilidad y arrastraría *su total desaparición, aun en el caso de triunfo*. Por este motivo: porque casi todos los que cuentan con la Falange para tal género de empresas la consideran no como un cuerpo total de doctrina, ni como una fuerza en camino para asumir por entero la dirección del Estado, sino como un elemento auxiliar de choque, como una especie de fuerza de asalto, de milicia juvenil, destinada el día de mañana a desfilar ante los fantasmones encaramados en el Poder. Consideren todos los camaradas hasta qué punto es ofensivo para la Falange el que se la proponga tomar parte como comparsa en un movimiento que no va a conducir a la implantación del Estado nacionalsindicalista, al alborear de la inmensa tarea de reconstrucción patria bosquejada en nuestros 27 puntos, sino a reinstaurar una mediocridad burguesa conservadora (de la que España ha conocido tan largas muestras), orlada, para mayor escarnio, con el acompañamiento coreográfico de nuestras camisas azules.²²²

²²⁰ Discurso de Alejandro Salazar, em março de 1936, *apud* RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, *op. cit.*, p. 220.

²²¹ RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, *op. cit.*, p. 222.

²²² Circular distribuída aos chefes territoriais e provinciais em 24 de junho de 1936.

Em 29 de junho, José Antonio finalmente autoriza a participação da Falange no golpe de Estado, traçando diretrizes a serem seguidas pelas lideranças locais. No plano de ação esboçado na prisão de Alicante, para onde foi transferido, e dirigido aos chefes territoriais e provinciais, ficam claras as instruções que deveriam ser postas em prática na organização da militância falangista:

1. Cada jefe territorial o provincial se entenderá *exclusivamente* con el jefe superior del movimiento militar en el territorio o provincia, y no con ninguna otra persona. Este jefe superior se dará a conocer al jefe territorial o provincial con la palabra "Covadonga", que habrá de pronunciar al principio de la primera entrevista que celebren. 2. La Falange intervendrá en el movimiento formando sus unidades propias, con sus mandos naturales y sus distintivos (camisas, emblemas y banderas). 3. Si el jefe territorial o provincial y el del movimiento militar lo estimaran, de acuerdo, indispensable, parte de la fuerza de la Falange, que no podrá pasar nunca de la tercera parte de los militantes de primera línea, podrá ser puesta a disposición de los jefes militares para engrosar las unidades a sus órdenes. Las otras dos terceras partes se atenderán escrupulosamente a lo establecido en la instrucción anterior. 4. El jefe territorial o provincial concertará con el jefe militar todo lo relativo al armamento largo de la fuerza de la Falange. Para esto se señalará con precisión el lugar a que debe dirigirse cada centuria, falange y escuadra, en un momento dado, para recibir el armamento. 5. El jefe militar deberá prometer al de la Falange en el territorio o provincia que no serán entregados a persona alguna los mandos civiles del territorio o provincia hasta tres días, por lo menos, después de triunfante el movimiento, y que durante ese plazo retendrán el mando civil las autoridades militares. 6. Desde el mismo instante en que reciba estas instrucciones, cada jefe territorial o provincial dará órdenes precisas a todas las Jefaturas locales para que mantengan enlace constante, al objeto de poder disponer, en plazo de cuatro horas, de todas sus fuerzas de primera línea; también darán las órdenes necesarias para que los diferentes núcleos locales se concentren inmediatamente sobre sitios determinados, para constituir agrupaciones de una falange por lo menos (tres escuadras). 7. De no ser renovadas por nueva orden expresa, las presentes instrucciones quedarán completamente sin efecto el día 10 del próximo julio, a las doce del día.²²³

O golpe militar, realizado em 18 de julho de 1936 e liderado pelo futuro ditador Francisco Franco, desencadeou uma guerra civil que perdurou por mais três anos. Na luta contra a República, uniram-se militares, falangistas, monárquicos afonsinos, carlistas e os seguidores de Gil Robles. No cárcere, José Antonio seguia descrente, certo de que sua juventude havia servido somente como tropa de choque, como elemento marginal na configuração do novo governo. Seguia preso, já que a sublevação militar não havia obtido êxito em Alicante, e assistia lentamente à morte de seus seguidores e companheiros de partido. Julio Ruiz de Alda e Fernando Primo de Rivera, irmão de José Antonio e responsável pelas tentativas de coordenação do partido em sua ausência, foram executados em 22 de agosto. Em outubro, Ramiro de Maetzu e outros detidos foram assassinados. Ramiro Ledesma Ramos permaneceu escondido em Madri por alguns dias até sua detenção e transferência à prisão de Ventas, em 1 de agosto.

²²³ Circular emitida desde a prisão de Alicante, em 29 de junho de 1936.

Não faltaram falangistas e antigos admiradores que planejassem colocá-lo rapidamente em liberdade. Ao mesmo tempo, fracassadas as primeiras tentativas, era necessário reorganizar internamente o partido. O período de guerra impedia que fossem delimitadas as zonas de mando e que houvesse uma readequação das chefias locais, mas tornava evidente a necessidade de coordenação das atividades partidárias e de situar o partido dentro do contexto insurrecional.

Nesse sentido, foram planejadas três importantes reuniões. A primeira delas foi realizada em Valladolid, em agosto do mesmo ano. As regiões, divididas em facções rivais, impediam que estivesse presentes a maioria dos chefes territoriais. Apesar dos reais imprevistos, compareceram algumas importantes lideranças, dentre elas Agustín Aznar, José Sainz, Andrés Redondo, irmão de Onésimo Redondo, e representantes de Santander e Burgos. As discussões estavam pautadas em duas questões principais. Em primeiro lugar, buscavam chegar a um acordo quanto à colaboração da Falange no movimento nacional e quanto à coordenação interna do partido e das milícias. Em segundo lugar, cabia delinear as ações políticas que seriam adotadas com o desenrolar do conflito.²²⁴

A segunda reunião, ocorrida em Sevilla no dia 30 de agosto, incluiu, entre outros debates, a urgência em reunir membros do Conselho Nacional com o objetivo de eleger um chefe provisório que pudesse organizar as ações falangistas nas regiões dominadas pelos insurgentes. Na terceira e última reunião, ocorrida em setembro, estiveram presentes uma maior quantidade de chefes provinciais e territoriais, resultado da expansão das áreas controladas pelos militares desde o mês de agosto. Agustín Aznar, José Sainz e Manuel Hedilla, lideranças que aumentavam gradativamente suas influências no partido desde a ausência forçada de José Antonio, presidiram a reunião. Os falangistas desejavam apresentar aos militares a necessidade de se estabelecer um mando militar único, ou seja, organizações coordenadas que pudessem manter um maior ordenamento das ações militares. Por outro lado, cabia discutir o funcionamento eficaz de algumas das seções do partido. Enquanto algumas delas mostravam-se eficazes, como a *Sección Feminina*, outras apareciam apenas nominalmente, sem qualquer atividade momentânea. Era primordial, ainda, aprimorar as relações de mando entre as duas principais forças milicianas do partido, as chamadas *Primera*

²²⁴ RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, *op. cit.*, p. 231.

e *Segunda Línea*, e estabelecer um controle mais rigoroso da administração central. Todas as iniciativas aparecem intrinsecamente interligadas às ações militares.²²⁵

No entanto, a principal questão tratada no encontro relacionava-se à constituição de um mando central, de uma liderança provisória, que pudesse ocupar o vazio deixado pela ausência de um chefe nacional. A proposta não agradava a totalidade dos participantes, já que a maioria dos chefes locais havia experimentado um considerável crescimento de sua influência e poder graças às dificuldades em estabelecer planejamentos unificados. Apesar das discordâncias, Aznar buscou lembrar que José Antonio expressou a vontade de que seu irmão, Fernando, presidisse o partido em sua ausência. Visto que seu irmão também se encontrava preso, Manuel Hedilla foi considerado a pessoa mais adequada para ocupar o cargo devido à dedicação e importância que havia adquirido ao longo dos conturbados meses de 1936. Assim, foi organizada uma Junta de Mando Provisório onde ficaram definidos os postos a serem ocupados: Manuel Hedilla como presidente, Agustín Aznar como chefe nacional da *Primera Línea* e Francisco Bravo, como secretário. Andrés Redondo, Jesús Muro, José Sainz e José Moreno receberam a responsabilidade em chefiar outros serviços importantes.

Hedilla, que havia sido homem de confiança de José Antonio meses antes de sua prisão, deveria buscar uma solução imediata para a desarticulação existente entre os mandos regionais. Tratava-se não unicamente de impor limites a ação dos chefes territoriais e provinciais, mas de evitar que o partido pudesse aproximar-se das direitas por conta da dificuldade em manter uma unidade central de mando. Por outro lado, havia certo incômodo quanto ao papel ocupado pela Falange desde o início do conflito. Sua força comprovada através da ação direta de suas milícias contrapunha-se à exclusão ou irrelevante papel ocupado pelo partido no cenário político.

O general Mola mantinha suas instruções e buscava propagar um clima de terror, ordenando que todo e qualquer defensor da Frente Popular fosse prontamente fuzilado. Os falangistas que se encontravam na zona nacional não encontravam limites às suas ações repressivas, matando milhares de pessoas. Hedilla mostrou compartilhar algumas das perspectivas tão claramente defendidas por José Antonio ao ordenar o fim das violentas práticas, alertando os militantes para os ensinamentos tão profundamente exaltados pelo chefe nacional:

²²⁵ RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, *op. cit.*, p. 233.

Y me dirijo a los falangistas que se cuidan de las investigaciones políticas y policiales en las ciudades, y sobre todo en los pueblos. Vuestra misión ha de ser obra de depuración contra los jefes cabecillas y asesinos. Pero impedid, con toda energía, que nadie sacie odios personales, y que nadie castigue o humille a quien, por hambre o desesperación, haya votado a las izquierdas. (...) Queremos la salvación y no la muerte de los que en su inmensa mayoría tenían hambre de Pan y Justicia.²²⁶

Não eram somente os ensinamentos de José Antonio que pareciam cada vez mais distantes diante da impulsividade de sua juventude, mas a própria figura do carismático líder ia, pouco a pouco, esvaindo-se diante da falta de notícias. Desde 16 de agosto foram proibidas as visitas e tornou-se dificultoso a troca de informações com o mundo exterior, embora uma parte chegasse incompleta ou ininteligível. Algumas tentativas de resgate, requeridas aos chefes militares nas zonas próximas a Alicante, planejavam libertá-lo e enviá-lo diretamente a Madri. Fracassadas as primeiras experiências, alguns militantes buscaram apoio de alguns monárquicos locais. No entanto, o despreparo da operação permitiu que as iniciativas fossem descobertas, tornando impossível qualquer nova tentativa.

Com o completo isolamento, José Antonio percebe que a participação falangista na zona nacional incluía uma série de desvantagens e comprometia os princípios que norteavam seu projeto político. Em entrevista ao jornalista Jay Allen, última pessoa a visitá-lo, é possível observar que durante os meses em que permaneceu encarcerado havia tido poucas notícias quanto à participação da Falange na sublevação militar e não mantinha conhecimento dos objetivos traçados pelo general Franco na zona nacionalista:

– ¿Qué pensaría usted si le dijese que yo opino que el movimiento del general Franco se ha salido de su cauce, cualquiera que fuese, y que ahora en adelante simplemente la vieja España lucha por perdidos privilegios? (*Jay Allen*)

– Yo no sé nada, pero no creo que sea verdad. Si lo es, es un error. (*José Antonio*)

– ¿Y si le dijese que sus muchachos están luchando al servicio de los terratenientes? (*J. Allen*)

– Le diría a usted que no. (*J. Antonio*)

Me miró escrutadoramente y dijo:

– ¿Se acuerda de mi posición y de mis discursos en las Cortes? (*J. Antonio*)

Y continuó:

– Usted sabe que yo dije que si las derechas, después de octubre de 1934, se mantenían en su política negativa de represión, Azaña volvería al Poder muy pronto. Ahora ocurrirá lo mismo. Si lo que hacen es únicamente retrasar el reloj, están equivocados. No podrán sujetar a España si sólo hacen esto. Yo defendía algo distinto; algo positivo. Usted ha leído el programa de nuestro nacionalsindicalismo, el de reforma agraria y todo lo nuestro. Yo era sincero. Podría haberme hecho comunista y haber conseguido popularidad... (*J. Antonio*)

²²⁶ Manuel Hedilla *apud* PENELLA, *op. cit.*, p. 357.

La charla termina con estos párrafos de José Antonio:

– Yo sé que si este Movimiento gana y resulta que no es nada más que reaccionario, entonces me retiraré con la Falange y yo... volveré a ésta o a otra prisión dentro de muy pocos meses. (J. Antonio)²²⁷

Qualquer possibilidade de libertação encontrava-se já findada. Apesar de declarar-se inocente, José Antonio foi acusado de participar nos preparativos da rebelião, sendo julgado em novembro por um Tribunal Popular. Junto a ele, foram julgados seu irmão e cunhada. Durante sua audiência procurou mostrar, através de alguns discursos publicados na imprensa, que sempre se manteve crítico em relação às direitas e buscou, veementemente, diferenciar a Falange dos grupos em questão. Alertou para o fato de que os militares não haviam mostrado intenção em libertá-lo e que certamente não imaginavam incluí-lo no futuro governo.

Foi sentenciado à pena de morte, condenado por conspirar contra o Estado. Uma nova revisão foi pedida às autoridades centrais e o Conselho de Ministros não matinha unanimidade quanto à execução do chefe falangista. No entanto, antes de qualquer iniciativa no sentido de converter a decisão, o governador de Alicante já havia circulado um informe confirmando o cumprimento da sentença no dia 20 de novembro de 1936.

Morria o primeiro chefe nacional da Falange Espanhola das JONS e com ele as esperanças de construção de uma Nova Espanha, unida pelas vestes da tradição e pelos novos ares de mudança. O desejo de construção de uma unidade entre as diversas classes em disputa e de harmonização dos conflitos internos seriam arrastados numa onda de terror e violência que marcou, definitivamente, a história da Espanha e a vida de muitos espanhóis que doaram suas esperanças numa guerra civil que apenas deixou espaço para a morte e a intolerância.

Em seu último manifesto, José Antonio recorda seu permanente desejo de reestruturação da pátria:

Este es el espectáculo de nuestra Patria en la hora justa en que las circunstancias del mundo la llaman a cumplir otra vez un gran destino. Los valores fundamentales de la civilización española recobran, tras siglos de eclipses, su autoridad antigua, mientras otros pueblos que pusieron su fe en un ficticio progreso material ven por minutos declinar su estrella; ante nuestra vieja España misionera y militar, labradora y marinera, se abren caminos esplendorosos. De nosotros, los españoles, depende que los recorramos. De que estemos unidos y en paz, con nuestras almas y nuestros cuerpos tensos en el esfuerzo común de hacer una gran Patria, Una gran Patria para todos, no para un grupo de privilegiados. Una Patria grande, unida, libre, respetada y próspera. Para luchar por ella rompemos hoy abiertamente contra las fuerzas enemigas que la tienen secuestrada. Nuestra rebeldía es un acto de servicio

²²⁷ Foram usados somente alguns trechos da entrevista concedida por José Antonio a Jay Allen para o jornal New Chronicle, de Londres, edição do dia 24 de outubro de 1936.

a la causa española. (...) Si aspirásemos a reemplazar un partido por otro, una tiranía por otra, nos faltaría el valor –prenda de almas limpias– para lanzarnos al riesgo de esta decisión suprema. No habría tampoco entre nosotros hombres que vistiesen uniformes gloriosos del Ejército, de la Marina, de la Aviación, de la Guardia Civil. Ellos saben que sus armas no pueden emplearse al servicio de un bando, sino al de la permanencia de España, que es lo que está en peligro. Nuestro triunfo no será el de un grupo reaccionario, ni representará para el pueblo la pérdida de ninguna ventaja. Al contrario: nuestra obra será una obra nacional, que sabrá elevar las condiciones de vida del pueblo –verdaderamente espantosas en algunas regiones– y le hará participar en el orgullo de un gran destino recobrado. (...) ¡Trabajadores, labradores, intelectuales, soldados, marinos, guardianes de nuestra Patria: sacudid la resignación ante el cuadro de su hundimiento y venid con nosotros por España una, grande y libre! ¡Que Dios nos ayude! ¡Arriba España!²²⁸

Desde sua fundação, em 1933, e mesmo após a unificação com as JONS, em 1934, José Antonio lutou para manter a unidade do movimento e evitar influências externas no projeto político falangista, chocando-se diversas vezes com a necessidade de financiamento, com o escasso apoio dado ao partido, principalmente após a perda do apoio dado pelos monárquicos, pela dificuldade em atrair a classe operária às suas fileiras e as influências diversas resultantes da heterogeneidade de sua militância. O início dos conflitos permitiu o ingresso de uma nova militância, originária da extrema-direita espanhola, e da aproximação da Falange com os grupos direitistas participantes da zona nacional, impedindo qualquer tentativa de reordenação do partido. A diversidade tornava-se gradativamente evidente, tornando a expulsão de Ledesma apenas exemplo dos conflitos que permeavam os desejos de criação de um projeto ideológico compartilhado. José Antonio, homem de múltiplas influências, carregava um discurso multifacetado, marcado por sua admiração pelo modelo fascista, por sua precoce vivência com grandes políticos monárquicos e conservadores que colaboravam com o governo de seu pai, com sua admiração por importantes pensadores espanhóis, com sua ânsia em pensar a Espanha como uma pátria esplendorosa e como destino único de todos os espanhóis.

Caminhou entre a intolerância, a violência, a hierarquia e a ordem, movendo um apelo enérgico na luta contra mísera vivência do povo espanhol, de camponeses e trabalhadores, e denunciando os privilégios e desmandos da elite e dos latifundiários. Negava sua vinculação com as direitas e as esquerdas, negava a própria necessidade de existência de ambas. Mas soube percorrê-las, apropriando-se de seus elementos discursivos característicos, deixando em seus escritos a ampla diversidade de seu pensamento.

²²⁸ Último manifesto redigido por José Antonio na prisão de Alicante, datada do dia 17 de julho de 1936.

As esperanças de execução de sua *revolución pendiente* ficariam, agora, nas mãos de Hedilla, que procuraria resistir às intervenções da autoridade militar e questionar a autoridade de Franco. O novo caudillo tratou de frear as aspirações falangistas, proibindo a difusão de um dos discursos que José Antonio havia feito em Madri, em fevereiro de 1936. O não cumprimento, ordenado por Hedilla, gerou a prisão de diversos falangistas. A partir de então, qualquer atividade política deveria receber autorização dos militares. Não haveria retrocesso. A guerra civil de 1936 havia, definitivamente, colaborado para o nascimento de duas Falanges.

4 CONCLUSÃO

Falange Espanhola das JONS: conservadorismo, fascismo ou revolução?

Ao analisar um partido político devemos estar atentos à complexidade que envolve a configuração de seu quadro institucional e aos elementos que informam os mecanismos que permitem a existência de estruturas organizacionais particulares. Caracterizados por sua complexidade, os partidos podem camuflar, no interior de sua solidariedade interna compartilhada, um conjunto ideológico mais amplo e heterogêneo. Isso ocorre por sua própria formação enquanto organismo político-institucional, mas é evidente que cada um deles possui sua própria estrutura que, em alguns aspectos, se assemelha ou não às demais.

A composição de seus membros e seu hierárquico agrupamento em células com funções determinadas buscam assegurar sua aparente unidade, ao mesmo tempo em que evidenciam as articulações entre os grupos de base, o corpo militante em geral, e as unidades dirigentes, mantendo entre ambas uma ligação hierárquica fundamental. Estamos nos referindo, obviamente, a estruturas partidárias de tipo vertical, onde a existência de instâncias subordinadas entre si estão limitadas às intervenções do núcleo central. Seus adeptos e o grau de participação que os envolve estão relacionados à atração exercida por seu plano doutrinário e pelo conjunto de alianças que permitem sua participação direta no cenário político.

No entanto, ao analisar um partido político é necessário ir além de sua doutrina, considerando como elementos fundamentais a natureza de sua organização e a diversidade de seus adeptos. Isso porque, como nos orienta Maurice Duverger, os estatutos, os programas e seus regimentos internos descrevem apenas uma parte da realidade já que, raramente, são colocados em prática de forma precisa.²²⁹

A Falange Espanhola das JONS evidencia, nesse sentido, um claro exemplo. As análises dedicadas ao partido dividem-se basicamente em duas propostas. A primeira delas, e em maior quantidade, busca enfatizar a aproximação entre seu projeto político e o projeto político fascista, qualificando-a como um braço do fascismo na Espanha ou como o mais destacado partido fascista espanhol. A segunda, visível em obras mais recentes, examinam-na no interior de sua heterogeneidade ideológica, das relações que estabeleceu com outros grupos

²²⁹ DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1970, p. 16.

políticos atuantes nas disputas existentes nos anos que precederam ao estopim da guerra civil e das mudanças sofridas pelo partido após sua incorporação à burocracia franquista.

Durante todo o trabalho procuramos nos aproximar desta segunda proposta, explorando as possíveis e diversas influências, sejam elas ideológicas ou não, visíveis não só nos pontos programáticos, mas também nos discursos públicos de José Antonio, em seus escritos parlamentares e no diálogo externo que manteve com políticos originários do conservadorismo e da direita espanhola. Todavia, concluiremos nossa exposição enfatizando a noção de diversidade e analisando as principais referências apontadas durante os capítulos anteriores. Assim, conservadorismo, fascismo e revolução serão os elementos centrais elucidativos não de uma unidade coerente e limitada, mas ampla e repleta de possibilidades. Partiremos, inicialmente, das referências majoritárias de aproximação entre Falange e fascismo.

Falar em fascismo não é apenas falar em um movimento político circunscrito num determinado momento histórico de crise. O fascismo, tal como entendemos, não é um fenômeno meramente conjuntural, mas também fenomenológico. Desta forma, não foi apenas uma resposta à crise do capitalismo, mas um determinado conjunto de idéias ainda localizáveis nos dias atuais em organizações neofascistas na Europa, principalmente. Falar em fascismo envolve não só um tema possível em História Política, mas um debate político.

Como expõe Francisco Carlos Teixeira da Silva, a liberação dos arquivos, anos depois do terror da Segunda Guerra Mundial e dos tratados estabelecidos à época, trouxeram novos materiais de análise e proporcionaram o surgimento de novos objetos e abordagens sobre os elementos constitutivos do fascismo. Contudo, seu estudo envolve dificuldades teóricas e ainda éticas não só por suscitar a lembrança de um terror desumanizado, mas exatamente porque o fascismo e suas características mais maléficas, como o racismo e as formas de exclusão, ainda vivem de forma intensa em movimentos neofascistas. Falar em fascismo, portanto, é falar de um fenômeno que persiste, ainda que obsoleto, e que possui algum papel político contemporâneo. Segundo o próprio autor, é “impossível escrever sobre o fascismo histórico - o que é apenas uma distinção didática - sem ter em mente o neofascismo e suas possibilidades”.²³⁰

O fascismo, expressão que nomeia o movimento italiano liderado por Mussolini, acabou por se expandir enquanto expressão e foi adotado como forma de designar outros

²³⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Os fascismos*. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J. & ZENHA, C. (org.). “O século XX. O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerra”. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.112.

movimentos de extrema-direita que surgiram nos anos 20 e 30. Entrou na lista dos “ismos”, incorporando características precisas e transportando-se pelo espaço. Exatamente por ser um fenômeno político característico de um determinado período de crise política, suas premissas teóricas influenciaram de diferentes formas e intensidades outros países que não somente a Itália. Nesse sentido, e compartilhando da análise de Teixeira da Silva, o fascismo deve ser pensado no plural, como os fascismos, já que não esteve limitado aos casos italiano e alemão. Ao contrário, configurou-se como influência para outros movimentos políticos no entreguerras.

Todavia, o fascismo, pensado no plural, ao mesmo tempo em que amplia nossa visão sobre o fenômeno, traz uma série de dificuldades. Levanta-se um grande debate sobre como diferenciar, como classificar os movimentos como fascistas ou não fascistas. O embate ocorre entre aqueles que o consideram como fenômeno particular da Itália e Alemanha, sendo os diversos outros movimentos apenas o transporte de algumas de suas diretrizes, e aqueles que o concebem como passível de existência em outros países. Ao mesmo tempo em que se busca afastar a Alemanha e a Itália como casos exclusivos, há uma tentativa de analisar mais detalhadamente outros casos, procurando as autonomias nacionais dos diversos fascismos.

Segundo o autor, os estudiosos concordam em dois pontos. Primeiro, em relação à própria universalidade do fascismo enquanto fenômeno histórico tendo seu ápice no entreguerras e, segundo, quanto à necessidade de garantir a autonomia de uma teoria do fascismo frente aos fenômenos históricos que o envolvem.²³¹ As dificuldades estão ancoradas no próprio método de estudo do tema. Em grande medida, busca-se um método comparativo dos fenômenos através da elaboração de um conjunto de elementos constitutivos do fascismo, colocados como ferramentas na própria ligação entre os possíveis fascismos, ou seja, busca-se localizar elementos específicos do fascismo no interior dos projetos políticos ou de regimes políticos, dentre eles, em especial, o antiliberalismo, o anti-socialismo, o antiparlamentarismo, a concepção orgânica do Estado, a crítica aos partidos políticos como representantes de interesses setoriais, o nacionalismo exaltado e o autoritarismo. Acreditamos que este método, ao elucidar semelhanças, acaba por encobrir as diferenças nacionais ou, ao menos, deixá-las em segundo plano. Os projetos políticos são colocados apenas em referência ao conjunto de características fascistas, esquecendo-se que estes movimentos possuem elementos mais amplos de análise, na medida em que se caracterizaram como respostas específicas às crises

²³¹SILVA, *op. cit.*, p.118.

que comprometeram seus países. Esquece-se que a cultura é um elemento importante e que os projetos políticos são pensados no interior de sociabilidades específicas, marcadas, com mais ou menos intensidade, pelo conjunto de símbolos e visões de mundo compartilhados por um determinado país ou região. Portanto, o método comparativo deve ser uma ferramenta e não deve comprometer a análise da totalidade destes projetos, ao contrário, deve permitir a localização das semelhanças e o aparecimento das diferenças.

Pudemos observar, em especial no segundo capítulo, a admiração pelo modelo fascista sustentada por José Antonio e que, inclusive, tornou-se um dos principais pontos de aproximação entre os projetos políticos da Falange e das JONS. Foi possível perceber que, inicialmente, as defesas do projeto fascistas eram mais evidentes e que, sem dúvida, José Antonio buscou apoio de alguns fascistas italianos, chegando a receber apoios financeiros. Havia, claramente, uma diferença entre o discurso empregado e as ações empreendidas. Ao mesmo tempo em que recebia apoio externo, buscava mostrar a autenticidade de seu movimento, enfatizando as raízes nacionais do falangismo. Apesar das semelhanças, José Antonio defendeu, incansavelmente, a originalidade nacional de sua proposta política, o que sem dúvida não exclui o fascismo como uma influência fundamental, mas que não permeia a totalidade de sua proposta.

Outra influência que pode ter, direta ou indiretamente, marcado o pensamento político de José Antonio e, conseqüentemente, o projeto falangista refere-se ao conservadorismo ou a relação que mantinha com indivíduos pertencentes às fileiras conservadoras e aos grupos direitistas que colaboraram com o movimento, seja como militante ou como entusiasta. Vimos que os financiamentos destes indivíduos, em especial os monárquicos afonsinos, foram fundamentais na sustentação do embrionário partido e que os círculos sociais nos quais José Antonio esteve inserido influenciaram suas formulações políticas, ainda que mantivesse certo grau de autonomia na elaboração dos princípios norteadores de seus pontos doutrinários. Não podemos esquecer que, desde sua infância, ele manteve contato com diversos colaboradores do governo de seu pai, Miguel Primo de Rivera, e inclusive esboçou uma participação em um movimento no qual foram participantes grande parte dos políticos que apoiavam a ditadura primoriverista ou a manutenção do governo monárquico. Não estamos, todavia, qualificando o partido como uma ala do conservadorismo espanhol, mas buscando os possíveis elementos de contato resultantes de tal aproximação.

Não podemos deixar de mencionar que não expomos o conservadorismo como um conjunto doutrinal coeso e que reconhecemos a pluralidade que o uso do termo nos impõe. Quando nos referimos ao conservadorismo, mantemos a necessidade de diferenciação entre as distintas correntes e sua aplicabilidade a contextos históricos específicos. Não se limitando às três categorias, o conservadorismo poderia ser caracterizado a partir de três definições relacionadas ao seu caráter restaurador, reformista ou reacionário. Não desejamos empreender uma diferenciação imediata, já que é possível localizar as diferentes propostas entre os conservadores espanhóis, mas enfatizar a relação indissociável que o conservadorismo estabelece com o passado, com um determinado período histórico considerado como uma “Idade de Ouro” a ser constantemente almejada e recriada.

Uma das abordagens mais elucidativas a esse respeito foi feita por Karl Mannheim. O autor analisa de que forma o processo de racionalização pode ter colaborado na permanência de um pensamento em grande medida vinculado à tradição, que se colocava em oposição e que não desapareceu, mantendo vivas antigas relações. Trata-se de expor de que forma algumas camadas sociais, em especial as pertencentes à nobreza, ao campesinato e à pequena burguesia, mantinham vivas tradições que entravam em choque com a nova ordem social resultante das relações impostas pelo capitalismo e por novas formas de estratificação social. Sua tese central é demonstrar como essa oposição, política e social, marcou uma reação à dominação política e econômica do capitalismo, inclusive intelectualmente, criando o que cunhou como “contra-lógica”²³².

O conservadorismo, tal como analisado por Mannheim, não mantém uma relação sinonímia com o tradicionalismo. Para o autor, ambos possuem uma natureza diversa. Enquanto o tradicionalismo significa “uma tendência a se apegar a padrões vegetativos, a velhas formas de vida que podemos considerar como razoavelmente onipresentes e universais (...), como uma reação original a tendências deliberadas de reforma”, o conservadorismo está intrinsecamente carregado de sentido político, ele sustenta uma relação direta com um conjunto concreto de circunstâncias. Nesse sentido, o conservadorismo não possui um conjunto de princípios específicos e não existe fora de sua dependência aos indivíduos que o realiza ou o incorpora as suas ações.²³³ Ou seja, sua dinâmica encontra-se historicamente condicionada e, enquanto o tradicionalismo “é quase que totalmente reativo”, o

²³² MANNHEIM, Karl. *O pensamento conservador*. In: MARTINS, José de Souza Martins. Introdução crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 97.

²³³ MANNHEIM, *op. cit.*, p. 103.

comportamento conservador é “significativo”. Em suma, o primeiro encontra-se identificado com um tipo de comportamento não determinável temporalmente, enquanto o segundo aparece em função de uma situação histórica e sociológica particular, ainda que ambos mantenham entre si uma ligação inevitável. Como afirma o autor, o conservadorismo “é primordialmente nada mais do que o tradicionalismo tornado consciente”.²³⁴ O conservadorismo de Mannheim aparece como força reativa às mudanças e aos conflitos resultantes da formação da sociedade moderna.

No entanto, não pretendemos delimitar até que ponto o conservadorismo caracterizou-se como ideologia reativa ou como possuidora de um papel de destaque na formação da modernidade, como o fez magistralmente Teixeira da Silva,²³⁵ mas observar alguns dos pontos de convergência entre alguns de seus pressupostos teóricos e os princípios ideológicos formadores do projeto falangista.

Referimo-nos algumas vezes durante os capítulos precedentes à defesa incontestável que José Antonio promovia da propriedade privada, identificando-a como bem supremo dos indivíduos e diferenciada da propriedade tal como resultante das relações capitalistas. O conceito de propriedade pode servir-nos como ponto de diferenciação. Sem dúvida alguma, com a gradual imposição do conceito moderno de propriedade, inicia-se um processo de desaparecimento das antigas atitudes em relação à mesma. A antiga apreensão da idéia de propriedade mantinha-a profundamente relacionada ao dono, como um elemento de identificação e, muitas vezes, de privilégio e reconhecimento. As relações intransferíveis que existiam entre homem e propriedade, características da sociedade feudal, acabam suprimidas por uma nova lógica, burguesa e majoritariamente comercial. Muitas teorias romântico-conservadoras acabam por fazer referência a esse modelo feudal de propriedade, buscando uma essência perdida. É importante observar tais referências nos escritos de José Antonio, que algumas vezes identificava a construção dos sindicatos verticais em referência aos “grêmios medievais” ou à propriedade como algo intrínseco ao homem e sua natureza, como uma relação primitiva limitada pelos anseios econômicos dos grandes grupos capitalistas e pelas ambições dos aristocratas espanhóis. Ele não buscava um retorno, obviamente, mas a

²³⁴ MANNHEIM, *op. cit.*, pp. 105-111. É fundamental enfatizar que Mannheim, ao analisar o embate entre tradicionalismo e conservadorismo, faz referência ao que chama de conservadorismo moderno.

²³⁵ O autor faz uma importantíssima análise a respeito, contrapondo-se às idéias expostas por Mannheim. C. f. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Redefinindo a direita*. In: SILVA, F. C.; MEDEIROS, S. E.; VIANNA, A. M. (orgs.). “Dicionário crítico do pensamento da direita. Idéias, instituições e personagens”. v.1. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

recuperação de um modelo de relação entre homem e propriedade não determinável por seus fins econômicos diretos.

Outro elemento de aproximação está relacionado à noção de liberdade. Enquanto o liberalismo compreendia a liberdade como a libertação do indivíduo de suas amarras feudais e como agente possuidor de direitos inalienáveis, os conservadores cunharam seu próprio conceito de liberdade e atribuíram a ele um tom qualitativo, buscando diferenciar-se não só em relação ao uso do termo liberdade, mas principalmente em relação à afirmação da igualdade. Nesse sentido, enfatizadas as limitações que cada personalidade individual possui, a liberdade do homem só poderia existir e se desenvolver de acordo com as leis e princípios formadores de sua personalidade. Buscando defender o que chamavam de peculiaridades individuais, esse modelo de liberdade não deixava de ser tão limitador quanto seu real adversário.

Esse conceito qualitativo, em grande medida derivado do pensamento feudal, esteve apropriado por José Antonio na organização de suas forças revolucionárias. Ele entregava a realização das transformações derivadas da imposição de seu Estado nacional-sindicalista a uma elite combatente, direcionada, e pressupunha a hierarquia como elemento diferencial de execução de seus fins políticos. Isso significava uma ordem pré-estabelecida e rigor nas relações verticais de mando. Desejava atrair a classe operária, mas mantinha-se avesso em atribuir às massas um papel central na reestruturação interna e nas transformações necessárias. A liberdade encontrava-se limitada a sua esfera privada, enquanto as relações sociais externas deveriam estar submetidas diretamente aos princípios de ordem e disciplina. O Estado almejado por José Antonio reunia características corporativas, envolvia a criação de sindicatos verticais e de esferas políticas de intervenção e coordenação do corpo operário e suas relações com o patronato, além de críticas ao sufrágio e sua ineficácia política. Relações próximas às esboçadas pelo Estado corporativo fascista, mas próximas também às esboçadas por vertentes do pensamento conservador.

Por último, e como havíamos previsto, a relação que estabelecem com o passado. Os conservadores buscam significar através de uma referência temporal, evolutiva, relacionada a uma espécie de origem histórica. Como afirma Mannheim, existe uma diferença fundamental entre os progressistas e os conservadores e ela refere-se as suas diversas formas de vivenciar o tempo. Os conservadores tendem a considerar o passado como “algo que existe com o presente” e, conseqüentemente, sua “concepção de história tende a ser mais espacial do que

temporal”. José Antonio atribui não tanto ao passado, que muitas vezes relaciona ao fracasso do governo monárquico apesar de seus períodos de esplendor, mas à tradição um valor inigualável na construção do futuro. Os valores inerentes à cultura e à história espanhola como formadores de uma identidade insubstituível.

Não menos relevante é sua percepção do indivíduo, combatido pelo conceito de organismo social, também desenvolvido dentro da ótica conservadora. Os conservadores, ao colocarem-se em contraposição à proposta liberal-burguesa, defendiam a noção de totalidade não como união das partes individuais. Os indivíduos eram pensados como parte de um todo orgânico, como parte de uma totalidade mais ampla. A Espanha de José Antonio, a pátria incansavelmente sobreposta aos cidadãos tal como havia esboçado, era uma entidade em si mesma e possuía um destino histórico universal e independente dos espanhóis.

Somadas às influências fascistas, conservadoras e às originárias de suas relações com grupos políticos diversos, temos a qualificação geradora de maior polêmica: o caráter revolucionário ou não do projeto político falangista. Como abordamos no último capítulo do trabalho, é possível localizar uma aproximação entre os discursos de José Antonio e alguns dos elementos já amplamente defendidos pela esquerda espanhola. Esse processo de radicalização ocorrida em 1935, quando passa a enfatizar algumas das propostas de transformação social já defendidas anteriormente, evidencia o caráter também reformista do partido. A revolução nacional, tão como compreendida por José Antonio, era pensada como medida de recuperação do país, como princípio indispensável de ação, e incluía, além dos princípios básicos de unidade nacional, a recuperação da dignidade humana, sacrificada pelas desequilibradas relações resultantes do capitalismo moderno, e a execução de uma justiça social.

O homem é pensado como portador de valores eternos, como possuidor de uma dignidade e integridade que deveria realizar-se em sua plenitude, realização permitida somente diante de profundas transformações no âmbito social. A justiça social, tão assiduamente defendida por ele, englobava três dimensões diversas esboçadas com maior precisão no segundo capítulo. Interessa-nos apenas algumas referências, dentre elas as direcionadas ao campo econômico. Sua proposta incluía a busca por uma melhor distribuição das riquezas de forma a permitir a justa distribuição dos bens e esteve, em grande medida, relacionada à defesa de uma reforma agrária imediata, fator que causou, inclusive, não poucas críticas das direitas e certa desconfiança das esquerdas.

Não podemos esquecer que, apesar de limitado ao discurso e não à prática em si, a revolução social pretendida por José Antonio previa a construção de uma nova ordem sustentada não por medidas paliativas, mas pela construção de um sistema definitivo, por uma reconstrução total que permitisse à Espanha superar a fome, a injustiça, a desunião, a corrupção e o ineficaz Estado Espanhol.

Revolução em determinados espaços de atuação, por um lado, e permanência de relações hierárquicas e de um Estado limitador das liberdades individuais, por outro. A Falange pode ser definida, para quem das qualificações que lhe são atribuídas, por sua diversidade, por sua heterogeneidade. Quaisquer classificações não são suficientes, nem satisfatórias, e não permitem alcançar a complexidade que envolve sua formação.

A morte de José Antonio, em 1936, não marcou o fim dessa diversidade, que permaneceu em grau diverso durante a ditadura franquista. Glicerio Sánchez Recio analisou essa diversidade ao eleger dois elementos que considerou fundamentais na organização do regime franquista: as noções de uniformismo político e de diversidade ideológica, ambas associadas à própria configuração do partido único, pós-guerra civil. Assim, é possível localizar a convivência de diversos grupos políticos distintos em suas concepções ideológicas, convivência identificada pelo autor através do uso do termo *coalizão reacionária*, usado para caracterizar a possível compatibilidade e relação entre estes grupos integrados a então nomeada Falange Tradicionalista das JONS.

A FET das JONS surgia, então, da união entre diferentes grupos, dentre eles a própria Falange Espanhola das JONS e os grupos tradicionalistas, representados principalmente pelos carlistas (Comunión Tradicionalista). Incluiu, também, membros da Renovación Espanhola, partido monárquico, e outros grupos surgidos da extrema direita espanhola. Esta organização englobou, de forma geral, grupos e pessoas que mantinham um viés ideológico conservador e que estiveram dispostas a seguir e serem fiéis ao generalíssimo. Sánchez não prevê uma contradição na dupla partido único e coalizão reacionária, visto que a noção de partido único não impede a coexistência de grupos diversificados unidos através de uma coalizão, no caso reacionária.²³⁶

²³⁶ SÁNCHEZ RECIO, Glicerio. *Natureza y crisis del franquismo*. In: MORALES MOYA, Antonio (coord.). "El difícil camino a la democracia. Las claves de la España del siglo XX". Madrid: España Nuevo Milenio, 2001, pp.187-202.

O fim da guerra civil marcaria uma descontinuidade no partido, separando aqueles que estavam dispostos a se submeter ao novo governo e colaborar com as novas diretrizes destinadas a organização do partido único, daqueles que permaneceriam fiéis aos ideais de José Antonio e decididos a prosseguir em busca de sua *revolución pendiente*.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS FILHO, Daniel ; ROLLAND, Denis (Org.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. *Memoria y olvido de la Guerra Civil Española*. Madri: Alianza Editorial, 1996.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. Modernidade e Revolução. *New Left Review*, n.144, mar./abr., 1984.
- ASHÉRI, Maïa; STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario. *Nascimento da Ideologia Fascista*. Portugal: Bertrand , 1995.
- BAIÔA, Manuel. *“Elites e poder”*. Lisboa: Colibri e CIDEUS-UE, 2004.
- _____. Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos 20. In: BAIÔA, M. (Ed.). *“Elites e poder”*. Lisboa: Colibri e CIDEUS-EU, 2004.
- BALAKRISHMAN, Gopal; ANDERSON, Benedict. “Um mapa da questão nacional”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BALANDIER, Georges. *Contorno*. Poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, R. (Org.) *“Por uma história política”*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BEEVOR, Antony. *A Batalha pela Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola ; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRENAN, Gerard. *El laberinto español*. Paris: Ruedo Ibérico, 1962.

BROUÉ, Pierre. *A Revolução Espanhola (1931-1939)*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BROUÉ, Pierre; TÉMIME, Emile. *La Revolución y la Guerra de España*. México: FCE, 1971.

CABRERA, Mercedes; REGUILLO, Fernando del Rey. Los intereses económicos en la crisis del liberalismo. In: BAIÔA, M. (Ed.) "Elites e poder". Lisboa: Colibri e CIDEUS-UE, 2004.

CAMPOS SAZ, Ismael. *Fascismo y franquismo*. Valência: Universitat de Valencia, 2004.

CANTARERO DEL CASTILLO, Manuel. *Falange y socialismo*. Barcelona: DOPESA, 1973.

CÁRCEL ORTÍ, Vicente. *La persecución religiosa en España durante la Segunda República*. Madri: Rialp, 1990.

CERQUEIRA, João. *Arte e Literatura na guerra civil de Espanha*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2005.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DEL RÍO CISNEROS, Agustín. *El pensamiento de José Antonio. Introducción y sistematización de textos*. Madri: Ediciones del movimiento, 1971.

DUMONT, Louis. *O Individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Boitempo, 1997.

EISENSTADT, Shmuel Noah. *A dinâmica das civilizações: tradição e modernidade*. Lisboa: Cosmos, 1991.

ELLWOOD, Sheelagh. *Historia de Falange Española*. Barcelona: Crítica, 2001.

ELORZA, Antonio; ALONSO, Carmen López. *Arcaísmo y modernidad. Pensamiento político en España, siglos XIX-XX*. Madrid: Biblioteca Historia 16, 1989.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GIL ROBLES, José María. *No fue posible la paz*. Madri: Ariel, 1968.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antonio. O moderno Príncipe. In: “*Maquiavel, a política e o Estado moderno*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapfre, 1992.

GUERRERO, Andrés de Blas (Org.). *Enciclopedia del Nacionalismo*. Madri : Tecnos, 1997.

GUIBERNAU, M. Montserrat. *Nacionalismos: O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia e Religião*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

HOBBSAWM, E. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JACKSON, Gabriel. *A República Espanhola e a Guerra Civil, 1931-1939*. Lisboa: Europa-América, 1973.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do Rei*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LUZÓN, Javier Moreno. El Partido Liberal Español y la crisis de la Restauración. In: BAIÔA, M. (Ed.) *“Elites e poder”*. Lisboa: Colibri e CIDEUS-UE, 2004.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza Martins. *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTÍNEZ VAL, José M^a. *¿Por que no fue posible la Falange?* Barcelona: DOPESA, 1976.

MAYER, Arno. *A força da tradição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MORSE, Richard. *O espelho do próspero*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MUSIEDLAK, Didier. Intelectuais e Estado: o exemplo da Itália fascista. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. *“Intelectuais e Estado”*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

NEGRO, Dalmacio. *El liberalismo en España*. Una antología. Madri: Unión Editorial, 1988.

_____. *Sobre el Estado en España*. Madri: Marcial Pons, 2007.

NEUMANN, Sigmund. *Partidos Politicos Modernos*. Madri: Editorial Tecnos, 1965.

NICOS, Poulantzas. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

NORA, Pierre. República. In: FURET, François; OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 1997.

ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PARIS, Robert. *As Origens do Fascismo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PAYNE, Stanley G. *Falange. Historia Del fascismo español*. Madri: SARPE, 1985.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PECHARROMÁN, Julio Gil. *Segunda República Española*. Madri: Biblioteca Nueva, 2006.

_____. *José Antonio Primo de Rivera. Retrato de un visionario*. Madri: Temas de Hoy, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.

PENELLA, Manuel Antonio. *La Falange Teórica*. Barcelona: Planeta, 2006.

PERFECTO GARCÍA, Miguel Angel. Influências ideológicas no projeto de corporativismo político-social da ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, Lisboa, n.5, 1991.

_____. El Corporativismo en España: desde los orígenes a la década de 1930. Pasado y Memoria. *Revista de Historia Contemporánea*, n. 5., p.185-218, 2006.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: USP, 2003.

RÉMOND, René. *O século XIX*. São Paulo: Cultrix, 1981.

RIESCO, Sergio. *La indefinición en el movimiento ¿Qué hacer con la Reforma Agraria durante la Guerra Civil?* Artigo apresentado no Congresso Internacional A Guerra Civil Espanhola 1936-1939, que se celebrou em Madri entre os dias 27 e 29 de novembro de 2006 na Universidade Nacional de Educação à Distância e no Círculo de Belas Artes de Madri.

Disponível em: http://www.secc.es/media/docs/12_5_Sergio_Riesco.pdf

_____. *La reforma agraria y los Orígenes de la Guerra Civil*. Madri: Biblioteca Nueva, 2006.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis. *Historia de Falange Española de las JONS*. Madri: Alianza, 2000.

RODRÍGUEZ-MOÑINO SORIANO, Rafael. *Breve Historia de la Religión en España*. Madri: Castalia, 2002.

ROMERO SALVADÓ, Francisco. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. São Paulo: EDUSC, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SÁNCHEZ RECIO, Glicerio. Natureza y crisis del franquismo. In: MORALES MOYA, Antonio (Coord.). *“El difícil camino a la democracia. Las claves de la España del siglo XX”*. Madri: España Nuevo Milenio, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA; J. ZENHA, C. (Org.). *“O século XX. O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerra”*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da . Redefinindo a direita. In: SILVA, F. C.; MEDEIROS, S. E.; VIANNA, A. M. (Orgs.). “*Dicionário crítico do pensamento da direita. Idéias, instituições e personagens*”. v.1. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

SOUTHWORTH, Herbert R. *Antifalange. Estudio crítico de Falange en la Guerra de España de M. García Venero*. Paris: Ruedo Ibérico, 1967.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

THOMAS, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TUÑÓN DE LARA, Manuel. *La España del siglo XX*. Barcelona: LAIA, 1974.

_____. Cultura y Sociedad. In: *Medio Siglo de Cultura Española*. Madri: Tecnos, 1970.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 2008.

VILAR, Pierre. *La guerra civil española*. Barcelona: Crítica, 2004.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, R. (Org.) “*Por uma história política*”. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WINSTON, Colin M. *La clase trabajadora y la derecha en España, 1900-1936*. Madri: Cátedra, 1989.

FONTES PRIMÁRIAS

- Os escritos e discursos de José Antonio Primo de Rivera podem ser encontrados no livro que reúne alguns de seus textos (PRIMO DE RIVERA, José Antonio. *Textos Revolucionários*. Madri, Ediciones 29, 1984) e também no site <http://www.rumbos.net/ocja/>
- Textos e discursos de Ramiro Ledesma Ramos:
<http://www.ramiroledesma.com/nrevolucion/>
- Textos e discurso de Julio Ruiz de Alda:
http://usuarios.multimania.es/julio_ruiz_alda/
- Textos e discursos de Onésimo Redondo:
http://usuarios.multimania.es/onesimo_redondo/index.htm
- “Los 27 puntos de Falange”.
(Encontrado em forma de panfleto – como a sexta edição promovida pela seção feminina de FET das JONS, 1940, sem acrescentar o ponto 27 – ou no site <http://www.heraldicahispanica.com/XXVIpuntos.htm>)
- Jornais espanhóis:
Alguns exemplares podem ser encontrados em <http://www.filosofia.org/hem/193/index.htm>

ANEXO

Os 27 puntos programáticos da Falange

1. Creemos en la suprema realidad de España. Fortalecerla, elevarla y engrandecerla es la apremiante tarea colectiva de todos los españoles. A la realización de esta tarea habrán de plegarse inexorablemente los intereses de los individuos, de los grupos y de las clases.

2. España es una unidad de destino en lo universal. Toda conspiración contra esa unidad es repulsiva. Todo separatismo es un crimen que no perdonaremos. La Constitución vigente, en cuanto incita a las disgregaciones, atenta contra la unidad de destino de España. Por eso exigimos su anulación fulminante.

3. Tenemos voluntad de Imperio. Afirmamos que la plenitud histórica de España es el Imperio. Reclamamos para España un puesto preeminente en Europa. No soportamos ni el aislamiento internacional ni la mediatización extranjera. Respecto de los países de Hispanoamérica, tendemos a la unificación de cultura, de intereses económicos y de Poder. España alega su eje espiritual del mundo hispánico como título de preeminencia en las empresas universales.

4. Nuestras fuerzas armadas—en la tierra, en el mar y en el aire—habrán de ser tan capaces y numerosas como sea preciso para asegurar a España en todo instante la completa independencia y la jerarquía mundial que le corresponde. Devolveremos al Ejército de Tierra, Mar y Aire toda la dignidad pública que merece y haremos, a su imagen, que un sentido militar de la vida informe toda la existencia española.

5. España volverá a buscar su gloria y su riqueza por las rutas del mar. España ha de aspirar a ser una gran potencia marítima, para el peligro y para el comercio. Exigimos para la Patria igual jerarquía en las flotas y en los rumbos del aire.

6. Nuestro Estado será un instrumento totalitario al servicio de la integridad patria. Todos los españoles participarán en él a través de su función familiar, municipal y sindical. Nadie

participará a través de los partidos políticos. Se abolirá implacablemente el sistema inorgánico, representación por bandos en lucha y Parlamento del tipo conocido.

7. La dignidad humana, la integridad del hombre y su libertad son valores eternos e intangibles. Pero sólo es de veras libre quien forma parte de una nación fuerte y libre. A nadie le será lícito usar su libertad contra la unión, la fortaleza y la libertad de la Patria. Una disciplina rigurosa impedirá todo intento dirigido a envenenar, a desunir a los españoles o a moverlos contra el destino de la Patria.

8. El Estado Nacionalsindicalista permitirá toda iniciativa privada compatible con el interés colectivo, y ano protegerá y estimulará las beneficiosas.

9. Concebimos a España, en lo económico, como un gigantesco sindicato de productores. Organizaremos corporativamente a la sociedad española mediante un sistema de sindicatos verticales por ramas de la producción, al servicio de la integridad económica nacional.

10. Repudiamos el sistema capitalista, que se desentiende de las necesidades populares, deshumaniza la propiedad privada y aglomera a los trabajadores en masas informes, propicias a la miseria y a la desesperación. Nuestro sentido espiritual repudia también el marxismo. Orientaremos el ímpetu de las clases laboriosas, hoy descarriladas por el marxismo, en el sentido de exigir su participación directa en la gran tarea del Estado nacional.

11. El Estado Nacionalsindicalista no se inhibirá cruelmente de las luchas económicas entre hombre, ni asistirá impasible a la dominación de la clase más débil por la más fuerte. Nuestro régimen hará radicalmente imposible la lucha de clase, por cuanto todos los que cooperan a la producción constituyen en él una totalidad orgánica. Reprobamos e impediremos a toda costa los abusos de un interés parcial sobre otro y la anarquía en el régimen del trabajo.

12. La riqueza tiene como primer destino—y así lo afirmará nuestro Estado—mejorar las condiciones de vida de cuantos integran el pueblo. No es tolerable que masas enormes vivan miserablemente mientras unos cuantos disfrutan de todos los lujos.

13. El Estado reconocerá la propiedad privada como medio lícito para el cumplimiento de los fines individuales, familiares y sociales, y la protegerá contra los abusos del gran capital financiero, de los especuladores y de los prestamistas.

14. Defendemos la tendencia a la nacionalización del servicio de Banca y, mediante las corporaciones, a la de los grandes servicios públicos.

15. Todos los españoles tienen derecho al trabajo. Las entidades públicas sostendrán necesariamente a quienes se hallen en paro forzoso. Mientras se llega a la nueva estructura total, mantendremos e intensificaremos todas las ventajas proporcionadas al obrero por las vigentes leyes sociales.

16. Todos los españoles no impedidos tienen el deber del trabajo. El Estado Nacionalsindicalista no tributará la menor consideración a los que no cumplen función alguna y aspiran a vivir como convidados a costa del esfuerzo de los demás.

17. Hay que elevar a todo trance el nivel de vida del campo, vivero permanente de España. Para ello adquirimos el compromiso de llevar a cabo sin contemplaciones la reforma económica y la reforma social de la agricultura.

18. Enriqueceremos la producción agrícola (Reforma económica) por los medios siguientes: Asegurando a todos los productores de la tierra un precio mínimo remunerador. Exigiendo que se devuelva al campo, para dotarlo suficientemente, gran parte de lo que hoy absorbe la ciudad en pago de sus servicios intelectuales y comerciales. Organizando un verdadero crédito agrícola, que, al prestar dinero al labrador a bajo interés, con la garantía de sus bienes y de sus cosechas, le redima de la usura y del caciquismo. Difundiendo la enseñanza agrícola y pecuaria. Ordenando la dedicación de las tierras por razón de sus condiciones y de la posible colocación de los productos. Orientando la política arancelaria en sentido protector de la agricultura y de la ganadería. Acelerando las obras hidráulicas. Racionalizando las unidades de cultivo, para suprimir tanto los latifundios desperdiciados como los minifundios antieconómicos por su exiguo rendimiento.

19. Organizaremos socialmente la agricultura por los medios siguientes: distribuyendo de nuevo la tierra cultivable para instituir la propiedad familiar y estimular enérgicamente la sindicación de labradores. Rendimiento de la miseria en que viven a las masas humanas, que hoy se extenuan en arañar suelos estériles, y que serán trasladadas a las nuevas tierras cultivables.

20. Empezaremos una campaña infatigable de repoblación ganadera y forestal, sancionando con severas medidas a quienes la entorpezcan e incluso acudiendo a la forzosa movilización temporal de toda la juventud española para esta histórica tarea de reconstruir la riqueza patria.

21. El Estado podrá expropiar sin indemnización las tierras cuya propiedad haya sido adquirida o disfrutada ilegalmente.

22. Será designio preferente del Estado Nacional Sindicalista la reconstrucción de los patrimonios comunales de los pueblos.

23. Es misión esencialmente del Estado, mediante una disciplina rigurosa de la educación, conseguir un espíritu nacional fuerte y unido e instalar en el alma de las futuras generaciones la alegría y el orgullo de la Patria. Todos los hombres recibirán una educación premilitar que les prepare para el honor de incorporarse al Ejército nacional y popular de España.

24. La cultura se organizará en forma que no malogre ningún talento por falta de medios económicos. Todos los que lo merezcan tendrán fácil acceso incluso a los estudios superiores.

25. Nuestro Movimiento incorpora el sentido católico—de gloriosa tradición y predominante en España a la reconstrucción nacional. La Iglesia y el Estado concordarán sus facultades respectivas, sin que se admita intromisión o actividad alguna que menoscabe la dignidad del Estado o la integridad nacional.

26. Falange Española de las J.O.N.S. quiere un orden nuevo, enunciado en los anteriores principios. Para implantarlo, en pugna con la resistencia del orden vigente, aspira a la

revolución nacional. Su estilo preferirá lo directo, ardiente y combativo. La vida es milicia y ha de vivirse con espíritu acendrado de servicio y de sacrificio.

27. Nos afanaremos por triunfar en la lucha con sólo las fuerzas sujetas a nuestra disciplina. Pactaremos muy poco. Sólo en el empuje final por la conquista del Estado gestionará el mando las colaboraciones necesarias, siempre que esté asegurado nuestro predominio.